

DISCUTINDO OS SERTÕES

Poder e Política

ROSENILSON DA SILVA SANTOS
YURI SIMONINI
ORGANIZADORES



Coleção Discutindo os Sertões
Organizadores: Antonio Oliveira e Helder Macedo

DISCUTINDO OS SERTÕES

Poder e Política

ROSENILSON DA SILVA SANTOS
YURI SIMONINI
ORGANIZADORES



Coleção Discutindo os Sertões
Organizadores: Antonio Oliveira e Helder Macedo

1.ª Edição - Copyrights do texto - Autores e Autoras

Direitos de Edição Reservados à Editora Terried

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.



O conteúdo dos capítulos apresentados nesta obra são de inteira responsabilidade d@s autor@s, não representando necessariamente a opinião da Editora.

Permitimos a reprodução parcial ou total desta obra, considerado que seja citada a fonte e a autoria, além de respeitar a Licença Creative Commons indicada.

Conselho Editorial

Adilson Cristiano Habowski - ***Currículo Lattes***

Adilson Tadeu Basquerote Silva - ***Currículo Lattes***

Alexandre Carvalho de Andrade - ***Currículo Lattes***

Anísio Batista Pereira - ***Currículo Lattes***

Celso Gabatz - ***Currículo Lattes***

Cristiano Cunha Costa - ***Currículo Lattes***

Denise Santos Da Cruz - ***Currículo Lattes***

Emily Verônica Rosa da Silva Feijó - ***Currículo Lattes***

Fabiano Custódio de Oliveira - ***Currículo Lattes***

Fernanda Monteiro Barreto Camargo - ***Currículo Lattes***

Fredi dos Santos Bento - ***Currículo Lattes***

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos - ***Currículo Lattes***

Leandro Antônio dos Santos - ***Currículo Lattes***

Lourenço Resende da Costa - ***Currículo Lattes***

Marcos Pereira dos Santos - ***Currículo Lattes***

Comissão Científica

Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva (UFRN)

Adson Rodrigo Silva Pinheiro (Doutorando – UFF)

Alexandre Gomes Teixeira Vieira (Doutorando – UFPE)

Ana Maria Veiga (UFPB)

Anderson Dantas da Silva Brito (UFOB)

Ane Luíse Silva Mecenas Santos (UFRN)

Avohanne Isabelle Costa de Araújo (UFMA)

Cláudia Cristina do Lago Borges (UFPB)

Dayane Nascimento Sobreira (UEPB)

Emanuel da Silva Oliveira (Doutorando – UFRPE)

Evandro dos Santos (UFRN)

Fabricio Lyro Santos (UFRB)

Francisco Ruy Gondim Pereira (SEDUC/CE)

Jailma Maria de Lima (UFRN)

Janaína Freire dos Santos (FACHUSST)

José Ferreira Júnior (FAFOPST)

Laila Pedrosa da Silva (SANA - UFPI)

Laísa Fernanda Santos de Farias (Doutoranda – UFRN)

Leandro Vieira Cavalcante (UFRN)

Lívia Brenda da Silva Barbosa (UERN)

Marcílio Lima Falcão (UERN)

Olívia Moraes de Medeiros Neta (UFRN)

Renata Felipe Monteiro (SME/Fortaleza)

Rosenilson da Silva Santos (UERN)

Sarah Campelo Cruz Gois (IFRN)

Sebastião Genicarlos dos Santos (Doutorando – UFRPE)

Tyego Franklim da Silva (SEEC-RN)

Yan Bezerra de Moraes (SEDUC/CE)

Imagem da capa: Cerca de pedra em ruínas no sítio Sabugi, novembro/2024.

Crédito: Helder Macedo (@homem.do.ceu)

Esta obra foi revisada por pares

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

DISCUTINDO OS SERTÕES: Poder e Política [livro eletrônico]
/ Rosenilson da Silva Santos; Yuri Simonini (Organização)
-- 1. ed. -- Alegrete, RS : Editora TerriED, 2024.

PDF-

ISBN 978-65-84959-95-8

1. Educação

23-147990

CDD-370-1

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências Humanas 611.0



10.48209/978-65-84959-95-8

COLEÇÃO DISCUTINDO OS SERTÕES

Os livros que compõem a coleção **Discutindo os Sertões** materializam o esforço de pesquisadores que apresentaram resultados de suas investigações científicas, remotamente, em 2022, durante a V Jornada Nacional de História dos Sertões – I Colóquio Regional Sertões, Tempo, Espaço e Natureza - 120 anos de “Os Sertões”. O evento teve como objetivo geral proporcionar um compartilhamento de saberes acadêmicos sobre o domínio temático da História dos Sertões a partir do cruzamento de esforços institucionais que partiram, nesse caso, do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN) e do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura em Sertões Coloniais: história e historiografia – Sercol. A V Jornada Nacional apostou no fortalecimento desse campo - o da História dos Sertões -, a partir da confluência de pesquisadores da História e das Humanidades para importantes discussões de temas a ele correlatos, sobremaneira, ligados aos 120 anos da obra “Os Sertões”, de Euclides da Cunha.

O evento se constituiu enquanto uma ação de continuidade da IV Jornada de História dos Sertões – Caminhos e Sertões: território e fronteiras, edição de 2021. O evento deveria ter se realizado presencialmente em Caicó (RN), no Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) da UFRN, porém, o fluxo da pandemia de Covid-2019, impossibilitou que isso acontecesse. A programação sênior (conferências e mesas) foi realizada no Canal do PPGHC no Youtube (<https://www.youtube.com/ppghc.ufrn>), enquanto os simpósios temáticos e minicursos, na Plataforma Google Meet.

Os capítulos que compõem os livros da coleção **Discutindo os Sertões**, desse modo, contribuem para o fortalecimento do campo da História dos Sertões, ao proporem reflexões sobre sua polissemia e as diferentes possibilidades de pesquisa dentro desse tema. Demonstrem o compartilhamento de saberes sobre experiências humanas ocorridas em diversos tempos e espaços no atual território brasileiro, reforçando a ideia da imprescindibilidade da difusão do conhecimento

científico. Esperamos, assim, que os textos aqui apresentados proporcionem outros diálogos e novas experiências de contato com a História.

Antonio José de Oliveira

Professor do DHC-UFRN e do PPGHC-UFRN

Organizador da Coleção Discutindo os Sertões

Helder Alexandre Medeiros de Macedo

Professor do DHC-UFRN, do PPGHC-UFRN e do PPGH-UFRN

Organizador da Coleção Discutindo os Sertões

SUMÁRIO

Apresentação.....	10
--------------------------	-----------

Rosenilson da Silva Santos

Yuri Simonini

CAPÍTULO 1

Memórias e experiências de mulheres e homens nas frentes de emergência na velha Augusto Severo-RN entre os anos de 1979 a 1984.....	14
--	-----------

Ana Sara Cordeiro de Almeida

Juciene Batista Félix Andrade

doi: 10.48209/978-65-84959-95-0

CAPÍTULO 2

Os “deslocados da seca” em movimentos sociais: passeatas da fome, motins, saques e outras ações de massa (Ceará, década de 1950).....	27
--	-----------

Renata Felipe Monteiro

doi: 10.48209/978-65-84959-95-1

CAPÍTULO 3

Viúvas da seca em ‘Morte e Vida Severina’ – o peso da emigração masculina no semiárido setentrional pernambucano.....	39
--	-----------

Brenda Luíza Patriota Lima e Silva

Paulo Victor Maciel da Costa

doi: 10.48209/978-65-84959-95-2

CAPÍTULO 4

Luiz Gonzaga de Rei do Baião a pacificador do sertão: mediando um conflito agrário na Paraíba.....	56
---	-----------

José Cunha Lima

doi: 10.48209/978-65-84959-95-3

CAPÍTULO 5

Seca, fome e saque na região do Mato Grande: análise do saque realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na cidade de João Câmara/RN em 1998.....	72
---	-----------

Antonio Xavier do Nascimento

doi: 10.48209/978-65-84959-95-4

CAPÍTULO 6

A batalha de um povo esquecido: o sertão piauiense no processo da independência do Brasil.....94

Ana Maria Bezerra do Nascimento

doi: 10.48209/978-65-84959-95-5

CAPÍTULO 7

A Marcha para Oeste e o progresso do sertão na colonização do oeste catarinense.....107

Kelvin Francisco Bonsere

doi: 10.48209/978-65-84959-95-6

CAPÍTULO 8

“No caos ninguém é cidadão”: a atualização recorrente do legado de Euclides da Cunha pelo jornalismo.....121

Aurora Almeida de Miranda Leão

doi: 10.48209/978-65-84959-95-7

CAPÍTULO 9

A Sudene do Nordeste: o papel de Dinarte Mariz, planos e projetos para os problemas enfrentados com as secas no Nordeste brasileiro (1954-1959).....135

Larisse Santos Bernardo

doi: 10.48209/978-65-84959-95-9

CAPÍTULO 10

Barragem Armando Ribeiro Gonçalves: a relação entre o discurso da seca no sertão e a construção de um reservatório artificial no Vale do Baixo Açu.....154

Maiara Brenda Rodrigues de Brito

doi: 10.48209/978-65-84959-95-A

CAPÍTULO 11

Os Corpos da Paz: uma missão político-humanitária em terras potiguaras.....170

João Paulo de Lima Silva

doi: 10.48209/978-65-84959-95-B

Sobre as Autoras e os Autores.....183

Índice remissivo.....185

APRESENTAÇÃO

Este livro é o resultado das pesquisas e reflexões de um conjunto de investigadores(as), provenientes de várias instituições, reunidos(as) por ocasião da V Jornada Nacional de História dos Sertões e do I Colóquio Regional Sertões, Tempo, Espaço e Natureza - 120 anos de “Os Sertões”. Nesta obra concentram-se, especificamente, os textos provenientes dos trabalhos apresentados nos Simpósios Temáticos: Trabalho e Migração nos Sertões; Terra e Território: a questão agrária do sertão semiárido; A Independência e os Sertões do Brasil; História Política, Sertão e Imprensa.

Nos referidos Simpósios, a partir do domínio da História dos Sertões, durante alguns dias, compartilhou-se as experiências e resultados de pesquisas que ganham as páginas a seguir. Enquanto os trabalhos apresentados foram agrupados nos capítulos a frente, este livro integra a Coleção *Discutindo Sertões*, que constitui o mais recente e bem acabado extrato de múltiplos esforços para pensar academicamente a História dos Sertões.

Há aqui uma vigorosa diversidade de temas, recortes espaciais e temporais, que conformam um repertório crescente das reflexões em torno dos mais diversos sertões; ainda assim, é possível identificar eixos em torno dos quais as investigações orbitam. Os agentes de poder, estejam eles ocupando os espaços mais tradicionais desse exercício – como as autoridades políticas – ou, por exemplo, no lugar de artistas, recorrentemente ocupam a cena histórica em conflito com os trabalhadores comuns, desvelando cenários de desigualdades sociais sendo produzidas ou aprofundadas. Nesse quadro, merecem atenção as diversas leituras pelas quais passam os imigrantes.

Os imigrantes, tema tão caro às mais diversas expressões artísticas no e sobre o Nordeste do Brasil, uma vez identificados em trânsito em sertões outros e em territórios fora do Nordeste, na medida em que podem ser percebidos de formas plurais – ora como ameaça, ora como arauto do processo –, também pos-

sibilitam a pluralização do próprio conceito de Nordeste. Das artes, João Cabral de Melo Neto e Euclides da Cunha atravessam alguns textos na medida em que é utilizado como lente para leitura de diversas questões.

A discussões também revelam batalhas sangrentas, como a Batalha do Jenipapo, que dão a ver a diferentes projetos de Brasil que são disputados fora do litoral, território esse recorrentemente associado a ideia de centro irradiador das decisões que construíram a nação.

O primeiro texto, de Ana Sara Cordeiro de Almeida e Juciene Batista Félix Andrade, analisa as experiências dos trabalhadores e trabalhadoras das frentes de emergência na região de Campo Grande (RN), entre 1979 e 1984, utilizando fontes orais e documentais. Com base nas fichas de alistamento organizadas pelo DNOCS, as autoras examinam o papel das mulheres nessas frentes e suas experiências como mães, esposas, donas de casa e trabalhadoras. Em “Os ‘deslocados da seca’ em movimentos sociais: passeatas da fome, motins, saques e outras ações de massa (Ceará, década de 1950)”, Renata Felipe Monteiro discute o papel da Hospedaria Getúlio Vargas como centro de migração sertaneja e palco de conflitos envolvendo diversos atores sociais. Representados nos jornais como “classes perigosas”, os migrantes sertanejos foram descritos como propensos à violência, realizando saques em estabelecimentos comerciais com apoio de estudantes e operários. A pressão social exercida por esses grupos resultou em conquistas perante os poderes públicos, principalmente no acesso a alimentos durante as crises de carestia na década de 1950.

O lirismo da obra “Morte e Vida Severina” de João Cabral de Melo Neto é utilizado por Brenda Luiza Patriota Lima e Silva e Paulo Victor Maciel da Costa para discutir os significados das emigrações masculinas no semiárido pernambucano e seus impactos nas “viúvas das secas”, as mulheres deixadas para trás. O uso dos censos demográficos das décadas de 1940 a 1960, resultou em um estudo transversal que demonstra ajustes das dinâmicas familiares, com as viúvas de homens vivos ressignificaram suas vidas, enquanto aguardavam o (possível) retorno de seus companheiros. Em 26 de junho de 1980, nos estertores do período militar brasileiro, o presidente João Figueredo visitou a Fazenda

Alagamar, projeto-piloto de reforma agrária, localizada entre os municípios de Itabiana e Salgado de São Félix, na Paraíba. Este momento envolveu uma série de tensões socioeconômicas entre colonos e proprietários de terra cujo papel do sanfoneiro Luiz Gonzaga é o objeto de investigação de José Cunha Lima. A fazenda se tornou um lócus que amalgama conflitos agrários e as estratégias de apaziguamentos em um momento de secas no Nordeste e das tentativas de ações do governo militar em mitigar suas consequências.

Os conflitos pela propriedade da terra no campo estão no cerne da criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Antonio Xavier do Nascimento analisa o contexto social, agrário e político no qual o MST organizou saques em João Câmara em 1998, destacando seu papel como sujeitos sociais. O autor argumenta que a ação contra o supermercado J. Souza resultou de diversos fatores que transformaram a fome e a miséria em revolta, além de ser uma estratégia de pressão política para atender às demandas do movimento.

Euclides da Cunha serve como ponto de partida para Ana Maria Bezerra do Nascimento abordar a “Batalha do Jenipapo”, no sertão do Piauí, dentro do processo de independência do Brasil, um evento pouco conhecido na historiografia brasileira. A partir da narrativa de Abdias Neves, o conflito adquire novos significados ao explorar a vida no sertão dentro de um marco histórico brasileiro, inserindo o Piauí nas interpretações das lutas pela independência do país. Kelvin Francisco Bonsere analisa “A marcha para Oeste e o progresso do sertão na colonização do Oeste Catarinense” entre 1937 e 1945, demonstrando, como bem observa Nísia Trindade, que o sertão brasileiro não se restringe apenas à região setentrional do Brasil. No contexto da política de interiorização fomentada pelo governo Vargas, a expansão da fronteira em Santa Catarina foi representada como um processo civilizador, retratando o colono migrante como uma figura heroica do progresso nos sertões brasileiros.

As desigualdades no Brasil, abordadas na obra de Euclides da Cunha, permanecem atuais e, não raro, destacadas nos grandes veículos de imprensa. Sob a perspectiva de um porvir, Aurora Almeida de Miranda Leão analisa a percepção nacional sobre os problemas sociais agravados pela miséria e a

constante relevância da obra de Euclides. O texto de Larisse Santos Bernardo examina a relação entre Dinarte Mariz e a SUDENE, destacando sua atuação em diferentes fóruns de debate, como o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, o Seminário do Nordeste (Garanhuns, 1959) e o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste. Para a autora, a participação de Dinarte Mariz como conselheiro da SUDENE visava ao desenvolvimento de políticas econômicas e públicas para a região. A barragem Armando Ribeiro Gonçalves, localizada em Açu-RN, foi um elemento central nas políticas de irrigação e construção de açudes no Baixo-Açu. Segundo Maiara Brenda Rodrigues de Brito, a barragem também foi utilizada como símbolo da ideia de superação das secas por meio de grandes obras, conforme narrativas encontradas na imprensa entre 1975 e 1979. No capítulo final desta coletânea, João Paulo de Lima Silva analisa os modelos de cooperação entre os Estados Unidos e o Brasil e sua atuação no Nordeste na década de 1960. Os voluntários dos Corpos de Paz dos EUA realizaram diversas ações nas áreas de educação e saúde, influenciando, segundo o autor, os movimentos sociais e políticos daquele período.

O conjunto de estudos apresentado neste livro reflete a diversidade de abordagens e temas que compõem o campo de pesquisa sobre os sertões. As análises contidas na obra mostram como, ao longo do tempo, os sertões têm sido palco de importantes disputas sociais, econômicas e políticas, envolvendo agentes de poder e trabalhadores comuns, bem como imigrantes e movimentos sociais. A obra, ao integrar diferentes recortes temporais e espaciais, contribui para a ampliação do repertório acadêmico sobre a história e os desafios do sertão nordestino, destacando a relevância dessas discussões para a compreensão da formação socioeconômica e cultural do país.

Rosenilson da Silva Santos
Professor do DHI-UERN e do PPGHC-UFRN
Organizador do volume *Discutindo os sertões: poder e política*

Yuri Simonini
Professor da UNI-RN e do PPGHC-UFRN
Organizador do volume *Discutindo os sertões: poder e política*

CAPÍTULO 1

MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE MULHERES E HOMENS NAS FRENTES DE EMERGÊNCIA NA VELHA AUGUSTO SEVERO-RN ENTRE OS ANOS DE 1979 A 1984

Ana Sara Cordeiro de Almeida

Juciene Batista Felix Andrade

Doi: 10.48209/978-65-84959-95-0

Introdução

Já existem mais de 300 mil flagelados

Seca compromete toda produção do Estado

Os oitenta milímetros de chuvas caídas ontem em Currais Novos não conseguiram animar os agricultores atingidos pela seca, uma vez que, no momento, praticamente toda a produção do Estado encontra-se comprometida [...].

Somente se as chuvas forem contínuas, admitiu, haveria condições de replantio nas áreas atingidas, entre elas Mato Grande, Seridó, Potengi, Alto Oeste e Trairi, com um total de 85 municípios já declarados como áreas críticas e incluídos no decreto de estado de emergência, baixado pelo Governo. (O POTI RN, 1979, p. 5).

A matéria do Jornal O POTI do dia 21 e 22 de abril do ano de 1979 acima destaca mais uma seca que atingiu os municípios do Rio Grande do Norte, enfatizando as regiões de produção do Estado. O que percebemos é que neste período há grande número de flagelados, estes que eram em sua maioria da Zona Rural e de Cidades do interior, sendo muitos destes pequenos agricultores, meeiros e agricultores de subsistência, os primeiros atingidos pelas estiagens, encontrado como única opção de fonte de renda para se sustentarem nos trabalhos das frentes de emergências, as frentes eram projetos, planos de emergências desenvolvidos

com a colaboração do Estado, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste -SUDENE e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS, que seriam responsáveis por execuções de obras, tais como: reparos em açudes, construções de pequenos barreiros, poços, construções de pequenos açudes. Grande parte dessas obras ainda sobrevivem aos efeitos do tempo, sendo encontradas pelos Estados do Nordeste, alguns dos sujeitos ainda vivem aos arredores das construções, outros já não vivem mais nas proximidades, bem como, alguns não viviam e nem vivem próximos às obras.

Por serem nítidas as construções no tempo presente, nos embasamos de questões acerca dos sujeitos que as construíram.

Portanto, nos baseamos em uma história mais recente dos trabalhadores e trabalhadoras que nos períodos de 1979 a 1984 passaram pelas frentes de emergência. Há nesses trabalhos de emergências, uma grande historicidade que se relaciona às instituições que as desenvolveram, como também às ações públicas de perfil científico, a exemplo da projeção do açude em questão baseadas em planejamentos e cálculos de engenharia. É nítido que nos anos finais do século XIX e início do século XX quando grande parte do conhecimento sobre os sertões se desenvolveu a partir de instituições e viagens às terras do Norte/Nordeste, este caso é evidente na segunda metade do século XIX nas comissões imperiais, com o objetivo de integrar as terras ainda não conhecidas, já no período republicano, no século XX, a responsável pelo conhecimento do Norte/Nordeste é a Inspetoria de Obras Contra as Secas no período de 1909 a 1919, que se deteve a olhar para as secas através da ciência existente no período. É importante destacarmos que o entendimento de sertões no momento estava relacionado aos espaços áridos do Brasil - como ressalta o autor Kleiton Moraes (2018): “Houve uma sobreposição semântica entre as palavras ‘sertão’ e ‘secas’ delineando os contornos fronteiriços de definição do espaço: sertão é o palco das secas e as secas ocorrem nos sertões”. (2018, p. 53).

Em estudos da autora Ivone Cordeiro Barbosa (2000), no trabalho intitulado *Sertão: o espaço do outro*, sobre o sertão na literatura do século XIX e XX,

percebemos como grandes personagens literários vão revivendo o sertão, o passado e os trazendo para seus escritos no seu tempo. A partir do estudo da autora Ivone, percebemos como esses letrados influenciados pelos técnicos-científicos queriam retratar o sertão:

Fica evidente que o lugar ocupado pelo sertão – com suas paisagens, seus costumes, e tradições, as formas de organização social e de produção econômica – na produção literária do século XIX é também indicador da importância desse espaço na realidade brasileira, impondo aos letrados trazê-los à consciência social urbana. Para além do espírito nacionalista está o desejo dessa elite em construir-se identitariamente como progressista e civilizada, marcando diferenciações para afirmar uma hegemonia da cidade sobre o campo que, naquele momento, no caso do Brasil, ainda não se concretiza historicamente, resgatando o seu outro: o rural. (2000, p. 49).

Como observamos, o sertão era visto como o outro, desconhecido e profundo, e muitas vezes os brasileiros os ligavam ao Norte/Nordeste claramente em descompasso com o resto do país. Foram compreensões que se enraizaram no decorrer do tempo por diversas representações estereotipadas, a exemplos: na literatura, nas reportagens, nas pinturas, nas telenovelas, e muitas dessas representações ligavam o sertão Nordestino tipificando com as estiagens em momentos secos da Caatinga.

É a partir da propagação do problema das secas no Norte-Nordeste e com estereótipos de sertões, que em 21 de outubro de 1909 a Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS foi criada, “que sistematizava os serviços de combate às secas e encetava um plano de modernização dos sertões do norte para incorporá-los, pelo progresso, à nação.” (Moraes, 2018, p. 60). A Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, entre 1919 a 1945, realizou grandes construções de açudes no Nordeste, são: “no interior do Rio Grande do Norte, o açude Itans, e na Paraíba, os açudes Condado e São Gonçalo” (Andrade, 2020, p. 276). Em 1945 a instituição passa a ser Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, essa instituição tem sua sede principal em Fortaleza-CE, com inspetores e engenheiros, o DNOCS tinha por finalidade trazer serviços em períodos de estiagens, (Castro, 2016) eram as soluções que às autoridades estaduais desenvolviam juntamente com estas insti-

tuições. Há também nos serviços emergenciais, um debate em torno do fixar os atingidos pelas estiagens em seus locais de origem, para assim, os distanciar dos grandes centros. Como salienta Lara de Castro: “Estavam localizadas em lugares relativamente isolados, guardando o objetivo de ocupar e fixar trabalhadores dentro dos seus estados” (2016, p. 16). As obras se davam em espaços próximos aos trabalhadores, para assim, evitar que estes se retirassem, as frentes de emergências que examinaremos obedece esse ritmo, pois as construções se davam no próprio município de Campo Grande, em comunidades rurais de moradias dos sujeitos ou vizinhas.

Referindo-nos ao Departamento Nacional de Obra Contra as Secas, a instituição possui um grande número de fontes sobre secas no Nordeste, estas fontes contribuem para estudos históricos diversos, bem como para muitos temas, é o caso de diversos pesquisadores da História Social que se dedicam a estudar sobre questões de açudagem, cotidiano e migrações. A História Social que já passou por muitas mudanças, como bem descreve Beatriz Moreyra no trabalho *El revival de la historia social en la primera década del siglo XXI: ¿retorno o reconfiguración?* (2014):

La historia social en vías de reconfiguración en lo que va del siglo XXI es fundamentalmente política, porque supera la ingenua naturalización del mundo social y rescata la dimensión política como un medio en el cual se reproducen, se negocian y se resisten las relaciones de poder. [...] lo político e la política son elementos viateles para que la historiografía social contribuya a hacer más inteligible el devenir de las sociedades humanas. (2014, p. 184).

É a partir dessa reconfiguração que no século XXI, enquanto pesquisadores, devemos superar uma naturalização presente na história social, compreendendo que os sujeitos fazem parte da história, para aprofundar esse diálogo, nos debruçamos em conceitos, como: experiência e memória. Percebemos que a partir das fontes do DNOCS, podem ser explorados diversos temas, há uma vasta potencialidade para trabalhos históricos sobre trabalho:

Esses operários foram protagonistas na produção de variadas obras por todo o Nordeste. Foram arregimentados para operar na edificação, restauração e conservação de estradas, açudes, redes de eletricidade, canais de irrigação,

postos de piscicultura, igrejas, cemitérios, entre outros. Essas frentes foram majoritariamente organizadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em obras já em andamento – ditas permanentes, mas especialmente nas acionadas durante as estiagens – chamadas de emergência. Tudo isso gerou uma volumosa documentação, ricas de possibilidades de pesquisa sobre os mais variados temas, inclusive trabalhadores. (Ferreira, 2015, p. 1).

Assim, há grandes possibilidades de pesquisas com os arquivos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. As fontes documentais da instituição – em especial da sede de Assú –RN - nos permite analisar os perfis de contratação, as obras e as funções que foram exercidas pelos homens e mulheres alistados.

As frentes de emergências: as potencialidades das fontes documentais e das fontes orais

Nos aproximando da espacialidade de nosso objeto, a cidade de Campo Grande- RN, são válidas algumas ressalvas, o município está localizado a 279, 4 km de distância da capital, situada na região intermediária Mossoró e imediata Mossoró. Vale ressaltar que a cidade no período que pesquisamos chamava-se Augusto Severo, durante sua história houveram mudanças de nome por questões políticas, sobre a mesma, temos como base para sua historicidade os autores e suas obras: Hugolino D'Oliveira *Augusto Severo: Campo Grande – RN* (1994) e Luís da Câmara Cascudo *Notícia sobre dez municípios potiguares* (1998).

Hugolino D'Oliveira, apesar de não ser um filho da cidade, era da cidade Caraúbas-RN, cidade circunvizinha e, trabalhava na mesma como tabelião escrivão. Escreveu um livro sobre Campo Grande/Augusto Severo-RN, em seus escritos no século XX, representou como a cidade foi se construindo por uma elite “totalmente” branca e europeia, resgatando os primórdios da cidade. Esclarece Sandra Pesavento as “representações são presentificações de uma ausência, onde representante e representado guardam entre si relações de aproximação e distanciamento” (2006, p. 49). Apesar de não utilizarmos do conceito de representação,

nos é importante o entendimento deste, para compreendermos que o memorialista faz essa tentativa de “resgatar” uma cidade pautada por “brancos”, assim, nesta presentificação, o autor traz questões iniciais da cidade, como a construção do açude morcego.

Nos atentamos para o breve parágrafo sobre a comunidade Morcego¹, ao escrever sobre a comunidade, o mesmo se deteve a construção do açude e aos arredores da obra, todavia, o que chama a atenção de Hugolino é a casa do chefe de construção, não chamando atenção a casa de taipas dos flagelados pela seca: “Merece apenas atenção a casa de residência do fiscal do açude, por ser solidamente construída, ampla e arejada” (D’Oliveira, 1994, p. 24).

Não é detalhado o cotidiano dos trabalhadores ou quaisquer necessidades que estes trabalhadores estavam passando nessas moradias. Ao decorrer de sua obra, também vemos que o mesmo representou os moradores da área rural de uma forma fora a parte da cidade, como se não fizesse parte da mesma, e até mesmo, mais aptos ao alcoolismo: “O alcoolismo apresenta um pequeno número de vítimas na população urbana: todavia, entre os rurícolas, o número é um pouco maior.” (D’Oliveira, 1994, p. 75).

Analisando esses aspectos da escrita do memorialista a respeito da cidade, observamos que foram se criando separações, e até mesmo estereótipos sobre a população rural. Muitos aspectos destas populações rurais foram deixados de lado, principalmente no século XX. O autor Luís da Câmara Cascudo, em seu Livro *Notícia sobre dez municípios potiguares* (1998) dedicou um dos capítulos para Campo Grande, na obra, ele enfatizou os três nomes que a cidade possuiu durante sua fundação: quais sejam: *Campo Grande, Triunfo, Augusto Severo*. Em poucas páginas, Cascudo ressaltou sobre as mudanças internas que foram sofridas durante sua história, e em poucas linhas discorreu: “tais foram as andanças e mudanças de nomes dessa velha e querida terra ilustre. Mudando de nome e nunca mudando de alma...” (1998, p. 29). Como bem percebemos, a historicidade

1 Comunidade acerca de 4,1 km de distância de Campo Grande, nos dias atuais sendo uma das comunidades que servem de turismo para o município.

da Campo Grande se fez por um querer aparentemente de avanços pelo espaço citadino.

Imbuído de visões técnicos-científicas sobre natureza e sujeitos, o autor Hugolino D'Oliveira escreveu narrativas sobre uma história campo grandense no período de 1920 a 1950, forjada por sangue europeu:

10º) A principal corrente de povoamento do município foi estrangeira, se não quiser que seja nacional, pois, naquela época, os portugueses eram considerados nacionais, desde que o Brasil era uma simples colônia sob o Julgo português. Portanto, nenhuma corrente, a não ser portuguesa, influiu para o povoamento do município. (1994, p. 20).

Compreendemos que essa visão é uma tentativa de construir uma Campo Grande pautada pela branquitude. Entretanto, a partir do cruzamento com outras fontes, a exemplo das eclesiásticas – *batismos, casamentos e óbitos* – do período de 1865 a 1885, da Paróquia de Assú-RN, desenvolvido pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, a cidade de Campo Grande, que fazia parte da freguesia da atual Assú, possuía fazendas com escravos. Supomos que os escravizados da região, ao se libertarem, ficariam aos arredores das mesmas, povoando parte das terras. Bem como, a influência indígena, que graduando nos dias atuais, se voltam a pesquisar sobre. O que queremos ressaltar aqui, são as influências postas pelo memorialista, que influenciaria a sociedade campo grandense indiretamente, e que de certa forma distanciaria os espaços, contribuindo para um silenciamento de parte desta história social do trabalho nas frentes.

É a partir desta experiência histórica que aprofundamos nossas análises sobre a temática das Memórias e experiências de mulheres e homens nas frentes de emergência na velha Augusto Severo-RN entre os anos de 1979 a 1984. Inicialmente, tomando como fonte os documentos do arquivo do DNOCS da cidade de Assú-RN, de que existe uma vasta potencialidade para trabalhos históricos sobre trabalho. Estes documentos do arquivo do Departamento Nacional de Obra Contra as Secas são fontes que contribuem para diversos temas, é o caso de muitos pesquisadores da História Social que se dedicam a estudar sobre questões de açudagem, cotidiano e migrações.

O arquivo do DNOCS de Assú-RN possui uma variedade de tipologias documentais, são elas: fichas de alistamento, listas de presenças e de distribuição de valores – pagamentos – especificamente, neste trabalho buscamos trazer o debate com as fichas de alistamento. Nestas fichas podemos perceber diversas informações: *idade, se sabe ler, escrever, estado civil, quantidade de dependentes*. A partir dessas informações, que mesmo sendo em nível institucional, podemos perceber quem eram estes trabalhadores das frentes de emergências de 1983/1984, quem estava habilitado a se inscrever, quais os critérios analisados pela instituição, abre espaço também para trabalhos acerca da educação neste período e o quantitativo de mulheres alfabetizadas.

Estas fontes documentais possuem em si muito da instituição que as escrevem, como nos alerta Carlos Bacellar, estes arquivos institucionais carregam em sua escrita “a opinião da pessoa/ou do órgão que o escreveu” (Bacellar, 2008, p. 65), assim, por mais que essas fichas tenham uma finalidade institucional, percebemos o quadro de trabalhadores que se inscreviam nestes trabalhos de emergência, onde damos especial atenção aos perfis de operários e operárias nas obras. Nas fichas podemos averiguar as funções do trabalho das mulheres nas obras, que seriam de operárias, que antes exerciam a profissão doméstica, donas de casas. Após estarem inscritas nas frentes de emergências, iriam conciliar a situação de donas de casas e domésticas com a de operárias nas obras, levando seus filhos pequenos para o ambiente de trabalho nas frentes.

Por meio da análise das fichas de inscrições, evidenciamos que em um espaço costumeiro de homens, as mulheres assumiam o trabalho, fazendo diversos serviços, como: cavando buracos, carregando areia em carrinho de mão, e nesses espaços, ainda teriam que cuidar dos filhos. Uma informação nos chama atenção, apesar de terem campos a serem preenchidos pelos funcionários do DNOCS, uma observação foi feita ao final da ficha, a saber: “obs.: casada e separada”, esta mulher com 01 dependente não vivia mais com seu marido, sendo separada de esposo. Com a informação adicional, esta mulher seria uma das que se enquadrariam como “apta” aos trabalhos de emergência no período de 1983/1984.

Notamos que algumas fichas colocam informações assinadas a caneta, como: “casada e separada”, “necessitada”, “mãe solteira”, “sem pais”, “marido e filhos alistados”, essa constatação nos faz levantar a hipótese que algumas dessas informações favoreceriam as alistadas para serem selecionadas aos trabalhos emergenciais – outras não – as mães solteiras teriam maiores urgências, pois teriam filhos.

Nas fichas haviam também a filiação dos trabalhadores, a obra que iriam trabalhar e o local que estes trabalhadores e trabalhadoras se instalariam. É possível com estas fontes entendermos os caminhos que trilhavam para chegarem às obras: se eram perto de onde residiam, se eram distantes, os transportes que estes sujeitos utilizavam para chegar nos trabalhos emergenciais, se as obras ficavam nas comunidades, se haviam uma contribuição coletiva daquela obra. Outra importante fonte que merece destaque são as *fichas de presença* dos trabalhadores, a qual a mesma nos permite sabermos a localização das obras e o nome dos açudes.

Estes perfis de trabalhadores que se instalavam nas frentes de emergência do Município de Campo Grande-RN, nos mostram os números de dependentes, se eram alfabetizados, suas profissões. Para entendermos questões que nos chegam a partir da análise das fichas, é necessário nos apropriarmos da história oral, de entrevistas com estes sujeitos. Algo que iremos nos aprofundar como segundo capítulo da futura dissertação.

Nos adentrando aos caminhos possíveis das fontes orais, é necessário deixarmos claro, que ainda não realizamos as entrevistas, mas que para um trabalho anterior, foram realizadas algumas entrevistas. Apontamos que pudemos compreender a partir da fonte Oral e o debate em torno da experiência e memória nestas entrevistas. Debate que se embasou metodologicamente a partir dos autores Verena Alberti (2008) e Alessandro Portelli (2016).

Inicialmente analisamos as fichas, nelas encontramos os perfis dos trabalhadores nas fontes documentais do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas da Cidade Assú-RN. Essas fontes além de serem importantes para a pesquisa, nos deixam à margem para analisarmos a experiência e memória destes trabalhadores e trabalhadoras das Frentes de Emergências. Essa abertura seria

possível a partir da escuta, ao nos aproximarmos dos entrevistados e colocá-los na história, dos trabalhos nas frentes, os momentos positivos das frentes, a solidariedade entre si, como eram as obras e também os pontos negativos. Dentre os pontos negativos, ressaltamos as cestas básicas, pelo que pudemos perceber – em pesquisa monográfica de 2019 - não eram alimentos de boa qualidade, geralmente o feijão era de difícil cozimento pois estava envelhecido. Essas questões, adentram em uma história pautada no conceito de experiência, ao qual Edward Palmer Thompson (1981) nos ajuda a entender que as experiências dos trabalhadores são importantes para chegarmos a uma história social de maiores alcances, onde os sujeitos que vivenciaram podem retornar os fatos presenciados.

Ao retornarmos à experiência dos trabalhadores, iremos enxergar perfis diferentes das fichas. Por meio da oralidade, é possível encontrar perfis de trabalhadores que se ajudavam entre si, que dividiam os alimentos, como: um café, um açúcar, bolachas – pudemos enxergar tais questões em conversas com os trabalhadores que mostrariam sua própria vivência nos espaços de trabalho, são temas que nos aproximam do conceito de cotidiano. Nesta pesquisa utilizamos o cotidiano inventado de Michel de Certeau (1998) em sua obra *A Invenção do Cotidiano*, que nos permitiu entender que os trabalhadores por mais que se moldassem por um período a serem operários, não se permitam deixar suas trajetórias anteriores, assim, como também podem remodelar suas próprias ações, um ato de se ajudarem entre si nas obras, nos possibilita enxergar a invenção deste cotidiano pelas astúcias e reinvenções dos homens ordinários. Essa percepção de invenção cotidiana é notável quando as mulheres levavam para as obras seus filhos/filhas, e muitas vezes, internamente trocavam de funções, ajudando umas às outras, criando teias de solidariedades e amizades entre os trabalhadores.

Esse dado ajuda a entender as dinâmicas entre os pares: entre as turmas de homens e as turmas das mulheres. Assuntos como esses, são possíveis a partir da rememoração, das lembranças dos trabalhadores e trabalhadoras que irão trazer para o presente um *passado sepultado*, estes indivíduos irão expor um passado pessoal, as lembranças perdidas, uma rememoração em que Júlio Pimentel destaca:

Da sensação de perda à ânsia de recuperar o passado: nesse trajeto enuncia-se a vontade de memória e, mais, o dever, a ordem de lembrar. Uma forma da memória que, vinda de fora para dentro do indivíduo, dialoga com seu passado pessoal e imprime-lhe formas coletivas de compreensão. (1998, p. 209).

Os trabalhadores irão imprimir suas formas de percepção dos trabalhos nas frentes de emergências para compreendermos suas experiências. Assim, inconscientemente frisarão comparações entre o presente e passado pessoal desses sujeitos, suas angústias passadas, os laços de amizades feitos e desfeitos nos trabalhos, o cotidiano nesses espaços, tais como: as paradas de trabalho para um lanche rápido, a coletividade em espaço de trabalho, as divisões de trabalhos.

Analisando o Jornal O Poti RN, identificamos matérias que expõem o debate acerca das frentes de emergências no Rio Grande do Norte nas regiões assoladas e o contexto político no período. Inicialmente, em 1979, o debate por essa mídia se dá por uma seca que ocorreu no Rio Grande do Norte, as matérias cobravam do Estado a elaboração de um plano de desenvolvimento. Diante do contexto, chegamos a entender que as inscrições dos trabalhadores partiram do próprio município. Em 1983, a grande repercussão das matérias se davam em torno da gravidade da estiagem, que seria prejudicial aos alimentos exportados – algodão e feijão – a também o aumento de preços dos alimentos nas feiras da capital, com esta matéria levantamos questões que serão importantes, a exemplo: perguntas acerca dos gêneros alimentícios dos trabalhadores, os preços dos alimentos na cidade de Campo Grande-RN. Essas fontes jornalísticas repercutem a seca de forma regional, partindo de debates de cunho informativo para um dado período, o que captamos até aqui, é que são matérias importantes para o objeto.

As matérias podem também enfatizar como os atingidos das secas eram tratados ou apelidados, inicialmente não tínhamos averiguado se os atingidos tinham um apelido. Em análise ao periódico O Poti RN, encontramos uma matéria que enfatiza o apelido cassacos², é uma questão preliminar, não temos embasamento se os sujeitos do município de Campo Grande-RN, eram vistos ou representados por cassacos, mas será um ponto a colocarmos a posterior nas entrevistas.

² Animal de odor forte, presente na fauna de algumas regiões do Nordeste.

Considerações Finais

Na nossa pesquisa, até aqui, seja com as fichas, com as matérias dos jornais e entrevistas, é possível compreendermos a importância deste trabalho para a história de Campo Grande, para uma História Social, e o quão os conceitos de experiência e memória são relevantes para nosso contato com o objeto. Para concluirmos este pequeno esboço de pesquisa, deixamos uma citação de Júlio Pimentel: “Memória como lugar de persistência, de continuidade, de capacidade de viver o hoje inexistente.” (1998, p. 207).

Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 155-191.

ANDRADE, Juciene Batista Félix. Os Sertões em Debate: Fronteiras, secas e instituições. **Projeto História**, São Paulo, v. 69, 2020, set-dez, p. 275-311.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. Sertão: o espaço do outro. In: BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão: um lugar incomum: o sertão do Ceará na Literatura do século XIX**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 33-52.

CARLOS, Bacellar. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-72.

CASCUDO, Luis da Camara. **Notícia sobre dez municípios potiguares: Aca-ri, Areia Branca, Assú, Caicó, Campo Grande, Caraúbas, Currais Novos, Mossoró**. Mossoró: ETFRN-Uned de Mossoró, 1998.

CASTRO, Lara de. **Cassacos: trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016.

CASTRO, Lara de. Fontes Oficiais para a História Social: Documentos do DNOCS em questão. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História**, 2015, Florianópolis.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

D'OLIVEIRA, Hugolino. **Augusto Severo**: Campo Grande – RN. Natal, 1994.

MORAES, Kleiton de S. A questão sertão e a criação da inspetoria de obras contra as secas. **O progresso descobre o sertão**: a inspetoria de obras contra as secas (1909-1918). São Paulo: Alameda, 2018.

MOREYRA, Beatriz I. El revival de la historia social em la primeira década del siglo XXI: ¿retorno o reconfiguración?. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 7, n. 15, p. 168-186, 2015. DOI: 10.15848/hh.voi15.740. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br>. Acesso em: 17 de agosto de 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatay. Cultura e representações: uma trajetória. **Anos 90**, 13(23), 2006, p. 45-58. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6395>.

PIMENTEL, Júlio. Os muitos tempos da memória. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, 1998, nov, p. 203-211.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral Como Arte da Escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

THOMPSON, E. PALMER. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CAPÍTULO 2

OS “DESLOCADOS DA SECA” EM MOVIMENTOS SOCIAIS: PASSEATAS DA FOME, MOTINS, SAQUES E OUTRAS AÇÕES DE MASSA (CEARÁ, DÉCADA DE 1950)

Renata Felipe Monteiro

Doi: 10.48209/978-65-84959-95-1

No Ceará, as migrações de sertanejos para outras paragens do Brasil nos períodos de seca, sobretudo, para a região amazônica, eram recorrentes desde o século XIX¹, fossem subsidiadas ou não pelas autoridades governamentais. Na década de 1940, contudo, essa migração para a Amazônia tornou-se uma política de Estado – para a exploração da borracha – e exigiu a construção e organização de vários pousos e hospedarias nos Estados do Norte e Nordeste que receberam milhares de trabalhadores. Foram construídos diversos recintos de hospedagem no Ceará, tais como, a Hospedaria do Prado (Fortaleza), o Pouso de Sobral, o Pouso de Tianguá e o Pouso de Iguatu. A “mais famosa” e que continuou sendo a principal referência ao migrante nordestino ao chegar à Fortaleza nos períodos de seca, porém, foi a Hospedaria Getúlio Vargas, inaugurada em 15 de março de 1943.

¹ Para entender melhor esse fluxo migratório para a região Norte, a partir de meados do século XIX e, sobretudo, a partir da seca de 1877-79, ver: CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. *Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. Dissertação de Mestrado em História Social, UFC, 2011; LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1906)*. Tese de doutorado em História Social, USP, 2006; NETO, Edgar Braga. *Emigração Cearense entre 1888 e 1915: sentidos, controle e configuração social dos migrantes*. Dissertação de mestrado em Sociologia, UFC, 2012, e BARBOZA, Edson Holanda Lima. *A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)*, Tese de doutorado em história social, PUC-SP, 2013.

Mas, apesar da Hospedaria Getúlio Vargas ter sido construída em 1943, foi a partir da década de 1950 que se tornou o principal centro de referência à população pobre que migrava para Fortaleza nos períodos de seca. Naquele recinto, milhares de famílias vivenciavam cotidianamente fome e doenças. Na ausência de meios de subsistência, inúmeros sertanejos vagavam pelas ruas mendigando ou realizavam saques para apaziguar a fome. Essas ações atemorizavam as autoridades governamentais, intelectuais, religiosos e outros sujeitos que, diante dessa situação de calamidade, buscavam alternativas para amenizar este cenário.

Dessa forma, a hospedaria tornou-se um campo de conflitos e embates, envolvendo migrantes, governo, imprensa, representantes da Igreja Católica, dentre outros. A proposta deste artigo é analisar como estes sujeitos em deslocamento se relacionavam com outras pessoas, que habitavam a cidade de Fortaleza naquele período, buscando entender ainda como estes migrantes se envolviam em diversos movimentos sociais de luta por melhores condições de vida.

Em 1951, durante a seca que atingiu o Nordeste e que se prolongou até 1953, o presidente Getúlio Vargas criou órgãos que visavam contribuir para o abastecimento da população nordestina: a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), que regulamentava o preço dos alimentos; e a Comissão de Abastecimento do Nordeste (CAN), responsável pela distribuição de alimentos nos períodos de estiagem. Apesar disso, diversas capitais no país enfrentaram crises de desabastecimento, carestia de alimentos e fome, ocorrendo protestos populares em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo e Ceará.

Desde pelo menos 1952 os jornais registram problemas de abastecimento envolvendo produtos importantes como carne, arroz, feijão, leite, trigo e até mesmo açúcar. Crises no abastecimento desses produtos parecem ter sido comuns por mais de dez anos, contudo, os períodos mais críticos, ou pelo menos aqueles em que reações populares foram mais visíveis são 1952, 1958, 1959 e 1962 (Lourenço Neto, 2017, p. 3)

No Ceará, atrelado aos problemas de abastecimento dos produtos básicos da alimentação da população – como, por exemplo, carne, leite e pão –, na década de 1950, houve longos períodos de estiagem (1951-53/1958-1959), prejudicando sobremaneira a vida da população do campo, que, diante das dificuldades de obter alimentos oriundos da terra e permanecer no seu torrão natal, via a migração como último recurso para a sobrevivência.

Muitos sujeitos, neste ínterim, se deslocaram para a Hospedaria Getúlio Vargas em busca de alimentação e/ou passagens para migrar, transformando este espaço de acolhimento em um “território de espera” (Vidal, 2013), tendo em vista que estes migrantes poderiam permanecer neste local por meses, enfrentando os mais diversos percalços.

Os jornais, tanto de circulação regional como nacional, denunciavam em suas páginas a situação de penúria enfrentada pelos abrigados. Manchetes alarmantes, tal como “três crianças morreram de fome” (Jornal Tribuna do Ceará/CE, 23/04/1958), eram comuns, assim como as fotografias que visavam “tornar tais sofrimentos visíveis a pessoas que até então estavam distantes deste olhar” (Barcelos, 2013, p. 6). As imagens seriam assim uma representação do “real” e uma exibição do sofrimento daqueles sujeitos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas, que seria levado pelas páginas dos periódicos para toda a população cearense, inúmeras vezes alheia ao que acontecia naquele recinto.

Uma das imagens mais emblemáticas sobre a situação de indigência dos migrantes foi produzida durante a realização de uma passeata da fome², ocorrida no dia 07 de setembro de 1951. O principal problema denunciado pelos migrantes na respectiva manifestação política era a fome, como podemos concluir tendo como parâmetro a fotografia abaixo (Foto 01).

² No ano de 1951 foram organizadas três passeatas pelos migrantes abrigados na hospedaria Getúlio Vargas, com o intuito de denunciar a situação de penúria no qual se encontravam, sendo a fome a principal problemática. A primeira foi realizada no dia 28 de março, a segunda no dia 30 de agosto e a terceira - e aparentemente mais organizada - no dia 07 de setembro.

Fotografia 1



Fonte: GV foto 231³

A imagem que nos remete à ideia de manifestação tranquila e passiva contrapõe-se às reportagens produzidas sobre o respectivo movimento de reivindicação. O jornal *O Povo* relatava que “mil e tantos cearenses” percorreram na manhã do dia 07 de setembro diversas ruas de Fortaleza antes de chegar ao palácio da Luz (sede do governo), “numa verdadeira demonstração de miséria e de depauperamento físico em que se encontram” (*Jornal O Povo/CE*, 08/09/1951).

O periódico *O Democrata* – órgão oficial de comunicação do Partido Comunista no Ceará – informava que, antes do desfile militar celebrado naquele dia na cidade de Fortaleza, houve uma “passeata da fome”, realizada por centenas de pessoas que estavam abrigadas na hospedaria. O motivo de tal rebeldia? Desde o dia anterior (06 de setembro), as pessoas naquele abrigo não comiam, pois não

³ Na página do acervo da CPDOC/FGV consta que a data de produção da foto foi 1952, mas não há nenhum registro nos periódicos ou em outros documentos da realização de alguma passeata no respectivo ano de 1952. Consideramos dessa forma que houve um equívoco com relação a data, já que essa é a mesma passeata noticiada pelos jornais *O Povo* e *O Democrata*, de 08 de setembro de 1951.

havia “um grão de feijão ou outro qualquer alimento”. Assim, carregando “numerosos cartazes em que a situação era descrita em eloquentes dísticos” (Jornal O Democrata/CE, 08/09/1951), esses sujeitos protestavam e denunciavam as condições de extrema miséria no qual se encontravam naquele espaço.

A escolha pelo dia 07 de setembro para a realização da passeata, provavelmente, não foi aleatória. Essa informação fica mais evidente ao analisarmos um telegrama enviado pelo governador do Ceará, Raul Barbosa, ao Ministro do Trabalho (José de Segadas Viana) para denunciar que os “retirantes que se encontram na Hospedaria Getúlio Vargas tentaram fazer dia 7 de setembro uma ‘parada da fome’ antes do desfile militar” (telegrama enviado pelo governador Raul Barbosa, 1951. GVc1951.00.00./84. CPDOC/FGV). Assim, a proposta era exibir à sociedade abastada de Fortaleza, que estaria comemorando a data cívica, as mazelas enfrentadas cotidianamente pela população migrante abrigada na hospedaria.

Além da realização de passeatas, os migrantes se envolviam em diversas ações de saques, tal como noticiou o jornal Tribuna do Ceará no dia 22 de abril de 1958: “levas de flagelados” invadiram mercados e saquearam as feiras livres de Fortaleza “em virtude da carência de recursos na Hospedaria Getúlio Vargas”. Um dos grupos de sertanejos invadiu uma padaria, localizada no centro de Fortaleza, obrigando o proprietário a distribuir-lhes pão. Além disso, houve a tentativa de saque ao Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) que não se concretizou devido à intervenção policial, que, além de impedir o saque, conduziu de volta à hospedaria os migrantes (Jornal Tribuna do Ceará/CE, 22/04/1958).

Um dos questionamentos, ao analisarmos a respectiva reportagem, se refere à punição destes sujeitos: por que não houve o encaminhamento dos mesmos para a delegacia, tendo em vista que ocorreram saques e a invasão à propriedade privada? Nos períodos de estiagem, as ações de apropriação de alimentos, normalmente, não eram punidas pelos agentes do poder com o encarceramento. Algo semelhante é analisado pelo historiador E. Thompson (1998), que investigou os motins da fome na Inglaterra do século XVIII. Para o respectivo historiador, ho-

mens e mulheres, sobretudo nos períodos de penúria extrema, legitimavam suas ações em “costumes tradicionais”, pautados na afirmativa de que os governantes deveriam socorrê-los quando houvesse uma calamidade climática. Caso não houvesse o cumprimento desse acordo, poderiam partir para a ação direta sem haver sanções.

O ano de 1958 foi marcado ainda por uma elevada carestia na cesta básica, impactando sobremaneira a sobrevivência dos mais pobres. Atrelado a isto, houve um aumento de 50% na passagem dos ônibus, que impactava no orçamento do trabalhador cearense e também dos estudantes, passando a custar a partir do dia 10 de novembro Cr\$ 3,00 (três cruzeiros) para a população em geral e Cr\$ 1,50 (um cruzeiro e cinquenta centavos) para estudantes e militares.

Os primeiros conflitos, em função do aumento do preço das passagens, ocorreram durante todo o dia 10 de novembro, quando estudantes e outros trabalhadores revoltados promoveram o quebra-quebra dos ônibus, sobretudo, daqueles localizados na praça José de Alencar (centro da cidade). A repressão ao movimento foi “forte”, como informou o periódico Unitário. Um grupo de policiais para garantir os direitos dos empresários e o patrimônio destes “espancou populares e estudantes” (Jornal Unitário/CE, 11/11/1958). No final da noite, os transportes foram recolhidos, deixando a população que retornava para casa à própria sorte.

No dia 15 de novembro, estudantes e operários uniram forças novamente e promoveram diversas manifestações em Fortaleza. Os discentes se concentraram inicialmente na praça da Bandeira (centro da cidade), em frente ao Clube dos Estudantes Universitários. A proposta dessas duas categorias era formar uma “frente única contra a carestia”, paralisando os coletivos no centro da cidade. Seria, contudo, uma manifestação pacífica, no qual os estudantes iriam “jogar xadrez nas ruas de acesso ao centro da cidade, obrigando os ônibus a trafegarem por outros locais” (Jornal Unitário/CE, 15/11/1958), como afirmou um dos participantes do movimento estudantil ao periódico Unitário. Outra pauta dos estudantes era o preço abusivo do pão. Assim arquitetaram um estratagema para permanecerem

em frente às padarias, na tentativa de impedir que as pessoas adentrassem os recintos e comprassem o respectivo alimento.

Mas em que medida esse aumento do pão atingia os abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas? Além de ser um dos principais e poucos alimentos recebidos no abrigo, desde fins de julho de 1958 o recinto de hospedagem possuía em suas dependências uma padaria, com estimativa de produção diária de 7 mil pães. De acordo com o administrador da hospedaria, Gaspar Brígido, seriam “empregados exclusivamente flagelados, dos 8.127 que se acham alojados nas dependências do casarão do São Gerardo” (Jornal O Estado/CE, 12/07/1958).

Conclui-se assim que o aumento no valor da farinha de trigo impactaria demasiadamente na produção interna de pães, aumentando os problemas relacionados à escassez de gêneros alimentícios naquele lugar. Dessa forma, unir forças com estudantes e operários configurava-se como essencial para que estes alocados conseguissem obter melhores condições de vida naquele recinto.

A tensão em Fortaleza permaneceu até o dia 19 de novembro, quando a imprensa divulgou que um “numeroso grupo de flagelados recolhidos à Hospedaria Getúlio Vargas se preparava para vir ao centro de Fortaleza, não se sabendo o que poderia ocorrer de tal fato” (Jornal Diário de Pernambuco/PE, 21/11/1958). Teriam sido os abrigados convocados pelos estudantes e operários para participar do movimento unificado contra a carestia, sobretudo, relacionado ao pão?

Na reportagem do periódico Diário de Pernambuco, a problemática envolvendo migrantes, estudantes e operários fica subentendida. Mas, a partir de outro artigo jornalístico, temos a confirmação para essa pergunta. Em entrevista cedida ao jornal Diário da Noite, o governador do Ceará Flávio Marcílio – que se encontrava na cidade do Rio de Janeiro em busca de verbas federais – informava que a cidade havia voltado à normalidade após os protestos daquele dia, quando

(...) estudantes apoiados por particulares e grande número de flagelados – mais de onze mil vivendo atualmente na hospedaria Getúlio Vargas, onde existe apenas 2 mil vagas – iniciaram manifestações de descontentamento (Jornal Diário da Noite/RJ, 19/11/1958).

Naquele dia, 19 de novembro, além da expectativa em torno da marcha dessas 11 mil pessoas, saindo da Hospedaria Getúlio Vargas (rua Olavo Bilac) até o centro da cidade, os estudantes ameaçaram se dirigir até a Câmara Municipal (que se localizava no centro de Fortaleza) para pressionar os vereadores, no intuito de aprovar um anteprojeto que visava revogar a lei anterior, que concedia o aumento dos valores das passagens dos ônibus. Com a tensão envolvendo o deslocamento desses abrigados e dos discentes pelos principais logradouros do espaço urbano da capital cearense, as autoridades governamentais aumentaram substancialmente a quantidade de patrulhas policiais, visando abafar com qualquer agitação que surgisse.

Após pressão exercida pelo movimento estudantil, pelos trabalhadores e pelos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas, vereadores, associações de panificadoras e outros sujeitos foram convocados pelo governador em exercício Décio Teles Cartaxo para negociar. A partir do diálogo com os vereadores, que colocaram em pauta na Câmara Municipal o projeto que diminuía em 50% o aumento concedido antes, houve a diminuição do valor do preço dos ônibus. Quanto ao preço do pão, o governador reuniu-se com uma comissão de donos de padarias, que se comprometeu em reduzir o valor da tabela vigente, diminuindo o valor estabelecido anteriormente: de Cr\$ 23,50 (vinte e três cruzeiros e cinquenta centavos) o quilo passaria a custar Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros). Já o valor unitário, vendido a Cr\$ 4,00 (quatro cruzeiros), diminuiria para Cr\$ 3,50 (três cruzeiros e cinquenta centavos). Além disso, houve o compromisso de “dar diariamente uma cota de 50 pães para os flagelados da Hospedaria Getúlio Vargas” (Jornal Diário de Pernambuco/PE, 21/11/1958).

A pressão que essa multidão exerceu, nesses dias de enfrentamento direto, ou *frente-a-frente*, como diria Rudé (1991), com os agentes do poder e a sociedade civil em Fortaleza propiciou alguns benefícios para trabalhadores, estudantes e migrantes, como a diminuição do preço da passagem, reduzindo assim o impacto que esse acréscimo teria no custo de vida desses sujeitos; assim como o valor do pão, um dos principais e poucos alimentos recebidos pelos sertanejos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas naquela seca de 1958.

Na historiografia que busca perceber a ação desses indivíduos invisibilizados, vemos alguns exemplos de ações análogas. Na França do século XVIII, por exemplo, quando havia más colheitas e a fome era implacável, as pessoas manifestavam sua indignação saqueando mercados e estabelecimentos comerciais, ou “obrigando donos de lojas, moleiros, agricultores e comerciantes a vender seus produtos por preços menores, ou então forçando as autoridades a intervir em favor dos pequenos consumidores” (Rudé, 1991, p. 22).

Considerações finais

Ao analisarmos uma diversidade de fontes (algumas discutidas acima) que versam sobre o cotidiano e as experiências dos migrantes nordestinos nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas na década de 1950 percebemos que, enquanto aguardavam o momento do embarque para diversas regiões do país, os mesmos criavam redes de solidariedade com outros sujeitos - estudantes, jornalistas, operários, religiosos, dentre outros. Assim, a força de atuação dos migrantes em movimentos políticos e sociais era pleiteada e disputada por diversos grupos sociais, tendo em vista que aqueles sujeitos em deslocamento poderiam pressionar sobremaneira os agentes do poder e contribuir para que houvesse uma “negociação”⁴, como ocorreu, por exemplo, no episódio da elevação dos preços do pão e das passagens de ônibus em 1958.

Os migrantes, por outro lado, estavam cientes do poder que possuíam e buscavam se atrelar às lutas de outros sujeitos para se beneficiar também, fosse para obter mais alimentos, para definir em quais atividades se ocupariam e/ou para quais regiões do país iriam migrar. Tornavam-se, dessa forma, protagonistas de seus próprios destinos.

4 Utilizamos o conceito de negociação que o historiador Frederico de Castro Neves aborda no livro *A multidão e a história*. O respectivo historiador defende que os retirantes perceberam ao longo do tempo e a partir de suas experiências com a seca que a pressão permanente sobre políticos, representantes de órgãos públicos e outros sujeitos era a melhor arma para ampliar o assistencialismo. (NEVES, 2000)

Referências

AMORIM, Helder Remigio de. **Um pequeno pedaço do incomensurável: a trajetória intelectual e política de Josué de Castro**. 265 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas – 1951-1954. Democracia, Partidos e Crise Política**. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. **A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará**. São Paulo: Hucitec, 2000.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)**. 2013. 255 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

BARCELOS, Janaina. **O uso da fotografia pela imprensa**. Encontro Nacional de História da Mídia, Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.

BESERRA, Bernadete de L. Ramos. **Movimentos Sociais no campo no Ceará (1950-1990)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas: experiências nas fronteiras do trabalho (1877-1919)**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2019.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. **Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)**. Dissertação de Mestrado em História Social, UFC, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. VIDAL, Laurent. Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil. **Revista História, Ciências e Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, jun/2013.

CIDRACK, Marlene Lopes. **Visitadoras de Alimentação: legado da Escola Agnes June**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

COUTINHO, Priscila de Oliveira. **Meu sonho era maior que eu:** Biografia sociológica de uma trãnsfuga de classe. 2015. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos.** Trabalhadores na Lida Contra a Fome e a Degradação nas Obras Públicas em Tempos de Seca (Ceará – Anos 1950). 2016. 240 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

FONTES, Paulo Roberto Guerra. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais:** São Miguel Paulista (1945-1966). Tese de doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2002.

GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força** – História da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, 1986.

GOIS, Sarah Campelo Cruz. **As linhas tortas da migração:** estado e família nos deslocamentos para a Amazônia (1942-1944). 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960).** São Paulo:Annablume, 2003.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará:** faces da sobrevivência (1889-1906). 2006. 346 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LINEBAUGH, Peter. **A hidra de muitas cabeças:** marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LIRA, Augusto César Gomes de; Paulo Raphael Pires Feldhues. **Entre o desenvolvimento e a fome:** percursos da ASCOFAM no Nordeste dos anos JK. Revista de História Regional, 2018.

LOURENÇO NETO, Sydenham. **Modernização, crise e protesto popular:** a questão do abastecimento nos anos 50. XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, 2011.

MACIEL, Carolina Maria Abreu. **Ser estudante na Fortaleza de 1945-1963:** a construção de um perfil estudantil através dos discursos e das práticas cotidianas. 204 f. Dissertação (mestrado acadêmico em História) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, 2017.

NETO, Edgar Braga. **Emigração Cearense entre 1888 e 1915:** sentidos, controle e configuração social dos migrantes. 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história:** saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fortaleza. CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

RAMALHO, Braúlio. **O Centro Estudantal Cearense.** Revista do Instituto do Ceará – ANO CXII – 1998.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Ceará** – isolamento e poder na Seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

RUDÉ, George. **A multidão na história:** estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração: ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EdUSP, 1998.

SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da borracha:** trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SCOTT, James C. **Formas Cotidianas da Resistência Camponesa.** Tradução: Marilda A. Menezes e Lemuel Guerra. Raízes, Campina Grande, volume 21, nº01, p.10-31, jan./jun.2002.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 3ª edição, 2003.

CAPÍTULO 3

VIÚVAS DA SECA EM ‘MORTE E VIDA SEVERINA’ – O PESO DA EMIGRAÇÃO MASCULINA NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL PERNAMBUCANO

Brenda Luíza Patriota Lima e Silva

Paulo Victor Maciel da Costa

Doi: 10.48209/978-65-84959-95-2

Introdução

A obra ‘Morte e vida severina’ de João Cabral de Melo Neto (2000) é por ele denominada como um “auto de natal pernambucano” no qual através das metáforas inusitadas se constrói o discurso poético em volta da vida do homem sertanejo - trabalhador dos engenhos de cana de açúcar. O autor original foi publicado em 1956 no livro intitulado ‘Duas águas’, que reunia a obra completa do autor até então, tendo sido escrito entre 1954 e 1955.

Como forma de apresentar quem são os ‘Severinos’, temos o seguinte trecho do auto: “mas, para que me conheçam melhor Vossas Senhorias e melhor possam seguir a história da minha vida, passo a ser o Severino que em vossa presença emigra” (Melo Neto, 2000, p. 46). Os ‘Severinos’ empreendem uma grande trajetória ao longo do rio Capibaribe, desde a sua nascente, até a sua foz em Recife, perdendo um pouco da sua identidade nesse processo. Além da descrição da paisagem geográfica e das suas alterações perceptíveis desde o sertão até adentrar na zona da mata pernambucana, discorre-se poeticamente sobre o curso

de vida do homem sertanejo, constituindo-se em uma importante narrativa social, em que se insere a migração.

Servindo como motivadores ao discurso poético a modernização incompleta que resultou em pobreza e fragilidades econômicas no sertão pernambucano, agravando as desigualdades sociais e impulsionando fluxos migratórios seletivos por sexo e idade laboral, transformando os vaqueiros do sertão em subempregados ou desalentados na capital. O curso de vida do homem sertanejo, com fluxos migratórios direcionados especialmente para Recife, contribuíram para o surgimento das “viúvas da seca” no Semiárido Setentrional pernambucano (Melo Neto, 2000).

Faz-se importante compreender os processos sociais, econômicos e demográficos que causaram o agravamento das desigualdades sociais, de modo a se caracterizarem como ‘forças de constrangimento’ ao crescimento populacional e à fixação seletiva por sexo da população no sertão pernambucano. Para tal, a pesquisa bibliográfica fomenta as bases teóricas para a discussão sobre migração e trabalho a partir dos anos de 1930, período no qual a maior integração do mercado interno brasileiro promoveu o desenvolvimento regional (Brito, 1999; Camarano & Abramovay, 1999; p, 2003).

Ojima e Fusco (2016) destacam que as características ambientais e ecológicas afetam a distribuição de recursos na região do semiárido setentrional nordestino, caracterizado por Melo Neto (2000, p. 48) como “onde a Caatinga é mais seca, irmão das almas, onde uma terra que não dá nem planta brava”, compreendendo um total de 754 municípios, dentre os 1.133 que compõe o semiárido brasileiro. Embora a problemática ambiental, nesse caso a seca, possa contribuir com a decisão de migrar, as questões estruturais, ligadas ao acesso à educação, renda, emprego, em certa medida impactadas pelas secas, são motivações mais relevantes para empreender a migração.

Os municípios do semiárido setentrional estão sujeitos à uma desconcentração populacional, por ser essa região uma forte área de expulsão. Apresentando taxas de crescimento inferiores às observadas para o Nordeste, na qual é possível

observar nitidamente Razões de Sexo (*RS*) menores, indicando uma menor proporção de homens em relação às mulheres (Ojima & Fusco, 2016).

As ‘forças de constrangimento’ que fazem do semiárido setentrional pernambucano um grande perdedor de população líquida, resultam em uma diferenciação da composição por sexo da população. Onde há migração seletiva de homens jovens, em idade laboral, com poucos investimentos do ponto de vista do capital humano, independentemente do estado conjugal ou de união, que empreendem deslocamentos (Camarano; Abramovay, 1999; Ojima; Fusco, 2016; Campos; Reis; Sathler, 2017).

No processo migratório de seus companheiros, tem-se como consequência o surgimento de uma parcela da população denominada de ‘viúvas da seca’, correspondente às mulheres deixadas para trás. Os fluxos motivados pela busca de uma maior capilaridade econômica, ocorrem primeiramente no sentido rural-urbano, e depois tendem a ser urbano-urbano pela atração de atividades mais lucrativas. Inicialmente esses homens migram em atividades temporárias, sazonais, trabalhadores de campo estacionais - os chamados bóias-frias, e passam a ter necessidade fixar residência por tempo cada vez maior em outra área diferente da declarada como seu domicílio no município de origem (Santos, 2018).

Propõe-se um estudo transversal tendo como base de dados o resultado das amostras do censo demográfico de 1940, 1950 e 1960. O censo de 1940 fora escolhido por demarcar o período de modernização da fase censitária brasileira, a partir de 1936 com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde então os censos passaram a ter periodicidade decenal (IBGE, 2022d). Os demais anos censitários se justificam pelos processos econômicos que desencadearam fluxos migratórios cada vez mais densos do Nordeste brasileiro, especialmente até a década de 1970 (Patarra, 2003).

Pretende-se através da utilização da Razão de Sexo como indicador *proxy* do coeficiente de feminilidade, identificar os municípios do semiárido setentrional pernambucano cujos coeficientes se encontravam superiores à 120 no ano censitário de 1940, na composição da população por sexo e idade equivalente aos

grupos etários de 10 a 49 anos de idade. Para assim, compor uma seleção de municípios próximos ao rio Capibaribe que comprovem a relação da emigração dos ‘Severinos’ com a predominância de mulheres viúvas da seca na região, nos anos de 1940, 1950 e 1960, cobrindo o período histórico observado por João Cabral de Melo Neto em sua obra.

Ressalta-se que esse estudo busca uma abordagem demográfica da obra, que é de grande valia para áreas de estudo adjacentes, como exposto por Zila Mamede (1987) que até o ano de 1982, havia aproximadamente 2000 títulos de estudos dedicados ao poeta. Portanto, não será possível esgotar todas as possibilidades de análise, logo, o objetivo será correlacionar o coeficiente de feminilidade com o percurso do rio Capibaribe, de modo a identificar onde estão e como são as viúvas da seca, oriundas do processo de emigração masculina.

Esse estudo foi realizado por pesquisadores do Laboratório de Estudos em Mobilidade Populacional do Nordeste (LEMON), vinculado ao departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

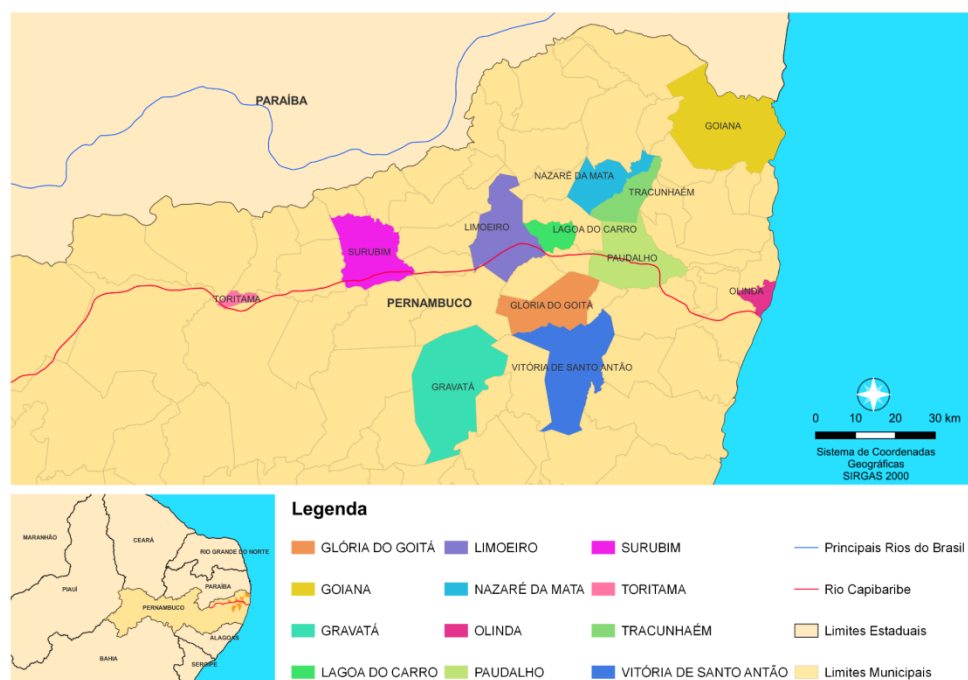
Metodologia

Esse estudo transversal é também uma pesquisa descritiva, pois busca observar possíveis associações entre as Razões de Sexo (*RS*) dos municípios do semiárido setentrional pernambucano e a localização geográfica do mesmo junto ao rio Capibaribe, de modo a comprovar a importância do rio no processo de emigração masculina, retratado por João Cabral de Melo Neto em sua obra ‘Morte e vida severina’, originando viúvas da seca no local de saída.

Caracterizando-se também como um estudo de caso, por se tratar do estudo de um grupo populacional específico – as viúvas da seca nos municípios do semiárido setentrional pernambucano cujos limites coincidem com o percurso do rio Capibaribe, sendo transposto por ele ou próximo a ele (Figura 1). Portanto,

esse estudo de caso transversal e descritivo, utiliza como fonte de dados os Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960.

Figura 1 - Localização dos municípios selecionados segundo a obra ‘Morte e vida severina’ - Municípios de Pernambuco



Fonte: IBGE, malha digital da sinopse do Censo de 2010.

Sendo estes categorizados segundo grupos etários estratificados em intervalos quinquenais e classificação por sexo, de 10 a 49 anos de idade, objetivando cobrir toda a idade reprodutiva e a parcela potencialmente ativa economicamente, que representaria o contingente de homens passíveis à migração laboral. Os dados de 1940, 1950 e 1960 foram coletados a partir dos Censos Demográficos dos respectivos anos a partir da biblioteca do IBGE (IBGE, 2022a, 2022b, 2022c), sendo selecionadas, para cada ano censitário, as seguintes informações:

- a) Sexo: Homens e Mulheres;
- b) Grupos etários: 10 a 19 anos; 20 a 24 anos; 25 a 29 anos; 30 a 34 anos; 35 a 39 anos; 40 a 44 anos; 45 a 49 anos;
- c) População Total: Residentes em cada município;
- d) População Total por área de domicílio: área urbana e área rural.

Contudo, é preciso destacar algumas limitações quanto à disponibilidade dessas informações em cada Censo. No de 1940, foi possível obter todas aquelas informações, mas com intervalo etário decenal. No de 1950, por sua vez, as informações por grupos de idade foram as únicas que não constavam no arquivo do referido Censo. Por fim, no que diz respeito ao de 1960, a única informação faltante foi a de situação do domicílio, mas dispunha das informações dos grupos etários em intervalos menores, em intervalos quinquenais. Dito isso, considerou-se apenas as variáveis sexo e idade disponíveis nos Censos de 1940 e 1960, para efeitos de comparação no tempo.

Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, para sistematizar o conhecimento existente acerca do tema migração, trabalho e gênero construído por vários autores internacionais e nacionais, no campo da demografia e áreas adjacentes.

Quanto aos índices demográficos a serem utilizados, propõe-se como *proxy* a Razão de Sexo (*RS*) por possibilitar a comparação direta da composição da população quanto ao sexo entre grupos populacionais distintos, evidenciando a proporção entre homens e mulheres, independentemente do tamanho, época ou lugar. Uma vez que esta variável pode ser calculada para o total da população ou para subgrupos, podendo também ser calculada por grupos etários, através da seguinte fórmula:

$$RS_t = 100 \cdot \frac{\text{Número de homens}}{\text{Número de mulheres}} \quad (1)$$

Na qual, se considera RS_t a proporção de homens por mulheres a cada 100 habitantes. No caso deste estudo, será considerada a *RS* inversa, ou seja, o total de mulheres sobre o de homens para obter o coeficiente ou razão de feminilidade. Esse indicador será calculado não só para a população total, mas também segundo os grupos de idade entre 10 a 49 anos de idade.

Quando são observadas variações nesse indicador, evidenciando um desequilíbrio populacional segundo sexo, deve-se atentar às suas possíveis causas, como fora ressaltado pelo Grupo de Foz (2021, p.217):

Variações além do intervalo mencionado requerem explicações adicionais; a migração seletiva por sexo, uma excessiva mortalidade por causas maternas entre mulheres ou por causas violentas entre os homens, por exemplo, costumam afetar este indicador.

Devido ao contexto socioeconômico do recorte temporal em observação, propõe-se que a causa do diferencial seriam as migrações seletivas por sexo. O processo de desruralização da população brasileira, sobretudo na região Nordeste, desencadearia o fenômeno da transição demográfica ocupacional, proposto por Durston (1996, p. 50):

(...) num primeiro estágio da transição demográfica/ocupacional jovens rapazes pouco qualificados emigram, em geral temporariamente, para suplementar a escassa renda da família, especialmente nas etapas iniciais de formação de seus próprios lares, quando têm pouco capital, terra herdada ou trabalho para permitir sua sobrevivência no interior de sua própria unidade produtiva. Num estágio seguinte desta dupla transição, as moças estão mais expostas a alternativas à vida numa cultura ‘machista’ tradicional e alcançam mais anos de educação formal que podem servir como passaporte para trabalhos qualificados e frequentemente não manuais, num novo ambiente.

De tal modo que essa transição demográfica ocupacional tida como seletiva por sexo, num primeiro momento ocasionaria um acréscimo da razão de masculinidade rural, enquanto que nas áreas urbanas o efeito seria o decréscimo, predominando a população feminina – razão de feminilidade em áreas urbanas (Camarano & Abramovay, 1999).

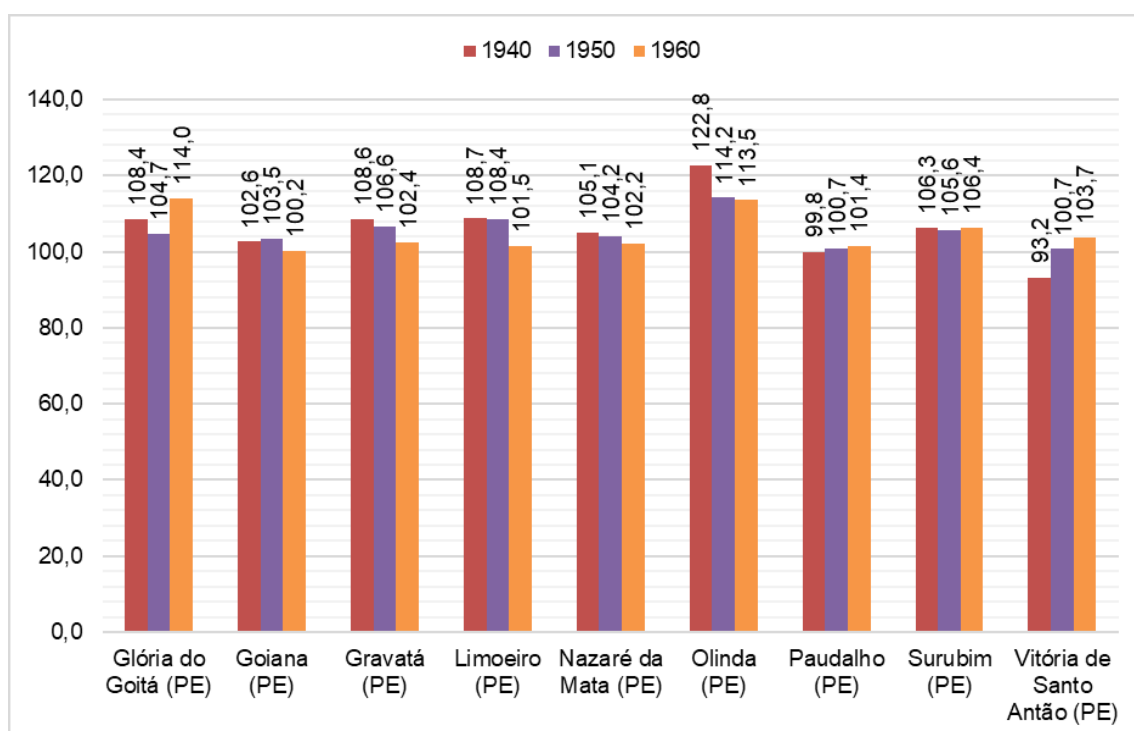
Resultados e discussão

A razão de feminilidade é apresentada na Figura 2 para os municípios mencionados na obra, com exceção de alguns que não haviam sido emancipados e foram excluídos para efeitos de comparação. Em praticamente todos os anos e em todos os municípios selecionados as mulheres são maioria. Essa proporção fica mais evidente quando se considera o intervalo etário correspondente ao período reprodutivo feminino, e que também, em medida, corresponde a idade laboral (Figura 3).

O município de Olinda é o que desponta em relação aos demais, especialmente em 1940, quando havia cerca de 123 mulheres para cada 100 homens. Quando se considera apenas o grupo etário entre 10 e 49 anos, para esse mesmo município, o número de mulheres passa para 125. A maior proporção de mulheres pode ser explicada pela baixa qualidade de vida local, que reflete não só na mortalidade, considerando ainda a excessiva mortalidade materno-infantil e neonatal precoce, devido ao contexto socioeconômico, mas também na emigração masculina (Durstun, 1996).

A mortalidade, uma das principais componentes da dinâmica demográfica evidenciadas na obra, acomete a todos os Severinos, que conforme Severino, protagonista da história, ao tentar se apresentar, diz que “[...] se somos Severinos, iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, mesma morte severina: que é a morte de que se morre, de velhice antes dos 30 [...]” (Melo Neto, 2000, p. 46). Além disso, ressalta também as mortes violentas que acometem especialmente aos homens do campo, “[...] de emboscada antes dos 20 [...]” (Melo Neto, 2000, p. 46).

Figura 2 - Razão de feminilidade para os municípios selecionados - 1940, 1950 e 1960 - Pernambuco



Fonte: IBGE (2022a, 2022b, 2022c).

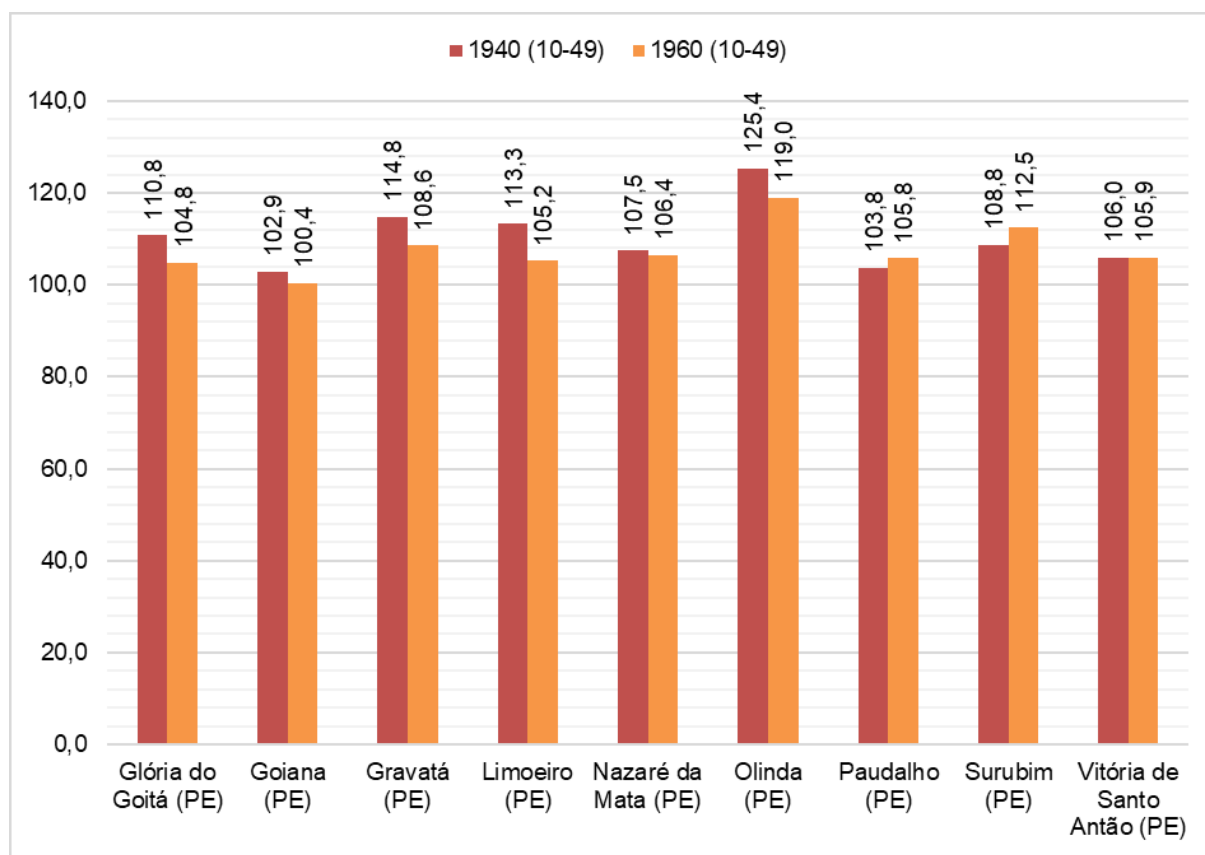
Para corroborar com o exposto, buscou-se as séries históricas do IBGE, e em conformidade com as mesmas, observou-se que em relação às demais regiões, entre 1940 e 1960, a região Nordeste apresentava a menor expectativa de vida, bem como os menores ganhos em anos de vida. Em 1940, o tempo médio de vida que se esperava que uma criança recém nascida vivesse era de aproximadamente 37 anos, mantida a estrutura de mortalidade. Em 1950 passa para aproximadamente 39 anos, e em 1960, chega aos 41.

De tal modo que os ganhos de vida foram de apenas 4 anos em um intervalo de 20 anos, ao passo que para o Brasil, nesse mesmo intervalo, foi em média aproximadamente 10 anos (41,53, em 1940, para 51,64 em 1960) (IBGE, 2022e). Isso tudo é reflexo da pouca melhora na qualidade de vida, o que também é ressaltado na obra, quando Severino coloca que de fome se morre “[...] um pouco por dia, (de fraqueza e de doença, é que a morte severina ataca em qualquer idade, e até gente não nascida)” (Melo Neto, 2000, p. 46).

Por não encontrar característica que melhor o define dentre os demais Severinos, para poder o seguir na jornada que se inicia, se denomina como o Severino que emigra. Segundo Severino, um dos principais motivos de empreender tal jornada foi defender sua vida “[...] de tal velhice que se chega antes de se inteirar os 30”, havendo iniciado sua jornada lá “onde a Caatinga é mais seca, irmão das almas, onde uma terra que não dá nem planta brava” (Melo Neto, 2000, p. 47).

A busca, portanto, por uma qualidade de vida melhor foi a sina do Severino retirante, que por não saber como chegar a Recife, tomou o rio Capibaribe como guia, pois sabia que lá esse desaguaria. No seu percurso, Severino testemunha grandes vazios demográficos, caracterizados pela existência de “certas paragens brancas, de planta e bicho vazias, vazias até de donos, e onde o pé descaminha” paisagem típica do período de estiagem - as chamadas secas, que afetam o regime do seu guia, pois “vejo que o Capibaribe, como os rios lá de cima, é tão pobre que nem sempre pode cumprir sua sina e no verão também corta, com pernas que não caminham” (Melo Neto, 2000, p. 51).

Figura 3 - Razão de feminilidade entre 10 e 49 anos de idade para os municípios selecionados - 1940 e 1960 - Pernambuco



Fonte: IBGE (2022a, 2022c).

O percurso de Severino aponta a ocorrência da migração por etapas, quando realiza paradas antes de chegar ao seu destino final, Recife. Enquanto Severino já cansado da viagem pensa em fazer uma pausa em busca de um trabalho, surpreende-se, pois, “desde que estou retirando só a morte vejo ativa [...] só a morte tem encontrado quem pensava encontrar vida, e o pouco que não foi morte foi de vida severina” (Melo Neto, 2000, p. 53).

Pensando em um retorno financeiro mais rápido durante o processo migratório, o retirante conclui que “primeiro é preciso achar um trabalho de que viva” (Melo Neto, 2000, p. 53). Contudo, encontra uma senhora que o adverte “como aqui a morte é tanta, só é possível trabalhar nessas profissões que fazem da morte ofício ou bazar. [...] Só os roçados da morte compensam aqui cultivar [...]” (Melo Neto, 2000, p. 57). Ao perceber que os negócios mais lucrativos são os ofícios relacionados à morte “farmacêuticos, coveiros, doutor de anel no anular” (Melo

Neto, 2000, p. 57), o personagem conclui que a vida lá não difere tanto do seu local de origem, impulsionando a seguir a trajetória ao longo do rio, na busca por melhores condições de trabalho e qualidade de vida.

Nota-se ainda uma maior proporção de mulheres no grupo de idade de 20 a 29 anos, em todos os anos censitários consultados, grupo de idade na qual se concentram as maiores taxas de fecundidade. As elevadas taxas de fecundidade, sobretudo em áreas rurais, devido à utilização da prole nas atividades agrícolas, aumentam a razão de dependência nessas localidades, em decorrência da saída de um grande contingente de homens em idade laboral. Além disso, esse grupo etário é um dos que apresenta maiores diferenciais nos níveis de mortalidade por sexo devido à causas externas.

Faz-se importante ressaltar, que os Severinos retirantes, do ponto de vista microeconômico, figura uma mão de obra de baixo qualificação, em virtude poucos investimentos em si próprios, o que faz com que não haja previsões de retornos compensatórios, correndo o risco de deparar-se com situações de desemprego e desalento no local de destino, habitando áreas periféricas nas grandes cidades (Harris & Todaro, 1970). Na obra, isso se evidencia no seguinte trecho:

[...] essa gente do Sertão
que desce para o litoral, sem razão,
fica vivendo no meio da lama,
comendo os siris que apanha;
pois bem; quando sua morte chega,
temos de enterrá-lo em terra seca.
[...]
- E esse povo lá de riba
de Pernambuco, da Paraíba,
que vem buscar no Recife
poder morrer de velhice,
encontra só, aqui chegando
cemitérios esperando.
- Não é viagem o que fazem,
vindo por essas caatingas, vargens;
aí está o seu erro:
vêm é seguindo o seu próprio enterro.
(Melo Neto, 2000, p. 67-68).

Percebe-se que os retirantes encontram poucas perspectivas de diferenciais salariais entre as duas regiões, e a dinâmica espacial do trabalho tende a intensificar as desigualdades sociais entre a população local e os retirantes com poucas possibilidades de inserção no mercado formal de trabalho.

Contudo, essa tendência se altera quando em 1960 a razão de feminilidade reduz-se em praticamente todos os municípios e em algumas idades, especialmente mais avançadas (Figuras 3 e 4), o que pode ser resultado da masculinização e envelhecimento do campo levantado por Camarano e Abramovay (1999). Esse período remete ao início da transição demográfica brasileira, e as mudanças ideacionais atribuem novos ideais de autorrealização das mulheres, que passam a ter uma maior expectativa de vida escolar quando comparadas aos homens em mesma idade, adiando a idade à primeira união e reduzindo o período de exposição à fecundidade, postergando o nascimento do primeiro filho (Lesthaeges; Surkyn, 1988). A migração de jovens do rural, em especial, do sexo feminino torna-se mais evidente (Camarano; Abramovay, 1999).

A migração nesse momento tende a demonstrar outro perfil de seletividade, agora as mulheres passam a migrar para dar continuidade aos estudos, devido às mudanças no mercado de trabalho, que necessitam de um capital humano mais qualificado, abre-se espaço para que as mulheres estejam mais facilmente inseridas no setor terciário da economia. Todos esses fatores cooperam para a promoção de um certo grau de envelhecimento na população de origem, assim como a inversão da feminilização do rural pela masculinização das atividades (Marinucci, 2007).

Figura 4 - Razão de feminilidade para os municípios selecionados, segundo grupos de idade - 1940 e 1960 - Pernambuco



Fonte: IBGE IBGE (2022a, 2022c).

De acordo com Marinucci (2007), conforme as mudanças no mercado de trabalho despontam, as necessidades para se empregar mudam, não havendo mais necessidade de ‘força’ para ocupar postos de trabalho temporários, sendo assim, a dinâmica dos fluxos migratórios apresenta mudanças. Por sua vez, as mulheres, a partir de 1960, dispunham de maior escolaridade, estando mais capacitadas a desempenhar as habilidades e técnicas do ponto de vista do capital humano, passando a migrar em maior quantidade, intensificando os fluxos e reduzindo o diferencial entre homens e mulheres na composição da população no local de origem. Corroborando com Marinucci (2007, p. 9, livre tradução):

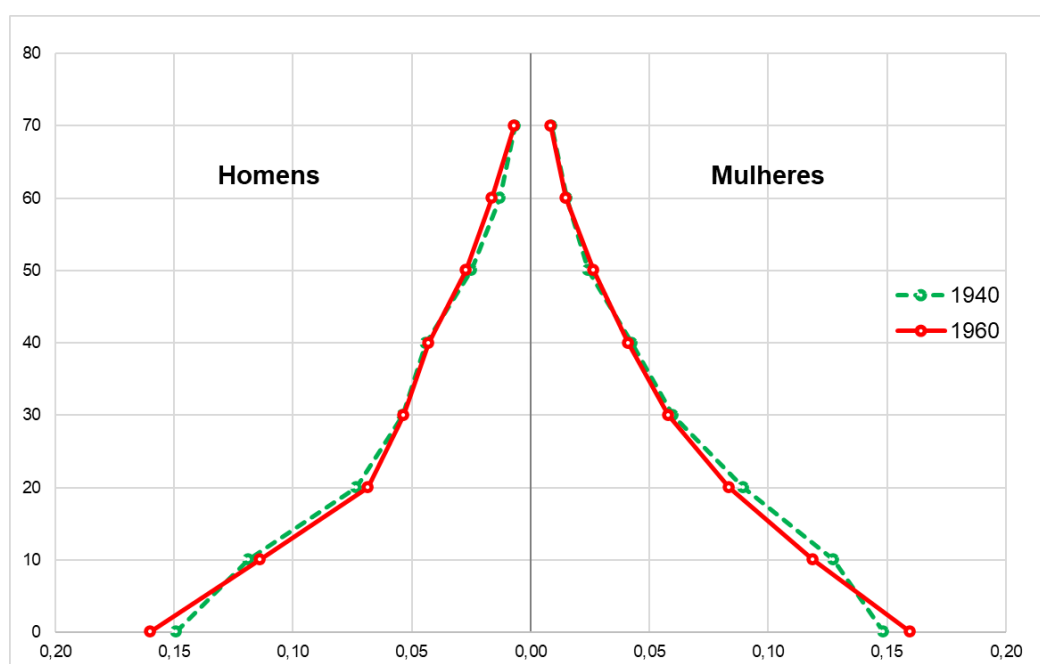
A hierarquia e as relações patriarcais nas famílias de origem podem prejudicar a decisão autônoma, bem como o acesso da mulher a recursos como dinheiro e informação. Assim como a cultura e a axiologia do contexto social têm grande influência, ao criar possibilidades de protagonismo da mulher no ato migratório.

Demonstrando mais uma vez os reflexos das mudanças ideacionais da segunda transição demográfica no comportamento da mulher (Lesthaege; Surkyn, 1988), outrora era ‘viúva da seca’ e que agora tem autonomia para protagonizar sua própria trajetória, saindo do campo para a cidade.

Apesar da tendência à estabilidade na proporção entre mulheres e homens em 1960, como foram observados em quase todos os municípios selecionados, exceto em Paudalho e Surubim (Figura 3), os efeitos da segunda transição demográfica e a consequente transição da Fecundidade demoram a aparecer em toda a região Nordeste, quando comparados à tendência demonstrada para o mesmo período pré-transicional à nível nacional. Enquanto o declínio sustentado da fecundidade no Brasil é observado desde 1960, no estado de Pernambuco, assim como na região Nordeste, esse declínio é mais pronunciado apenas a partir de 1970 (IBGE, 2022f).

De acordo com a Figura 5, que apresenta a pirâmide etária para os municípios selecionados entre 1940 e 1960, nota-se uma população relativamente jovem e com Taxa de Fecundidade ainda alta e crescente, visto que a pirâmide ainda tem formato piramidal característico, e por sua base se apresentar maior ou mais achatada em 1960 do que em 1940. Com base nas séries históricas, em 1940, a taxa de fecundidade de Pernambuco era de 6,65 filhos, em média, por mulher ao término do período reprodutivo, ao passo que esse número chega a 7,18 em 1960 (IBGE, 2022f).

Figura 5 - Pirâmides etárias da população dos municípios selecionados - 1940 e 1960 - Pernambuco



Fonte: IBGE IBGE (2022a, 2022c).

Conclusões

Ao observar os contextos socioeconômicos e históricos que motivaram os fluxos migratórios de origem nordestina, e sobretudo na região do semiárido setentrional no período pré-transicional vislumbramos as forças de constrangimento que motivaram a saída de tantos “Severinos iguais em tudo na vida” (Melo Neto, 2000, p. 46). A obra de Melo Neto confere voz a uma população que naquela época carregava o peso do estigma social no qual nada de bom acontece na terra seca do semiárido, e o que resta é partir em retirada.

Retiraram-se em bando muitos Severinos na esperança de encontrar algo compensatório no local de destino, na última etapa da sua migração. Debandaram com o desejo de mandar notícias do lado de lá, onde criaram a expectativa de que seria uma vida menos sofrida.

Devido às necessidades do trabalho do campo, as mulheres que ficaram e continuam à espera do retorno de seus companheiros, tornaram-se viúvas de maridos vivos. Viúvas de uma seca que expulsava a população em meio às fragilidades econômicas de uma região que parecia nunca ser capaz de prosperar e tornar-se atrativa ao ponto de fixar aqueles que por ela passavam, ou aqueles que nela nasciam.

Cansadas de esperar, essas mulheres passam a ressignificar suas vidas, e ao passo que emergem as novas tendências ideacionais que demarcam o período seguinte aos anos 1960, o perfil sociodemográfico dessas mulheres se diferencia daquele encontrado em 1940. Mudam suas vidas e as viúvas originadas pela partida, em virtude de morte ou de emigração, a qual também não isentava os Severino da mortalidade, fosse na jornada ou destino.

Demonstraram que superaram as dificuldades e as forças de constrangimento nos municípios pernambucanos citados na obra de Melo Neto, as mulheres ficaram com seus filhos, que por sinal eram muitos, na esperança que seus Severinos tragam boas novas, daquele lugar que dizem ser de fartura.

Fontes

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca: **Censo Demográfico de 1940**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=765&view=detalhes>. Acesso em: 12 de setembro de 2022a.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca: **Censo Demográfico de 1950**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/?view=detalhes&id=767>. Acesso em: 12 de setembro de 2022b.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca: **Censo Demográfico de 1960**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=768&view=detalhes>. Acesso em: 12 de setembro de 2022c.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. MEMÓRIA IBGE: **Introdução**. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/panorama-introdutorio.html>. Acesso em: 12 de setembro de 2022d.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries históricas e estatísticas**: Esperança de Vida ao Nascer, 1940 a 2000. Disponível em: <https://serie-sestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP210&t=esperanca-vida-nascer>. Acesso em: 12 de setembro de 2022e.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Séries históricas e estatísticas: Taxa de Fecundidade Total, 1940 a 2000. Disponível em: <https://serie-sestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP263&t=taxa-fecundidade-total>. Acesso em: 12 de setembro de 2022f.

BRITO, F. Minas e o Nordeste: perspectivas migratórias dos dois grandes reservatórios de força de trabalho. **II Encontro Nacional Sobre Migração**. 1999. p. 169-186.

Referências

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Texto para discussão, n. 621, Ipea, 1999.

CAMPOS, Jarvis; REIS, Cristiano Sathaler dos; REIS, Douglas SATHLER, Caracterização espacial da migração de retorno ao Nordeste: uma análise dos fluxos migratórios intermunicipais nos quinquênios 1995-2000 e 2005-2010. In: **X Encontro Nacional sobre Migração**, 2017, Natal. Sessão Temática III: Migração de Retorno, 2017. p. 157-177.

DURSTON, John. Comparative international analysis of rural youth policy in developing countries: coping with diversity and change. In: **FAO. Expert consultation on extension rural youth programmes and sustainable development**. Roma, 1996.

FOZ, Grupo de; Características, Eventos, Proporções, Taxas e Probabilidades. In: **Métodos Demográficos Uma Visão Desde os Países de Língua Portuguesa**. São Paulo: Blucher, 2021. p. 242 -260.

HARRIS, John R.; TODARO, Michal P. Migration, Unemployment and Development: A Two-Sector Analysis. In.: **The American Economic Review**. Vol. 60, No. 1 (1970), pp. 126-142 Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1807860> Acesso em 27 de julho de 2022.

LESTHAEGE, Ron; SURKYN, Johan. Cultural dynamics and economic theories of fertility change. **Population and Development Review**. 1988. 14:1-45.

MAMEDE, Zila. **Civil geometria**: bibliografia crítica, analítica e anotada de João Cabral de Melo Neto, 1942-1982. São Paulo: Nobel: EDUSP, 1987.

MARINUCCI, Roberto. Feminization of migration? **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU**, v. 15, n. 29, p. 5-22, 2007. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/issue/view/4> Acesso em 17 de julho de 2022.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina e outros poemas para vozes**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. Migração no Semiárido Setentrional: dinâmica recente, retorno e políticas sociais. In: IX Encontro Nacional Sobre Migrações. **Anais**, v. 2, p. 259-276, 2016.

PATARRA, Neide Lopes. **Movimentos migratórios no Brasil**: tempo e espaços Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003. 50p. - (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 1677-7093; n. 7).

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. Ed., 4. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

CAPÍTULO 4

LUIZ GONZAGA DE REI DO BAIÃO A PACIFICADOR DO SERTÃO: MEDIANDO UM CONFLITO AGRÁRIO NA PARAÍBA

José Cunha Lima

Doi: 10.48209/978-65-84959-95-3

Introdução

Uma espécie de modelo experimental de reforma agrária para a região. Trata-se da região de Alagamar, com 28 quilômetros quadrados, [...], onde o governo federal, com o apoio pessoal do presidente João Figueiredo, desapropriou e até chegou a adquirir uma das fazendas para preservar os direitos das 700 famílias de camponeses ameaçados de despejo, em meio a sérios conflitos com os antigos proprietários da área, durante os últimos cinco anos (Correio da Paraíba, 24/06/1980).

Enquanto isso, o ex-deputado estadual Frei Marcelino (que era compositor de Luiz Gonzaga) queria que o Papa João Paulo II [que estava em excursão pelo Brasil entre os dias 30 de junho a 11 de julho] visitasse o território de Alagamar, no momento em que estivesse no Estado do Pernambuco no dia 07 de julho, para que o Santo Padre observasse os conflitos pelos quais sofriam os moradores nas terras da “Grande Alagamar”.

E o comunicado oficial tanto do Vaticano, quando do Governo Federal ratificava que “Da agenda oficial não consta que qualquer autoridade da comitiva se desloque às zonas afetadas pela seca, para uma inspeção mais rigorosa dos efeitos da estiagem” (Correio da Paraíba, 21/06/1980).

Lembrando que a Paraíba não fazia parte do roteiro nordestino do Sumo Pontífice. Senão apoiassem o pedido, o político queria que houvesse a autorização para que fosse organizada uma caminhada com todos os trabalhadores rurais do Estado com o objetivo de ir até Recife se encontrar como a comitiva Papal, para descrever os problemas que os agricultores estavam passando no campo.

Caminhada Pacífica” será feita por agricultores - Com o abaixo-assinado com mais de mil assinantes enviado ao Presidente da República, Ministro do Interior e Governador do Estado não surta o efeito desejado, o ex-deputado Frei Marcelino defende a formação de uma ‘Caminhada Pacífica’ para se deslocar até à cidade de Sousa, dia 19, quando da visita do Ministro Mário Andreazza e à Campina Grande, no dia 26, durante a visita do Presidente João Batista Figueiredo. Explica o capuchinho, ex-deputado estadual, que está tentando a mobilização pacífica não apenas dos agricultores que se encontram famintos, com seus filhos e esposas, mas também de todos os segmentos da sociedade que tomaram consciência da gravidade do problema da seca e suas implicações pela falta da necessária assistência por parte dos poderes públicos (O Norte, 17/06/1980).

O político paraibano e compositor Frei Marcelino queria que o governo federal fizesse algo para minorar os problemas renitentes da seca e dos conflitos agrários na Paraíba e no Nordeste. E já que o político João, que era presidente, dava pouca atenção ao pedido do político da oposição, o ex-deputado sugeriu a presença do Santo Padre João, para ver se acontecia uma intervenção divina nos conflitos. Entretanto, o único João que compareceu para fazer promessas foi o Figueiredo, não sei se felizmente ou infelizmente.

Na véspera da visita, o governador e alguns secretários ainda foram dar a última inspeção, principalmente em relação às instalações elétricas fundamental no trabalho da imprensa, para o pronunciamento das autoridades e para um show de um artista que só foi anunciado “o sanfoneiro Luiz Gonzaga [que] ocupará o palanque, antes do presidente num show destinado a atrair a presença do maior número possível de agricultores e moradores das cidades localizadas nas imediações de Alagamar” (O Norte, 21/06/1980).

Todavia, nem todos os políticos eram favoráveis à agenda do presidente na Paraíba, o Coronel e deputado estadual pelo PDS, Luiz de Barros, que foi responsável no período das Ligas Camponesas por perseguir os trabalhadores que

reivindicavam seus direitos, era contra a visita do presidente a Alagamar. Mas, enfim, estava tudo pronto para a visita do presidente, diz o cerimonial do governo do estado. E a partir de agora vamos ver como foi.

Fazenda Alagamar: o encontro entre o conflito e o apaziguamento

O presidente se dirigindo aos trabalhadores, começou seu discurso segundo os jornais com a seguinte frase: “Não há força humana que retire essa terra das mãos dos senhores”. Entretanto, até agora, caro leitor, não expliquei os motivos desse conflito. Eis a seguir, portanto, em apertada síntese, as razões do atrito em comento.

A Fazenda Alagamar localizava-se nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix, na microrregião de Itabaiana, distante aproximadamente 100 quilômetros da capital paraibana. Com 13.000 hectares, era cadastrada no INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] como latifúndio por exploração. Seu proprietário, até 1975, era o Sr. Arnaldo de Araújo Maroja, grande fazendeiro da região. O referido latifúndio era constituído de 14 propriedades agrupadas sob a denominação de Fazendas Reunidas de Alagamar, popularmente conhecida como Grande Alagamar (Fazendas Salomão, Várzea Grande, Urna, Mumbuca, Saco, Serra de São José, Sapucaia, Cavalo Morto, Furna dos Caboclos, Teju, Piacas, Maria de Melo, Riacho dos Currais, entre outras) (Moreira, 1997, p. 794-795).

Podemos observar, que a Fazenda Alagamar era uma propriedade imensa, formada por vários sítios. Enquanto o seu proprietário, o senhor Arnaldo Maroja era vivo, os agricultores trabalhavam, plantando lavouras, de subsistência e criando animais desde que pagasse o “foro” [espécie de pagamento anual ao dono da terra] em dia.

A disputa pela propriedade da terra começou no ano de 1975 com a morte do proprietário do estabelecimento. As terras foram arrendadas para outros fazendeiros que provocavam um estremecimento com os antigos moradores, posseiros e foreiros do local. Os trabalhadores rurais reivindicavam a posse da propriedade e os novos donos queriam expulsar os habitantes locais.

Isso ocorreu, depois do dia 07 de novembro de 1975, data do falecimento do proprietário, um clima de tensões surgiu no local, embora o dono da terra tivesse deixado em testamento determinando que a propriedade poderia ser vendida e o dinheiro repartido entre as pessoas que constassem no testamento. Com o tempo, um dos compradores plantou cana em 14 sítios, oportunidade em que outros começaram a utilizar os terrenos, onde os moradores trabalhavam para colocar o gado.

Assim, “objetivando a implantação de pastos para a criação de gado e o plantio da cana de açúcar começaram a pretender a expulsão dos agricultores, através da tentativa de remanejamento, de ações de despejo e até mesmo de invasão e destruição de lavouras” (Cantalice, 1985, p. 135). E em determinadas ocasiões, o gado foi solto e destruiu plantações.

A partir daí os camponeses iniciaram uma luta pela desapropriação da região, pedindo a aplicação do Estatuto da Terra, que havia sido promulgado pela presidência da república no final de 1964. E que dizia que era obrigação do Estado garantir o direito à terra para quem nela vive e trabalha. Baseado nisso, a reivindicação pela posse da terra em favor dos moradores aconteceu no dia 07 de novembro de 1978, dia da visita do então Presidente da República Ernesto Geisel ao Palácio da Redenção. Aproveitando o ensejo, parte dos moradores da Fazenda Alagamar, pediram a intervenção presidencial no caso.

Centenas de camponeses se concentram diante do palácio do governo da Paraíba durante visita do general presidente Ernesto Geisel a João Pessoa. Eram representantes de 400 famílias de lavradores, ameaçadas de despejo das terras em que trabalhavam havia 30 anos na região conhecida como Grande Alagamar, no interior do Estado. Impedidos de entrar no palácio, os camponeses conseguiram chamar a atenção do general presidente, erguendo faixas e cantando um hino sobre sua luta e reivindicações. A organização dos cerca de 7 mil trabalhadores de Alagamar teve origem nas Ligas Camponesas, proibidas pelo golpe militar de 1964. Eles trabalhavam pacificamente em 14 fazendas, pagando aforamento ao proprietário, que morrera em 1975. As fazendas foram então vendidas a investidores que pretendiam plantar cana e criar gado, expulsando os antigos moradores. [...] O ato público pela desapropriação da área durante a visita do general presidente a João Pessoa foi o ápice de três anos de luta, durante os quais camponeses e religiosos foram vítimas de violência por parte da Polícia Militar e de jagunços a serviço dos novos proprietários da terra. De volta a Brasília, no dia seguinte, Geisel de-

cretou a desapropriação de 2 mil hectares, cerca de um décimo da área total, para o assentamento de 80 famílias. [...] A vitória parcial estimulou os posseiros e seus aliados a prosseguir na luta pela desapropriação total da área. Foram mais dois anos de conflito, com uso recorrente de violência contra os lavradores (*site* Memorial da Democracia).

O protesto dos trabalhadores rurais de Alagamar, nas imediações do Palácio da Redenção, aconteceu durante a gestão do governador da Paraíba, Dorgival Terceiro Neto. Assim, no outro dia do movimento, dia 08 de novembro de 1978, “foi promulgado o Decreto Presidencial nº 82.614, desapropriando 2.000ha, ou seja, 15,3% da [área] de ‘Grande Alagamar’” (Cantalice, 1985, p. 167). Mas a luta ainda duraria alguns anos e passaria para os novos mandatários do estado da Paraíba e da presidência da República.

Durante a tramitação do processo de desapropriação foram registrados vários incidentes na região em face da presença de pistoleiros que ameaçavam as famílias residentes no local motivando, posteriormente, o deslocamento de um contingente policial para Alagamar depois de uma visita do governador Tarcísio Burity em campanha de desarmamento desenvolvida na região a fim de garantir a tranquilidade dos moradores.

No final do ano, agravaram-se os desentendimentos e, na localidade chamada Maria de Melo, registrou-se conflitos entre a própria polícia e os agricultores. “O governador do Estado, depois de comprar Maria de Melo conseguiu contornar o problema parcialmente uma vez que a desapropriação, por parte do INCRA, de apenas dois mil hectares não corresponde às aspirações dos camponeses que pleiteiam a de toda Alagamar” (O Norte, 22/06/1980).

Diante o transcurso de toda a luta, a Igreja da Paraíba empreendeu uma campanha, através da Arquidiocese do Estado, que deu repercussão nacional ao problema. O ápice dos acontecimentos ocorreu em janeiro de 1980, quando novamente, os proprietários colocaram as reses dentro do roçado dos moradores e o acontecimento tomou repercussão em quase todos os jornais do país:

A resistência em Alagamar contou com forte apoio do arcebispo de João Pessoa, dom José Maria Pires (dom Pelé), que mobilizou outros bispos do Nor-

deste, entre os quais o arcebispo de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara. [...]. Em janeiro de 1980, as terras cultivadas foram invadidas e pisoteadas pelo gado dos proprietários. Dom Pelé, dom Helder e outros bispos foram até a região para ajudar pessoalmente os camponeses na expulsão do gado e na retomada da terra. A repercussão do episódio forçou o governo da Paraíba a comprar toda área de Alagamar e entregá-la formalmente às famílias dos lavradores (*site* Memorial da Democracia).

Para impedir os possíveis conflitos, os agricultores contavam com a ajuda da Igreja Católica, que estava baseada nos ideais progressistas do Arcebispo da Paraíba Dom José Maria Pires, do Arcebispo de Recife e Olinda Dom Helder Câmara, entre outros. A luta pela posse da terra ganhou proporções grandiosas.

E as negociações pacíficas ou não, avançaram no decorrer dos anos e em 1980, o “novo” Presidente Militar veio ao estado em questão devolver a posse em favor dos agricultores de boa parte da terra em disputa. Pois os trabalhadores de Alagamar continuavam: “Sem qualquer documento que comprove a posse de terra, os agricultores de Alagamar vivem atualmente um clima de insegurança, e acreditam que a presença do presidente Figueiredo ao local resolverá definitivamente o problema” (O Norte, 22/06/1980).

Por tudo isso, que o dia escolhido pelo Presidente João Figueiredo para o evento foi 26 de junho de 1980. E o jornal O Norte fez a cobertura política da festividade, que iniciou primeiramente por Campina Grande e, depois, veio à sede do governo da Paraíba, de lá partindo para Alagamar.

O Presidente Figueiredo, falando ontem, à tarde para 2 mil agricultores reunidos na Fazenda “Maria de Mello”, na região de Alagamar, a 65 km de João Pessoa, disse acreditar que a violência “jamais será usada” para resolver os problemas do campo e citou Alagamar como exemplo de soluções pacífica, “onde os trabalhadores podem, agora, afirmar de alto e bom som, que não há força humana que retire essa terra das mãos dos senhores”. Discursando na mesma solenidade, o Ministro da Agricultura, Amaury Stábile, advertiu que as autoridades “não serão levadas a tomar decisões pela criação artificial de um clima de tensão social” e anunciou que a desapropriação de terras por interesse social só ocorrerá após minucioso exame e desde que represente “a solução mais adequada, esgotadas as demais alternativas de entendimento previstas na legislação” (O Norte, 27/06/1980).

Assim, na fazenda relatada os conflitos pela posse da terra não estavam totalmente sanados. Por isso o discurso buscando a pacificação das disputas. O Estado da Paraíba tinha envolvimento em décadas passadas com questões agrárias; as chamadas “Ligas Camponesas”, que tinham sofrido repressão dos governos militares. Mesmo com a participação de órgãos do governo do estado e governo federal nesta nova disputa agrária os ânimos não estavam amenos.

Em Alagamar – onde a insatisfação continua por parte da maioria dos agricultores – o Presidente conheceu a experiência da cooperativa instalada pelo INCRA para distribuir a terra entre os camponeses e visitou uma escola mantida pelo Governo Tarcísio Burity. Bem humorado o tempo todo, Figueiredo, ao descer do helicóptero, teve que se demorar 15 minutos antes de chegar ao palanque – a 8 metros de distância – pois fez questão de apertar as mãos de centenas de pessoas e populares enfileirados e de beijar escolares (O Norte, 27/06/1980).

Os poderes públicos tinham criado uma cooperativa para auxiliar os agricultores no trabalho diário e uma cooperativa para subsidiar os produtos alimentícios para o consumo diário dos trabalhadores envolvidos buscando a pacificação do conflito sob a batuta do Estado.

Tudo isso, não poderia ser feito sem uma compensação aos “novos” proprietários da terra que haviam perdido o seu usufruto. E aí, o presidente para acalmar os latifundiários formulou o seguinte pensamento, a saber: “o que foi feito em Alagamar poderá se repetir em outras áreas onde existem conflitos entre camponeses e proprietários de grandes quantidades de terras cultiváveis. Figueiredo disse ainda que para tal fim se faz necessário”. Entretanto, “a disponibilidade de verbas para indenizar os proprietários com preços justos” (Correio da Paraíba, 27/06/1980). É a compensação feita à elite quando se sente violada e que está presente em várias oportunidades da História do Brasil.

O presidente, ainda disse, em diálogo com os camponeses de Alagamar, que tudo isso, “foi possível sem o uso da violência, chegando-se a uma solução em que fez justiça e que agora em diante os senhores podem afirmar em alto e bom som: ‘não há força humana que retire essa terra das mãos dos senhores’” (Correio da Paraíba, 27/06/1980). Mas violência contra os trabalhadores houve em várias

oportunidades, porém como o intuito da viagem era apaziguar o conflito, essa fala tornou-se pertinente aos padrões, mais uma compensação aos proprietários.

Do lado dos trabalhadores da Fazenda Alagamar ocorreu a compensação que foi a entrega dos títulos de posse da terra e a promessa do fim do conflito. E para todos os presentes, os moradores das fazendas agregadas, dos habitantes das cidades vizinhas, e público em geral, foram também para ver e ouvir o cantor, muito popular no Nordeste, Luiz Gonzaga. E a partir daí, vamos ver como foi esse encontro.

O encontro entre o presidente e o sanfoneiro

Vamos demonstrar como foi a festa para o recebimento dos títulos de posse da terra. Para animar o evento e amenizar algum conflito, ainda existente, o governador Tarcísio Burity contratou o famoso sanfoneiro de Exu, Luiz Gonzaga, “O Rei do Baião” que já estava tocando bem antes da chegada das autoridades e do presidente da república.

Contratado pelo governo do Estado para “animar” o ambiente antes da chegada da comitiva, o cantor Luiz Gonzaga ofereceu um “show” à parte no palanque montado na fazenda “Maria de Mello”, em Alagamar. [Entretanto] Não despertou muitos aplausos. Só uma pequena “claque” formada ao redor do palanque a aplaudia (O Norte, 27/06/1980).

O show de Luiz Gonzaga e seu conjunto musical na Fazenda “Maria de Mello”, começou muito tempo antes. Durante o espetáculo era o momento para juntar o povão que na maioria dos casos eram fãs do “Rei do Baião”. Todavia, a notícia ratifica que assistindo o artista com atenção somente uma pequena quantidade de pessoas que pouco se empolgavam com a apresentação musical.

Esse momento do show servia também para verificar se o sistema de som estava preparado para os discursos das autoridades que viriam na sequência. Presentes, além dos moradores e vizinhos da localidade, o público contava com a participação de pessoas dos municípios de Itabaiana [terra de Sivuca, sanfoneiro e compositor parceiro de Gonzaga] e de Salgado de São Félix.

Entretanto, segundo os relatos dos jornais, o sanfoneiro de Exu não estava agradando a todos, o problema deveria ser que Gonzagão parava a apresentação, com frequência, para falar com o público sobre tudo o que estava ocorrendo no lugar que estava cantando. Como narra à imprensa local:

Luiz Gonzaga cantou: pouco aplausos mas muitos conselhos. Em dado momento, Gonzaga chegou a advertir: - Só espero que vocês aplaudam o presidente. Senão, seria uma vergonha para mim. Ele intercalava suas músicas com alguns “conselhos” aos agricultores: - O nordestino tem que regressar à sua terra. Porque ir ao sul do país? Tem que voltar, principalmente agora quando as autoridades pensam em resolver nossos problemas. O nordestino não vai fazer nada em São Paulo. Vi nessa cooperativa o que não tenha visto antes. Os preços são cobrados 50 por cento a menos. É uma cooperativa bem organizada, bonita, charmosa, com preços acessíveis ao nosso povo. É tanto desconto... Tem de tudo... O governo está oferecendo todas as vantagens... Temos é que ficar no Nordeste. Eu mesmo já voltei, estou em Exu, minha terra... (O Norte, 27/06/1980).

A preocupação de Gonzaga era fazer os posseiros esquecer os conflitos e lutas pela terra recém-conquistada e por causa disso recebesse o presidente com animação e gratidão, foi para isso que havia sido contratado, para animar e apaziguar o evento. E nos intervalos entre as canções orientava os agricultores para permanecer no Nordeste, e que não migrassem mais para a região sudeste do país. Pois os que estavam lá começavam a retornar para os locais de origem e que ele estava vendo essa possibilidade a partir da possível harmonização de sua cidade natal depois de anos de conflitos familiares.

Um dos motivos do discurso harmonizador do “Rei do Baião”, era por causa do conflito oligárquico pelo qual passava o território de Exu. Lá ocorriam os velhos problemas das antigas disputas de familiares, e Luiz Gonzaga acabou por nelas se enredar, assumindo uma posição de pacificador numa sangrenta luta que se arrastava há séculos e que tinha voltado à tona em meados do século XX.

Na década de 1970, o sanfoneiro de Exu assumiu a liderança ativa em busca do fim do conflito, houve duas tentativas oficiais para findar a rivalidade das oligarquias, mas foram frustradas. Os Alencar representavam a mais tradicional família de poderosos locais, que por anos a fio, vindo do período colonial e imperial exercia o domínio político e econômico sobre a região.

O poder do clã Alencar raramente foi contestado, muito embora outras famílias que vieram a se radicar na região, a exemplo dos Sampaio e os Saraiva, ligados ao comércio. Essa rusga ficou muito famosa, pois em 1979, houve um programa “Globo Repórter” especial para retratar as brigas das famílias Sampaio e Alencar, na cidade pernambucana de Exu, que se arrastava com intensidade desde 1949 com mortes violentas de ambos os lados. No período da festa na Fazenda Alagamar, a sugestão de Gonzaga para o fim do conflito em sua terra era uma intervenção federal, que viria anos depois.

Voltando as notícias dos impressos paraibanos, seu Luiz só esqueceu de dizer em seu discurso no palanque, que a região nordeste estava enfrentando em alguns estados outra seca calamitosa, que era o motivo para a visita presidencial, e que em muitas situações forçava os nordestinos emigrar novamente para o sudeste. Por isso, que o show de Gonzaga não repercutiu tanto, pois ele utilizou o espetáculo para defender a política vigente numa perspectiva de apaziguamento das tensões sociais, econômicas e políticas.

Figura 01 – Gonzagão cantando ao lado de ‘Salário Mínimo’ na Fazenda “Maria de Mello” em Alagamar/PB



Fonte: Jornal O Norte, 27/06/1980.

Na imagem vemos Gonzaga cantando antes da chegada do presidente da república. E quando chegaram as autoridades, ainda assistiram uma parte do espetáculo do “Rei do Baião”, enquanto se aprontavam no palanque oficial. Estavam no espaço do show o Governador da Paraíba, o Ministro Amaury Stábile, o Chefe da Segurança Presidencial o Major Heitor Aquino, o secretário particular do presidente o General Otávio Medeiros, o Chefe do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), Danilo Venturini, Chefe da Casa Militar, o jornalista Alexandre Garcia, e assessores que chegaram em dois helicópteros. E no decorrer da reportagem o jornal paraibano descreveu “o bom humor do presidente”, tentando construir em vários trechos uma imagem apaziguadora e conciliadora de Figueiredo, mostrando sua interação frequente e espontânea com o público do presente.

Para chegar ao palanque, a 8 metros de distância, em “Maria de Mello” o presidente gastou 15 minutos, pois fez questão de apertar as mãos de centenas de crianças já no palanque exigiu a presença do cantor Luiz Gonzaga, (que minutos antes ali estivera improvisando um show para os agricultores). Figueiredo abraçou Gonzaga, que o chamou de “meu comandante” e cantou dois baiões. - aqui está, presidente, o povo caboclo, sadio, cheio de fé no Brasil e no senhor, que é o homem mais popular deste país – disse Gonzaga, entregando em seguida um disco autografado (O Norte, idem).

Cabe salientar que a relação de seu Luiz com as altas instâncias do poder vinha de longa data, de tantas campanhas políticas realizadas. E o termo “meu comandante” era compreensível, Gonzaga era ex-militar e nutria discreta admiração pelos militares no governo federal e tinha amizades no campo governamental, embora não fizesse abertamente apologia da ditadura.

As notícias dos jornais paraibanos diziam que o presidente “ouviu dois baiões, um deles saudando-o e outro dedicado à seca” (Correio da Paraíba, 27/06/1980). Mas não descreveram quais músicas foram cantadas na oportunidade desse show na Fazenda Maria de Melo, em Alagamar. Não obstante, provavelmente, o disco entregue ao presidente era o LP “O Homem da Terra”, que Gonzaga estava fazendo a divulgação nesse período.

Acredito que uma das canções que o sanfoneiro de Exu apresentou foi uma que o repórter da Rede Globo de Televisão, Francisco José, apresentou no ano de 1980. Ele fez a cobertura de um show de Luiz Gonzaga e Dominginhos, no interior do Pernambuco, relatando que um dos temas mais usados nos baiões, xotes, toadas e xaxados era a seca no Nordeste. E naquele momento o sertão estava passando por mais uma longa estiagem. E por causa disso, Luiz Gonzaga, tinha feito um baião sobre a seca, e que ele aprontou a composição 30 minutos antes do espetáculo, e a música era dedicada ao presidente Figueiredo. E dizia assim:

Aí presidente venha
Vê o meu Nordeste
Tão perseguido da seca
Atacado pela peste
É o que mais atormenta

Desde o sertão ao agreste
Venha vê o meu Nordeste
É de cortar coração
Este caboclo sofrendo
Por falta de proteção

Mas a letra descrita não era uma composição nova realizada por Gonzaga, em homenagem ao então Presidente Figueiredo, e sim uma adaptação da canção “Queixas do Norte”, de 1963, dos compositores: José Marcolino e Pantaleão. Entretanto, essa música demonstrava a relação de proximidade com o poder representado pelo chefe da nação, e sua busca incessante em resolver os problemas do povo nordestino.

A relação entre o “Rei do Baião” e o presidente general Figueiredo não era tão amistosa assim, como descreve o pesquisador José Nobre de Medeiros:

Certa ocasião, em um encontro de audiência marcada com o Presidente João Batista Figueiredo, quando foi apresentar uma proposta de projeto de preservação da Asa Branca, levando um filhote da ave de presente para Sua Excelência, fora recebido com as seguintes ponderações. – Cadê o seu filho? Por que ele não gosta de mim? Diga a ele que me deixe em paz! Luiz Gonzaga quis ponderar dizendo: - Presidente, isso é coisa da juventude! Logo foi interrompido com a rejeição: - Diga a ele que me deixe em Paz!. A conversa sobre a Asa Branca prosseguiu, mas ele acabou voltando com a gaiola da ave na mão (Costa e Medeiros, 2011, p. 105).

Luiz Gonzaga foi militar na década de 1930, e por isso, olhava com certa simpatia os generais presidentes que dominaram o Brasil com mãos de ferro durante 21 anos. Mas o filho Gonzaguinha era um adversário combativo a ditadura brasileira, e isso, era passado com certa frequência nas “fuças” do sanfoneiro de Exu. Nem sempre “filho de peixe, peixinho é”, principalmente com relação à opinião política.

Considerações Finais

Voltando a festa em Alagamar, antes de encerrar a apresentação, o cantor disse ao Presidente Figueiredo que tinha guardado um presente para entregá-lo, era um chapéu de couro para lhe dar, “mas esqueci de trazê-lo. E iria pedir a V. *Excia.* que tirasse uma foto com esse meu chapéu suado, mas seria falta de ética” (O Norte, 27/06/1980). Assim que recebeu o regalo o general “trocou o quepe de sol pelo chapéu de vaqueiro do cantor tornando mais informal a solenidade de entrega dos títulos ao presidente da Cooperativa Agrícola de Alagamar” (Correio da Paraíba, 27/06/1980).

Segundo a reportagem, o presidente “descontraído” do jeito que estava, pegou o chapéu do sanfoneiro e posou para os fotógrafos e ficou no palanque com o símbolo nordestino instituído pelo Gonzagão há décadas. Figueiredo ficou com o chapéu de couro do cantor Luiz Gonzaga na sua cabeça durante os discursos do Ministro da Agricultura e do Governador do Estado.

Podemos destacar, também, que o modelo de reforma agrária instituído na Fazenda Alagamar era um fato novo nesse panorama de desafios da posse pela terra, alguma coisa ali determinou o rompimento de tradicionais padrões no relacionamento entre os donos de terra e os que trabalham na terra. Ao que se sabe, estabeleceu-se ali uma comunidade sobre bases inovadas, baseadas no Estatuto da Terra, embora dentro de uma visão de pobreza dos envolvidos, sem dar condições do desenvolvimento na terra. Surgia em Alagamar uma sugestão avançada

e arrojada, uma experiência inusitada para nós em termos de sentido comunitário de vida. Na base de tudo aquilo estava a estrutura fundiária arcaica deste país. Essa estrutura agrária era uma dos motivos da luta dos cangaceiros que usavam originalmente o chapéu que o presidente ditador usou na Paraíba.

Finalizando a viagem da comitiva, o último evento do presidente ocorreu no final da tarde do dia 26 de junho, na Praça João Pessoa na capital paraibana. Para aumentar o contingente populacional para receber Figueiredo, o expediente nas repartições públicas se encerraram mais cedo, para presenciar a maior autoridade do país, e seu “bom humor típico”, para receber honrarias do Batalhão da Polícia Militar, e logo após assistir a apresentações de manifestações folclóricas e grupos de quadrilhas juninas.

Quando terminou os eventos públicos as autoridades foram para a Granja Santana, residência oficial do governador do estado, para um jantar especial. Finalizando “os comes e bebes” com o dinheiro público, o presidente ditador foi para o famoso Hotel Tambaú e na manhã seguinte, sexta-feira, dia 27 de junho viajou para Petrolina, interior de Pernambuco, para continuar o *tour* para conhecer melhor o Nordeste, fazendo com isso, novos encontros e ouvindo novos pedidos, solucionar os problemas é outra história...

Fontes

Periódicos

Jornal A União - junho de 1980.

Jornal Correio da Paraíba - junho de 1980.

Jornal O Norte - junho de 1980.

Sites

Memorial da Democracia. Povo de Alagamar conquista terra: Camponeses da Paraíba se mobilizam e Geisel inicia desapropriação de áreas. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/povo-de-alagamar-conquista-terras>. Acesso em: 02/02/2022.

Reportagem de Francisco José sobre Luiz Gonzaga e Dominginhos. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CXuoQU9F30h/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 02/02/2022.

Referências

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800.** Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ALBUQUERQUE JR; Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ÂNGELO, Assis. **Eu Vou Contar Prá Vocês.** São Paulo: Ícone, 1990.

ÂNGELO, Assis. **Dicionário Gonzagueano, de A a Z.** São Paulo: Trends, 2006.

AUSTREGÉSILO. José Mário. **Luiz Gonzaga: o homem, sua terra e sua luta.** Recife: Fase Faculdade, 2012.

CANTALICE, Dulce Maria Barbosa. **Capital, Estado e Conflito - Questionando Alagamar.** João Pessoa: Fiplan, 1985.

CHAGAS, Luiz. **Luiz Gonzaga.** São Paulo: Martin Claret, 1990. (coleção Vozes do Brasil).

COSTA, Antonio Francisco e MEDEIROS, José Nobre de. **Porque o Rei é Imortal!.** Salvador: Paginae, 2011.

DREYFUS, Dominique. **Vida do Viajante a Saga de Luiz Gonzaga.** São Paulo: Editora 34, 2012.

ECHEVERRIA, Regina. **Gonzaguinha e Gonzagão: uma história brasileira.** São Paulo: Ediouro, 2006.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Estrelas de Couro: A Estética do Cangaço**. 2ª Ed. São Paulo: Escrituras, 2012.

MORAIS, Fernando. **Chatô: O Rei do Brasil: a vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Emília. **Por um Pedaco de Chão**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em Nome de Deus, dos Pobres e da Libertação: Ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**. Dissertação de Mestrado em História. João Pessoa: UFPB, 2012.

OLIVEIRA, Gildson. **Luiz Gonzaga o Matuto que Conquistou o Mundo**. 3ª ed. Recife: Editora Comunicarte, 1991.

CAPÍTULO 5

SECA, FOME E SAQUE NA REGIÃO DO MATO GRANDE: ANÁLISE DO SAQUE REALIZADO PELO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST NA CIDADE DE JOÃO CÂMARA/RN EM 1998

Antonio Xavier do Nascimento

Doi: 10.48209/978-65-84959-95-4

Introdução

O presente trabalho foi realizado durante o Curso de Graduação em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte-UERN em 2012. Cumprindo exigências para conclusão de curso, sob orientação da Professora Dra. Jovelina Silva Santos. Tendo como objetivo analisar o contexto sociopolítico vivenciado pelos Trabalhadores Rurais integrantes do MST que participaram dos Saques realizados na Microrregião da Baixa Verde e ao Supermercado J. Souza em João Câmara/RN em 1998. Identificar as principais dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores do campo nos períodos de Seca. Mostrar suas reivindicações feitas através de atos e protestos, bem como, as conquistas por eles obtidas. De modo que essa classe social (Trabalhadores Rurais dos Projetos de Acampamentos e Assentamentos¹ integrantes do MST) seja incluso na historiografia como sujeitos sociais históricos. Pois, suas ações locais foram diretamente influenciadas pelas ideologias dominantes nos sertões do Nordeste e do Brasil.

¹ Comunidade que obteve a conquista da terra através da luta social pela Reforma Agrária. Mas continua na luta por melhores condições de sobrevivência como saúde, educação, moradia, trabalho etc.

Esse trabalho de pesquisa foi realizado utilizando-se da fundamentação teórico-metodológica da análise de documentos/fontes, tais como: jornais e revistas que veicularam informações sobre a temática. Assim como, documentos tipo processos-crime; registros em Livros de Ata das reuniões da Câmara Municipal do município de João Câmara/RN, onde foram discutidos sobre o assunto; e um vídeo contendo entrevistas, discursos de autoridades e membros do movimento, a mobilização e o Saque.

Os documentos/fontes pesquisados são partes integrantes que constitui o lócus empírico deste trabalho empreendido e estão disponíveis de dois modos. Os primeiros, em entidades públicas, como o Fórum Judicial e a Câmara Municipal de Vereadores; e o segundo, em acervo particular formado por recursos próprios e por doações de terceiros, todos localizados na cidade de João Câmara/RN. Nesses espaços encontram-se diversos documentos que deram suporte teórico ao trabalho. O material selecionado passou por leituras e foi catalogado. Desse modo, buscamos localizar e sistematizar as informações referentes à mobilização social realizada pelo MST que culminou nos Saques. Pretende-se estabelecer uma conexão entre a realidade local com as discussões sobre a temática em outras instâncias (regional e nacional).

Esse trabalho é socialmente importante porque contribuirá para o entendimento, através de pesquisas feita com documentos, do contexto social, agrário e político vivenciado pelos membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST da Microrregião da Baixa Verde do Estado do Rio Grande do Norte, no primeiro semestre do ano de 1998. Assim, como permitirá o esclarecimento (por meio das fontes que foram utilizadas na pesquisa documental) das principais reivindicações feitas pelo MST nas mobilizações ocorridas nesta região que culminaram em Saques. Sobretudo, ao Saque praticado ao Supermercado J. Souza em João Câmara no dia 05 de maio de 1998. Bem como, as consequências do pós-saque, tais como: o posicionamento político e judicial das autoridades local, estadual e federal; e as ações sociais governamentais realizadas para atender as reivindicações realizadas pelos trabalhadores.

Referencial teórico e análises

As ações dos movimentos sociais rurais procuram chamar a atenção para a realidade em que vivem os homens e as mulheres do campo e mostrar a urgência de medidas efetivas de acesso e permanência na terra, constituindo-se em luta pela terra e pela Reforma Agrária. É neste contexto de organização política e social que surgiu na década de 1980 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Nesse sentido, é importante conhecermos a história desse movimento social que está presente em todo o Brasil para entendemos os objetivos de suas lutas.

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem terra-MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi criado oficialmente através do Primeiro Encontro Nacional, realizado por representantes de entidades civis organizadas entre os dias 21 e 24 de janeiro de 1984 na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná. No ano seguinte, de 29 a 31 de janeiro de 1985, os “sem terras” realizaram o Primeiro Congresso Nacional do Movimento, principiando o processo de territorialização do MST pelo Brasil. Com o objetivo de lutar pela Reforma Agrária no país, o movimento organizou-se e conseguiu nas últimas décadas, a adesão de milhares de trabalhadores rurais sem terras.

O MST organizou-se rapidamente em todo o Brasil, a criação das coordenações regionais facilitou a expansão. O movimento tem como maior espaço de decisões o Congresso que ocorre a cada 05 (cinco) anos. O MST criou uma bandeira que se tornou símbolo da luta em 1987, durante o 4º Encontro Nacional. Ela está presente nos acampamentos e assentamentos, em todas as mobilizações do movimento. Tendo em vista a condição histórica do homem do campo e sua luta pela posse de terras, sobretudo, os integrantes do MST atual, Roseli Salete Caldart define a expressão “Sem Terra” como:

Ser Sem Terra é também mais do que lutar pela terra, sem-terra é uma identidade historicamente construída, primeiro como afirmação de uma condição social: Sem Terra, e aos poucos não mais como uma circunstância de vida a ser superada, mas como uma identidade de cultivo: Sem Terra do MST! (...) projeta não uma condição, mas um sujeito social, um nome próprio a ser herdado e honrado. Esta identidade fica mais forte à medida que se materializa em um modo de vida, ou seja, que se constitui como cultura, e que projeta transformações no jeito de ser da sociedade atual e nos valores (ou antivalores) que a sustentam”. (Caldart, 2001, p. 211).

Assim, o MST desperta em seus integrantes, “os sem terras”, a formação de grupos e a noção de comunidade, que unidos lutam por interesses sociais comuns. Anteriormente assumiam seus problemas isolados, agora fazem parte do MST e lutam por interesses coletivos contemplando perspectivas de transformações no campo, melhorias e progresso.

O autor Bernardo Mançano Fernandes afirma que:

Os Sem Terras são camponeses expropriados da terra, são trabalhadores na luta pela reinserção nas condições de trabalho e de reprodução social, das quais foram excluídas, suas lutas são pela conquista da terra, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade. Questionam o modelo de desenvolvimento e o sistema de propriedade, lutam contra o modo de produção capitalista e desafiam a legalidade burguesa, em nome da justiça (Fernandes, 1999, p. 34-35).

Tendo em vista a atuação dos Sem Terras, o MST passou a organizar-se em torno de três objetivos principais: lutar pela terra, por reforma agrária e por uma sociedade mais justa e fraterna. Dessa forma passou a realizar ocupações de terras por meio de acampamentos com ações coletivas de famílias organizadas sob orientações de suas lideranças. Esses acampamentos são entendidos como espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terras, organizadas, reivindicam assentamentos. A ocupação das terras é uma ferramenta de luta política utilizada pelos movimentos sociais em busca de uma Reforma Agrária Nacional. Nesse sentido, são comuns as manifestações que se constituem em ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras onde reivindicam diferentes políticas públicas.

Os movimentos sociais resistem e atuam em vários espaços de luta, por meio de manifestações, ações de resistência, formação de acampamentos e ocupações de terra. A forma mais comum que os trabalhadores utilizam para apresentar a sua pauta de reivindicações são as manifestações de luta que se constituem em atos públicos, jornadas, marchas, protestos diante de órgãos públicos, bloqueio de rodovias, acampamentos em frente ou dentro de órgãos públicos, e em praças. São vistos também, como manifestações, as Romarias da Terra, ou vigílias, que a Comissão Pastoral da Terra-CPT e outras pastorais organizam em todo o Brasil.

O Movimento “Grito da Terra Brasil” e a atuação do MST na região Nordeste

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, caracteriza-se como um movimento de cunho social que atua em todo o Brasil em parceria com instituições civis organizadas na defesa dos interesses dos trabalhadores rurais. Foi com essa finalidade que o MST buscou cumprir as metas do “Movimento Grito da Terra Brasil” em 1998, na Região Nordeste. O Grito da Terra Brasil é uma mobilização promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG e apoiada pelas Federações dos Trabalhadores na Agricultura - FETAG, e pelos Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR e possui um caráter reivindicatório, trata-se do principal evento da agenda do movimento sindical do campo. A pauta do Grito da Terra Brasil é ampla e reúne reivindicações relativas às políticas agrícolas, à reforma agrária (desapropriação de terras e criação e manutenção de assentamentos) e também às políticas sociais (saúde, previdência, educação e assistência social).

Esse movimento foi organizado pela primeira vez em 1995, desde então as FETAGS também promovem os Gritos da Terra Estaduais, que negociam com os governos as reivindicações dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. Na pauta de manifestações a ser realizadas pelo MST em todo o Brasil em 1998,

atendendo diretrizes do Movimento Grito da Terra Brasil, encontravam-se: atos públicos, marchas, protestos, bloqueios de rodovias, protestos diante de órgãos e praças públicas. Vale destacar que dentro deste contexto, o MST de cada Estado criava um nome para as ações locais, no caso da Microrregião da Baixa Verde, foi intitulado de “Grito da Seca e da Fome”.

No dia 05 de maio de 1998 o MST agiu em ação conjunta em vários Estados da Região Nordeste, segundo reportagem do Jornal do Comércio On-line, de Recife - PE, do dia 06/05/1998, foram saqueadas as seguintes cidades: Aliança, Feira Nova, Arcoverde, Orocó, Ibimirim, Cabrobó, Ribeirão, Barreiros, Gravata e Machado todas no Estado de Pernambuco. Informa também, que no Ceará os “Sem Terras” saquearam um supermercado e um armazém no município de Iracema e, no RN, um supermercado tinha sido saqueado na cidade de João Câmara. Tendo a Polícia Militar desses Estados impedido outros saques. Noticiou ainda que “a população dessas cidades viveu um dia de inferno, com lojas fechadas, policiamento nas ruas e o medo dos manifestantes”. Portanto, uma das estratégias do movimento era a realização de saques simultâneos em vários estados da região nordeste do Brasil.

MST: atuação sociopolítica na microrregião da Baixa Verde

A atuação do MST na Microrregião da Baixa Verde, microárea integrante da Região do Mato Grande, como é conhecida popularmente, que está situado no Estado do Rio Grande do Norte, composta por 05 (cinco) cidades, são elas: Bento Fernandes, Jandaíra, João Câmara, Parazinho e Poço Branco. Sendo a cidade de João Câmara, distante 74 km de Natal, a capital do RN, o polo político e econômico da região. A população da Microrregião da Baixa Verde teve sua população estimada no ano de 2006 pelo IBGE em 61.451 pessoas. A região possui uma área total de 1.957km² de extensão.

Foram sobretudo, trabalhadores de acampamentos e assentamentos rurais coordenados pelo MST dessas cidades que realizaram diversas mobilizações sociais no primeiro semestre de 1998 na região. Tendo como principais motivos: as ocupações de terras (fazendas) improdutivas por famílias de agricultores integrantes do MST; a Seca; Fome; e Saques. As ocupações de terras por meio de Acampamentos Rurais foram ocasionadas, especialmente, porque a maior parte das terras produtivas da região pertenciam a “grandes latifundiários”. A população “Sem Terras” e pobre dessa área, naquele momento estava morando, em sua maioria, nos povoados, vilarejos e nas sedes dos pequenos municípios mencionados. Com exceção de poucos trabalhadores que residiam nas propriedades de latifundiários na condição de moradores-agregados (empregados).

Todos na mesma condição, sem terras próprias para trabalhar e produzir alimentos. Trabalhavam, sim, em propriedades de fazendeiros como meeiros, arrendatários e como bóias-frias. Nesta última situação, alugando suas forças de trabalho para fazendeiros na condição de diarista de serviços, no intuito de buscar a sua sobrevivência e o sustento da família. Com o agravamento das constantes secas, nesta região semiárida, eram comuns os deslocamentos de trabalhadores rurais residentes nos campos em direção as cidades, em busca das autoridades políticas, dos moradores e das igrejas, para solicitar comida e água na tentativa de diminuir o sofrimento da fome e da sede.

O movimento em direção à cidade se reveste de diversos significados, pois lá residia o Poder. Observa-se também que, na cidade, o poder obedecia a uma hierarquia. Ou seja, o poder político é representado por espaços: prefeitura, câmara de vereadores, casa do prefeito; o poder religioso: as igrejas, seminários e a casa paroquial; o poder econômico: os estabelecimentos comerciais, o mercado, a feira livre. Assim, a cidade transformava-se no destino dos Camponeses Pobres e Famintos. Além de ser um significativo espaço de decisões políticas e de Poder, ou seja, era no espaço geográfico da cidade que parte dos problemas eram resolvidos.

As crises de Secas, Fome e Trabalho, a Questão Fundiária, as propostas de Reforma Agrária, o surgimento do MST na Região do Mato Grande², tudo isso, passou a ser o eixo central das discussões e conflitos no final da década de 1980 e intensificou-se na década seguinte, 1990. Nesse contexto, vários grupos integrantes dessa classe social de Baixa Renda, melhor dizendo, pobres, como pequenos agricultores familiares, vaqueiros, rendeiros, parceiros, moradores, agregados e bóias-frias marcam presença como sujeitos/agentes históricos. Passaram a participar das lutas organizadas e foram incluídos, todos, na mesma categoria: “Trabalhadores Rurais Sem Terra”. Desse modo, passaram a ter significado político e social dentro de um contexto histórico de luta pela Reforma Agrária. Agora, liderado por um movimento de cunho nacional, o MST.

Em maio de 1998 havia na região muitas ocupações de terras que eram caracterizadas como acampamentos e assentamentos coordenados pelo MST, todas em áreas de latifúndios rurais. Os agricultores acampados e assentados vivenciavam um período de estiagem, a falta de chuvas gerou a seca provocando a escassez de água e alimentos para o consumo humano e de animais. A seca interferiu na diminuição do plantio e na produção das culturas de subsistência (feijão, milho, fava, mandioca/macaxeira, batata, jerimum, melancia, pepinos entre outras), bem como dificultando à prática da agropecuária - criação de animais de pequeno, médio e grande porte.

Outros fatores que contribuíram foram o grande número de Trabalhadores Rurais Sem Terras para trabalhar e produzir alimentos e a concentração da maior parte das terras férteis da região sob a tutela de poucos fazendeiros. O alto número de famílias vivendo nos Acampamentos e Assentamentos com poucas condições de infraestrutura, tendo em vista que a maior parte residia em pequenas barracas cobertas de lonas ou em casas de taipa, em situações sanitárias precárias. Além disso, a falta de trabalho e alimentação agravava ainda mais as circunstân-

² Está localizado na Região Nordeste do RN, é composto por 15 municípios: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros. Com uma área de 5.702,25 Km² (de acordo com dados do IBGE).

cias. Os trabalhadores rurais diante desta realidade, orientados sob a coordenação dos líderes do MST passaram a realizar várias mobilizações que culminou numa “crise social e política”. O objetivo dos movimentos intitulados de “Grito da Seca e da Fome” era pressionar as autoridades políticas, locais e estadual para obterem a “ajuda oficial”, os chamados “socorros da seca”³, além da desapropriação de terras como veremos a seguir.

Formação e desenvolvimento do MST no RN

O MST surgiu no Rio Grande do Norte no final do segundo semestre de 1989, teve início com a migração de militantes de outros Estados vindos principalmente do Ceará e da Paraíba para atuarem na Microrregião do Vale do Assú, sendo esta área, a primeira no RN a ter ocupação do MST. Essa organização estava vinculada à Política Nacional de Expansão do MST, que já estava estabelecida, naquele período, em 17 estados brasileiros. Em março de 1990 o MST instala uma secretaria em Natal e passa a desenvolver seu trabalho de expansão no Estado, a partir da Microrregião da Baixa Verde, conhecida popularmente como Região do Mato Grande, destacando-se nesta, o município de João Câmara. Algumas características foram favoráveis para a escolha e organização do MST nessa região, como: solo de boa qualidade para o trabalho agrícola (de origem sedimentar), o predomínio da concentração fundiária, baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, e por essa região historicamente ter sido palco de grandes conflitos envolvendo a posse da terra.

Vale destacar que, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - STR e alguns setores da Igreja Católica foram importantes aliados do MST, no planejamento e nas participações das reuniões com os Trabalhadores Rurais das cidades da região e nas ocupações de terras. Desse modo, a primeira ocupação de terra na região do Mato Grande, organizada pelo MST, foi realizada na Fazenda Marajó

³ Ajuda em alimentos, água e trabalho fornecida pelos governos local, estadual e federal a populações em estado de miséria.

no município de João Câmara/RN, em julho de 1990. Posteriormente, em 1991, o acampamento Marajó se tornou o primeiro Assentamento Rural⁴ no Estado. Após esta importante conquista, o MST fortaleceu-se e passou a dirigir politicamente outras ocupações na região, expandindo sua atuação para outras áreas do Estado.

Grito da seca e da fome

Neste contexto de crise social, o MST regional atendendo a solicitação da coordenação estadual do movimento, praticou várias ações na região do Mato Grande. Nesse sentido, através do trabalho de pesquisa, catalogamos algumas, a saber: o sequestro de 02 (duas) carretas de alimentos e, o saque de uma delas, a qual continha 24 toneladas de frangos, fato ocorrido na BR 304, próximo à cidade de Riachuelo/RN, ação praticada por acampados da Fazenda Espinheiro do município de Bento Fernandes - RN, no dia 17 de dezembro de 1997; o saque de 53 (cinquenta e três) cestas básicas que se encontravam em um caminhão furgão no município de João Câmara/RN, o qual pertencia à Secretaria de Trabalho e Ação Social - SETAS, fato ocorrido no dia 27 de março de 1998; o saque ao Supermercado J. Souza em João Câmara/RN, o maior comércio alimentício da região do Mato Grande na época, ação realizada pelo MST de várias cidades da região no dia 05/05/1998; uma invasão e saque de 360 (trezentos e sessenta) cestas básicas da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Bento Fernandes/RN, ato realizado por membros dos Acampamentos Espinheiro, Acampamento Jerimum e Assentamento TTL, no dia 12 de maio de 1998⁵.

Esses atos faziam parte do Movimento Nacional intitulado de “Grito da Terra Brasil” e do Movimento Regional chamado de “Grito da Seca e da Fome”.

4 Nota de esclarecimento: projeto vinculado às ações sociais do Governo Federal que tem como finalidade disponibilizar terras improdutivas aos trabalhadores rurais. Os assentamentos Rurais possuem o gerenciamento do INCRA, que promove ações de desapropriação da terra e divisão entre os potenciais agricultores, também, disponibilizam recurso para a implantação de moradia e estrutura elementar para o andamento do projeto.

5 Vara Criminal da Comarca de João Câmara - RN/arquivo nº 091 - Relatório de Missão nº 192/98 - DELOPS/SR/DPF/RN fls.05-06.

O título, “Grito da Seca e da Fome”⁶ remete-se a várias ações praticadas pelo MST na Microrregião da Baixa Verde buscando chamar a atenção das autoridades para o fenômeno natural (a seca)⁷ na região e os problemas sociais por ela ocasionados, como por exemplo: a falta de água, alimentos e trabalho, vistos como consequência imediata. O termo “Fome” do título em questão, expressa a condição de miséria vivenciada por uma população de trabalhadores marginalizada, dependentes da agricultura de subsistência⁸, sem outra perspectiva de trabalho e sem auxílio do Estado no que se refere às políticas públicas assistenciais.

Tendo esses trabalhadores que esperar pela ajuda da Caridade Cristã, recebidas por meio de doações realizadas através de Campanhas de Arrecadação de Alimentos por várias instituições religiosas, para alimentar famílias que viviam naqueles Acampamentos e Assentamentos em condições precárias de sobrevivência. O termo “Grito” está associado ao clamor público, ao pedido de ajuda aos governantes. Mas também se constitui como um ato político de denúncias de injustiças e reivindicação de direitos sociais básicos, como por exemplo: alimentação, trabalho, reforma agrária, educação e saúde garantidos pela Constituição Federal de 1988 a todos cidadãos brasileiros.

O movimento “Grito da Seca e da Fome” se caracterizou por realizar um conjunto de ações praticadas pelos integrantes do MST no estado do RN, como confirma a citação processual a seguir:

(...) estas manifestações ocorridas em todo o Estado faziam parte de uma mobilização maior denominada de “Grito da Terra Brasil”, movimento a nível nacional que ocorre simultaneamente em todos os estados brasileiros, organizado com apoio da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAG que apresenta extensa pauta de reivindicação junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federal buscando melhorias de qualidade de vida para a população do campo, tal manifestação pacífica ocorre anualmente em um período pré-estabelecido juntando as organizações sindicais e os movimentos sociais (Vara Criminal de J. Câmara/RN, Processo nº 104.98.000050-8, Fls. 967-968).

6 Jornal Diário de Natal, 06/05/1998, p. 05.

7 A Seca “caracteriza-se, como é óbvio, pela falta de suprimento de água numa região, causada pela ausência, insuficiência, interrupção ou má distribuição das chuvas” (Guerra, 1981, p. 22).

8 Agricultura de subsistência é realizada geralmente em pequenas propriedades, constituindo-se no plantio de seriais e leguminosas, sendo destinado ao consumo de quem a produz (agricultor e sua família).

Nesse sentido, as ações praticadas pelo MST na região do Mato Grande estavam diretamente ligadas: a denúncia da circunstância social em que vivia a população pobre ocasionada pela seca; a busca por políticas públicas de Reforma Agrária; e estava vinculado às manifestações ocorridas no Rio Grande do Norte, na Região Nordeste e no Brasil de modo geral.

O saque!

A Seca, a Fome e as condições sociais da população dos Assentamentos e Acampamentos Rurais do MST em Bento Fernandes-RN, eram similares aos outros Assentamentos e Acampamentos da Microrregião da Baixa Verde. Os líderes do MST deste município faziam parte da coordenação regional e, portanto, eram conhecedores da realidade vivida por todos, compartilhavam os mesmos ideais. Foi dentro desse contexto que os Trabalhadores Rurais do MST do município de Bento Fernandes participaram do movimento “Grito da Seca e da Fome”.

No dia 05 de maio de 1998, os trabalhadores integrantes do MST local se dirigiram até a sede da prefeitura do município de Bento Fernandes no intuito de buscar apoio do governo municipal. Sobretudo, pedir alimentação para suas famílias e transportes para realizar o deslocamento e participarem da mobilização do MST no município de João Câmara/RN, distante 18 km. Na ocasião, o prefeito Armando Emídio da Câmara foi pressionado pelos integrantes do movimento e pela imprensa a realizar um discurso apelativo ao governador do Estado do RN, Garibaldi Alves Filho. Em suas palavras, o prefeito Armando Emídio fez uma exposição da situação social que passava a população do município. Nesse sentido, ele afirma que:

(...) O clima em Bento Fernandes é de paz, mas é de muita fome, e também de muito desprezo e de dificuldade social. Todos os trabalhadores rurais de Bento Fernandes estão na mesma condição, de braços abertos e de barriga vazia, esperando uma ação governamental. Governador tenha piedade e use a consciência, para que rapidamente chegue uma ação governamental, emergência, alistamento, cestas básicas e trabalho. O povo está com vontade de trabalhar, o povo não tão com vontade de roubar, o povo está precisando de comida e

de trabalho. Estou de acordo com todos os trabalhadores rurais, mulheres e crianças do município. O município está passando por uma das maiores crises social do Nordeste (Vídeo/imagem 01h:30min. de gravação contendo a mobilização do MST, discursos e o saque - acervo particular).

Trecho do discurso do prefeito da cidade de Bento Fernandes/RN, direcionado aos trabalhadores do MST que se faziam presente no movimento e ao governador do Estado do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves Filho, a quem seria enviado toda a filmagem da mobilização. Situação ocorrida, momentos antes da saída dos trabalhadores “sem-terra” em transportes coletivos cedidos pelo prefeito, para participarem da mobilização e do saque no município de João Câmara - RN.

Ao chegarem a João Câmara, os trabalhadores da cidade mencionada encontraram-se com outras caravanas de “Sem terras”, que juntos liderados pelos coordenadores do MST e os dirigentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais concentraram-se em frente ao prédio da Prefeitura Municipal na Praça Baixa Verde. Na cidade de João Câmara “a movimentação dos integrantes do MST teve início às 04h:00min. da manhã, quando os grupos de trabalhadores rurais começaram a deixar os Acampamentos situados nas proximidades do município (...)” (Jornal Diário de Natal de 06 de maio de 1998, p. 05).

Por volta das 06h:00min. da manhã atendendo convocação de seus líderes, integrantes do MST, pertencentes a vários Acampamentos e Assentamentos Rurais da Região do Mato Grande reuniram-se na BR 406, entrada da cidade de João Câmara, local conhecido como “Quatro Bocas”. Quando estavam organizados, por volta das 08h:30min. marcharam em fila dupla, ocupando uma faixa da pista, em direção ao centro da cidade, todos armados com foices, varas e facões, com sacos de nylon e bandeiras do MST nas mãos que eram agitadas para o auto, gritando palavras de ordem⁹.

⁹ MST! - MST.

MST! - MST.

Ocupar! - Ocupar.

Resistir! - Resistir.

Produzir! – Produzir.

Vídeo/imagem, 01h:30min de gravação contendo a mobilização do MST, discursos e o saque - acervo particular.

Tudo com o fim de intimidar a população de João Câmara, em especial as autoridades locais e os comerciantes. Chegando ao centro da cidade dirigiram-se para frente do prédio da Prefeitura Municipal, na Praça Baixa Verde, onde iniciou uma concentração sendo proferidos vários discursos por parte dos líderes do MST, que se utilizavam naquele momento de um carro de som que servia para arregimentar a multidão. As principais solicitações dos trabalhadores rurais integrantes do MST, conforme reportagem do Diário de Natal eram: “inscrições nas Frentes de Trabalho (emergências) promovidas pelo Governo Estadual e Federal e a adoção imediata de 1.200 cestas básicas (...)” (Jornal Diário de Natal de 06 de maio de 1998, p. 05).

Tendo em vista que as solicitações iriam demorar a serem atendidas pelo Governo do Estado, os integrantes do MST na ação criaram uma comissão e elaboraram uma pauta de reivindicações de caráter imediato, a qual deveria ser atendida pela Prefeitura de João Câmara em parceria com a Câmara de Dirigentes Lojista - CDL. As exigências eram as seguintes: “2000kg de feijão, 2000kg de farinha, 2000kg de arroz, 1000kg de rapadura, 2000kg de açúcar, 2000kg de macarrão, 1000kg de carne, 1000kg de sal, 500kg de café, 1000 latas de óleo de soja, 1000kg de leite, (...) estamos reivindicando nossos direitos de sobrevivência, os direitos de cidadãos, o direito de comida para se alimentar (...)”¹⁰. Essas mercadorias seriam divididas entre os trabalhadores famintos na quantidade média de 10kg para cada chefe de família membro do MST presente na manifestação.

Após muita pressão dos trabalhadores por alimentos, o governo municipal fez uma parceria com os comerciantes e realizaram uma contraproposta à comissão do movimento, a qual se constituía no fornecimento de 500kg de alimentos. A divulgação desta informação pela comissão do movimento deixou os “sem terras” indignados pela pequena quantidade de alimentos oferecida, para um número grande de trabalhadores famintos, inflamando ainda mais os discursos dos coordenadores do MST.

¹⁰ Vídeo/imagem, 01h 30min de gravação contendo a mobilização do MST, discursos e o saque - acervo particular.

Por volta das 12h:30min. após várias rodadas de negociações com representantes do Governo Municipal, sem obter sucesso, os integrantes do MST invadiram o Supermercado J. Souza, na Praça Antonio Justino de Souza - no centro, próximo à sede da Prefeitura Municipal, depois de arrancarem as portas frontais do prédio a golpes de facões e foices, de onde retiraram e saquearam toda mercadoria existente. A prática da ação durou aproximadamente 30 minutos, a multidão foi rápida e levou tudo que encontrou nas prateleiras.

Após o Saque ao Supermercado J. Souza os manifestantes permaneceram na praça pública aguardando providências das autoridades governamentais para sua pauta de exigência.

O vereador Tomaz Garcia, da cidade de João Câmara/RN, em um pronunciamento na Câmara Municipal de Vereadores, discute a ação praticada pelos trabalhadores “sem terras” e posiciona-se contra a atitude dos saqueadores, ao afirmar que:

Não foi correta, visto que os comerciantes não resolvem problemas dessa natureza, pois caberia aos governantes, seja de prefeito, governador ou presidente a competência legal para interferir numa situação como essa” (15º Sessão Ordinária do primeiro período do 2º ano legislativo. Ata nº 15/98 do dia 11/05/1998, p. 198).

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte tinha prometido antes do Saque que iria cadastrar nas Frentes de Trabalho Emergenciais 700 trabalhadores na região do Mato Grande. Um dia após o saque em questão, houve uma reunião na Governadoria em Natal/RN, onde esse número de vagas foi ampliado de 700 para 2.500, e no Estado de 30 mil para 50 mil vagas¹¹. Desse modo, é importante ressaltar que não havia Programas de Transferência de Renda¹² permanente para as famílias em vulnerabilidade social.

11 Jornal Diário de Natal 08/05/1998, p. 07.

12 São aqueles destinados a realizar uma transferência monetária, sem necessariamente uma contribuição prévia, destinados às famílias pobres, consideradas a partir de uma determinada renda per capita dos membros que constituem a família.

Ações políticas e judiciais

A mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras - MST, da Região do Mato Grande que culminou no Saque ao Supermercado J. Souza no dia 05 de maio de 1998, foi um movimento planejado, como defende o Ministério Público de João Câmara: “O movimento ocorrido não se mostrou despropositado e descoordenado, sendo visivelmente fruto de deliberação e organização por parte das lideranças, ou seja, a massa de reivindicantes agia sob necessária coordenação”¹³. Tentando controlar a crise social e, sobretudo a onda de saques realizada pelo MST na Região Nordeste, Fernando Henrique Cardoso, Presidente do Brasil, afirmou: “o governo não vai permitir que os saques se transformem em desordem pública” (Jornal Tribuna do Norte, coluna Brasil, em 07/05/1998, p. 05).

Desse modo, o Governo Federal em parceria com os Estados adotou diversas medidas preventivas, como podemos constatar a seguir: instaurações de inquéritos para responsabilizar os incitadores dos saques e violência nas regiões da seca; criação do disque paz, nº 0800 em cada Estado e no Ministério da Justiça em Brasília, para receber denúncias de manipulação política dos saques e incitação à violência; apoio a ação da cidadania - as polícias do exército vão apoiar ações dos comitês municipais da cidadania na distribuição de alimentos nas regiões das secas; coordenação central - foi criada uma Coordenação de Operações e Informações nos Estados com a participação dos Órgãos de segurança estaduais e federais; ação conjunta entre as procuradorias - Procuradoria Geral da República irá acionar as Procuradorias Federais e, através de convênios, as Procuradorias Estaduais, visando dá apoio fiscalização da lei e proteção da sociedade; destinação de recursos financeiros via a SUDENE aos Estados da Região Nordeste para serem empregados nas frentes de trabalho emergenciais; distribuição de cestas básicas para as famílias pobres atingidas pela seca na Região Nordeste, por meio da CONAB em parceria com os Estados e Municípios¹⁴

13 Vara Criminal da Comarca de João Câmara/RN, Processo nº 10208000107-7, p. 327.

14 Documento Anexo a esse processo. Vara Criminal da Comarca de João Câmara/RN, Processo de nº 0000050-47.1998,8:20.0104.

Essa pauta de medidas mostra a preocupação das autoridades políticas durante a crise social ocasionada pela Seca, Fome e os Saques, além dos movimentos sociais presentes na Região Nordeste no ano de 1998. Referindo-se ao governo Federal e Estadual, podemos perceber que havia um interesse ainda maior, na contenção desses movimentos, do que o empenho em os ajudar, no sentido de atender as suas exigências. Existia uma inquietação dos segmentos políticos conservadores, como: burgueses ou comerciantes e latifundiários que exigiam providências para conter os movimentos sociais.

As medidas foram tomadas, como mostra uma reportagem do Jornal Tribuna do Norte do dia 06 de maio de 1998, onde é afirmado:

Na próxima quinta-feira (07/03/1998), os comandantes das Polícias Militares de cinco Estados da Região Nordeste irão se reunir em Natal. O principal item da pauta será a ação conjunta de prevenção aos saques. Estarão presentes, além do comandante da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, os do Ceará, Paraíba, Piauí e Pernambuco” (Jornal Tribuna do Norte, 06/05/1998, p. 07).

Nesta reunião foram discutidas várias medidas a serem adotadas pelas Polícias Militares dos Estados envolvidos, entre elas: um sistema de informação integrado entre as polícias que permitisse a identificação dos principais líderes dos movimentos e a antecipação a possíveis Saques.

Outra medida adotada pelo governo foi à utilização do Exército Brasileiro como forma de intimidar as ações dos famintos saqueadores, como mostra o seguinte trecho de uma reportagem do Jornal Diário de Natal:

Jornal: “O Ministro da Agricultura Francisco Turra pediu apoio do Exército para a distribuição dos estoques de alimentos da CONAB, entre os Flagelados pela Seca do Nordeste”. Ministro: “A presença do Exército na distribuição de alimentos garantirá mais proteção ao trabalho do governo, estamos buscando apoio institucional por causa dos problemas que a nossa sociedade enfrenta (...)” (Jornal Diário de Natal, dia 11/05/1998, p. 05).

Contudo, havia os que defendiam a onda de saques como o criminalista Roque de Britto Alves, entende que os saques são lícitos perante o Direito, a Moral e a Religião. Observa o advogado que “a necessidade desconhece a lei”,

para ele, essa conduta não constitui criminalidade. Afirmar ainda que “em casos justificados pelo instinto de conservação ou de sobrevivência o caráter criminoso do fato é excluído, fazendo com que a ação seja perfeitamente lícita” (Jornal do Comércio, coluna Seca, do dia 06/05/1998 p. 05).

Considerações Finais

Durante todo texto tentamos argumentar que as ações dos Trabalhadores Rurais integrantes do MST e o Saque só foram possíveis pela confluência de vários fatores: a miséria, que crescia com a Seca atingindo índices insuportáveis causando a Fome e a falta de trabalho no meio rural; a questão fundiária, onde a maior parte das terras da região do Mato Grande encontrava-se nas mãos de latifundiários; e a intervenção das instituições sociais no meio rural, como as Igrejas, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura-FETRAF, Partido Comunista Brasileiro-PCB e outras, na luta por direitos sociais básicos; o surgimento do MST na região do Mato Grande com o objetivo de fazer justiça social através da Reforma Agrária. São elementos que se entrelaçaram durante as décadas de 1980 e 1990 em uma conjuntura social e política que moveram as ações dos trabalhadores do MST, eclodindo no primeiro semestre de 1998.

As mobilizações realizadas pelo MST da microrregião da Baixa Verde não tinham a finalidade de reivindicar apenas gêneros básicos de primeira necessidade, entretanto, foram ações organizadas com caráter político que buscavam algo além de alimentos, trabalho e terra. Esses movimentos foram influenciados pelo contexto sociopolítico existente na região Nordeste e no Brasil. Os Saques acontecem nos Sertões do Nordeste há séculos, sempre que uma Seca começa a tomar dimensões preocupantes. Na maioria das vezes, irrompem espontaneamente, são frutos do desespero das pessoas famintas. Mas, nesses casos, costumam seguir uma ética peculiar que não é a mesma do MST. O Saque em questão, tem pe-

culiaridades diferentes, apesar do contexto social da Seca e da Fome que esses sertanejos enfrentavam, eles eram integrantes de um movimento social e político de nível nacional com princípios próprios. Algo que os diferenciavam de outros trabalhadores que cometeram Saques no passado, de forma isolada.

Apesar do discurso da: Seca, Fome, Saque e Invasões de Terras, os líderes do MST sabiam o que queriam e, buscavam seus objetivos, mesmo com muitas dificuldades, no enfrentamento aos latifundiários, aos capangas, as elites temerosas e conservadora. Já os Trabalhadores Rurais que formavam a composição do MST, a maioria não tinha o conhecimento da abrangência social e política do movimento ao qual estavam inseridos. O saque ao Supermercado J. Souza no dia 05 de maio de 1998, foi uma ação conjunta praticada pelos integrantes do Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra - MST da microrregião da Baixa Verde. Na ocasião reivindicavam dos governos: municipais, estadual e Federal políticas públicas assistencialistas de alimentação, por meio do fornecimento de cestas básicas e frente de trabalho emergenciais. Constatamos através das fontes utilizadas nesse trabalho, que dias após o Saque, os trabalhadores conseguiram concretizar seus objetivos imediatos pretendidos naquele movimento.

Constata-se também que a administração pública (municipal, estadual e federal) com as sucessivas levas de governantes só preocupa-se com o fenômeno da Seca apenas quando os problemas advindos dela manifestam-se; a incúria na aplicação dos recursos; a ausência de uma política sólida e definitiva na área de recursos hídricos e mesmo a falta de continuidade nos programas das administrações governamentais de “combate as secas” são algumas situações que explicam as crises sociais (de miséria, sede, fome, migrações, saques e mortes), ao longo dos anos que passaram.

Verificamos também que as ações de ajuda (distribuição de cestas básicas e frente de trabalhos emergenciais), adotadas pelo governo municipal, estadual e federal na região do Mato Grande e no RN, foram medidas de efeitos imediatos capazes de suprir carências passageiras, que essa situação tem se repetido ao longo dos anos de Seca nos sertões da região Nordeste. Averiguamos que os Trabalhadores Rurais integrantes do MST que participaram do Saque ocorrido em João

Câmara/RN, tinham objetivos imediatos, levando em consideração o saciamento da Fome.

Todavia, a ação realizada por eles, se constituiu como um fato histórico, por promoverem uma grande manifestação sociopolítica, onde a reivindicação principal era: alimentação, para saciar a fome dos Trabalhadores Rurais e suas famílias, algo novo, diferente, na historiografia do município de João Câmara e no Estado do Rio Grande do Norte. Desse modo, os trabalhadores membros do MST produziram história, pois são identificados como sujeitos sociais e políticos, onde suas ações foram e são influenciadas por ideologias socialmente construídas através das lutas e conflitos constantes no dia a dia. O Saque foi algo inesperado pelas autoridades e pela população em geral, marcando o auge do movimento na região, tendo o ato repercussão nacional através da divulgação pela imprensa. A luta dos trabalhadores constituintes do MST da região do Mato Grande pela Reforma Agrária tinha objetivos bem definidos: aumentar a produção, melhorar a vida da comunidade e conseguir sustentar o homem do campo no campo.

O movimento “Grito da Seca e da Fome” ocorrido na região do Mato Grande foram manifestações coordenadas pelo MST estadual, atendendo diretrizes do movimento nacional. O movimento “Grito da Seca e da Fome” desencadeado na microrregião da Baixa Verde cumpria pauta do movimento “Grito da Terra Brasil”, manifestação ocorrida anualmente para reivindicar o cumprimento de metas acordadas entre os governos estaduais e os movimentos sociais e centrais sindicais de representação dos Trabalhadores Rurais. Contudo, o Saque praticado em João Câmara/RN, fez parte de uma ação conjunta do MST realizada em vários estados da região Nordeste do Brasil.

Identificamos neste trabalho de pesquisa que as manifestações e Saques foram praticadas no mesmo dia em várias cidades na região Nordeste, conforme apresentado anteriormente. De acordo com as fontes investigadas, as ações políticas consistiram-se principalmente em evitar os saques utilizando-se de métodos de mapeamento e identificação dos culpados deixando a verdadeira causa, a Seca, Reforma Agrária, os Problemas Sociais (fome, sede, trabalho, moradias, educação e saúde etc.) como assuntos secundários.

Fontes

Jornal do Comércio, coluna: Seca. 06/05/1998, p. 05.

Jornal Diário de Natal. 06/05/1998, p. 05.

Jornal Diário de Natal 08/05/1998, p. 07.

Jornal Diário de Natal, dia 11/05/1998, p. 05.

Jornal Tribuna do Norte. Coluna Brasil. 07/05/1998, p. 05.

Jornal Tribuna do Norte. 06/05/1998, p. 07.

Livro de Ata nº 15/98. 15º Sessão Ordinária do primeiro período do 2º ano legislativo, do dia 11/05/1998, p. 198.

Vara Criminal de João Câmara/RN, Processo nº 104.98.000050-8, Fls. 967-968.

Vara Criminal da Comarca de João Câmara/RN, Processo nº 10208000107-7, p. 327.

Vara Criminal da Comarca de João Câmara/RN, arquivo nº 091. Processo nº 104.98.000050-8. Fls. 967-968.

Vara Criminal da Comarca de João Câmara/RN, arquivo nº 091 - Relatório de Missão nº 192/98 - DELOPS/SR/DPF/RN fls.05-06.

Vara Criminal da Comarca de João Câmara/RN, documento anexo ao processo-crime nº 0000050-47.1998,8:20.0104.

Vídeo/imagem de 01h:30min. que contém a mobilização, entrevistas e o Saque. Acervo particular do autor.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: (<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn>). Acesso em: 21 de junho de 2022.

Referências

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)** - Tese de doutor, USP-1999.

GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca: o Nordeste é uma história mal contada**. Fortaleza, DNOCS, 1981. 324p. ilustr.

CALDAR, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados online**. 2001, v. 15, n. 43 – Acesso em 27 de outubro de 2017. p. 207-224. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>>. Epub 16 Mar 2005. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>.

CAPÍTULO 6

A BATALHA DE UM POVO ESQUECIDO: O SERTÃO PIAUIENSE NO PROCESSO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Ana Maria Bezerra do Nascimento

Doi: 10.48209/978-65-84959-95-5

Na obra *A Guerra de Fidié* (1907), o escritor, historiador, romancista e ensaísta piauiense Abdias Neves analisa de forma única e pioneira o desenrolar do processo sócio, histórico e cultural que culminou com o mais importante acontecimento da vida piauiense, a “batalha do jenipapo” e que marcou a luta daquele povo esquecido em defesa da independência do Brasil. O estudo acolheu as ideias euclidianas *ao incorporar um lastro de expressões tais como: batalha, guerra, marcha, sertão, sertanejos, fanáticos, campanha, agitação entre outras*. Nessa perspectiva, o estudo se propõe a promover ainda que inicialmente, um encontro entre os autores para elucidar algumas questões tais como: de que modo, as ideias euclidianas adotadas sobre o sertão piauiense; ao descrever a batalha como a causa que envolveu a luta tendo como fundamento a tríade Terra (meio), Homem (raça e cultura) e Luta (entrelaçamento do meio, raça e cultura) e nesse contexto, como se tornou uma expressão identitária, incluindo-se nessa condição seus elementos fundamentais para o entendimento do sertão que precisava ser decifrados, identificados e compreendidos.

Para responder às questões, foi observado que o termo “sertão do Piauí, em particular”, aparece na historiografia brasileira e nas ciências sociais a partir dos relatos de viajantes, cronistas, administradores e missionários, como a região que, de forma genérica, também se opunha ao litoral. O sertão localizado no Piauí

aparece como algo pertencente a uma região ou relativo a uma condição socio-cultural, de referência a indivíduos ou grupos do tipo sertanejo, vaqueiro, nordestino entre outros atributos. Era denominado de “sertão de dentro”¹, ou “sertão das rodela”, do “mimoso”, ou “Alto Sertão”, também província², ou capitania do Norte, depois estado do Nordeste.

Era também uma região da seca, do majestoso rio Parnaíba, de índios bravos, do curral, da fazenda, do couro, do boi, do vaqueiro e que foi devassada e reocupada por bandeirantes paulistas e sertanistas baianos³. Se sertão do Piauí significava muitas porções do sertão, que também era uma porção do Brasil, continuou a representar, ainda no século XX, uma porção de antigas e novas realidades, ainda totalmente desconhecidas.

Nesse entremeio de definição do sertão, foram sendo incluídos outros sertões: do planalto e das serras, da seca e das águas, da caatinga e do agreste, do rio e do mar, do Norte e do sul, do sertanejo, vaqueiro, mareante, aventureiro, bandeirante, índio, negro, em seus costumes, hábitos, modos de vida, entre outros aspectos reveladores de um constructo histórico e sociológico. Nessa perspecti-

1 A expressão é utilizada no título da obra do escritor piauiense Renato Castelo Branco, *A Conquista dos Sertões de Dentro*, romance histórico (1983). Na obra, o autor seleciona uma história romaneada de homens que conquistaram os sertões de dentro. Apoia-se em estudiosos da história do Piauí (Pereira da Costa, Odilon Nunes, Abdias Neves entre muitos outros) e do Brasil (Câmara Cascudo, Cassiano Ricardo, Alcântara Machado, Afonso de Taunay, Capistrano de Abreu entre outros)

2 No estudo pioneiro de Aureliano Cândido Tavares Bastos, *A Província - Estudo sobre a descentralização no Brasil* (1870), o autor conceitua província como uma instância regional do Brasil que reúne fronteira cultural, população com seus modos de vida, habitação, linguagem, entre outros aspectos. Podendo também significar fronteira geográfica, histórica e cultural. (disponível/ Brasiliana.com.br/ acesso 25/07/2018).

3 Em conformidade com os historiadores da província, Alencastre e Pereira da Costa, a colonização do Piauí é delimitada cronologicamente entre 1660 a 1780. O corte cronológico atende não somente ao aspecto metodológico do estudo, mas, sobretudo, compreende que esse período se diferencia entre o antes e depois da penetração dos bandeirantes paulistas e sertanistas baianos, pelos seguintes fatos: foi um período conhecido como “devassamento”, desbravamento ou ocupação das terras dos sertões piauienses; foi um período caracterizado pela guerra de conquista (caça e extermínio do gentio e expulsão de posseiros e sesmeiros); o período também é marcado pela mudança de jurisdição político-administrativo, quando o Piauí deixa de pertencer a Pernambuco e passa para jurisdição do Maranhão. Por fim, é, principalmente, um período de implantação de uma estrutura centrada na dinâmica do ciclo do gado ou da civilização do couro. No final do século XVIII, é possível dar como implantada essa estrutura em toda a bacia do rio Parnaíba até o rio São Francisco.

va, portanto, o sertão é um termo relacional de sentido próprio e perene⁴. Não se trata de afirmar que a formação brasileira se esgota na categoria sertão. Ela envolve outras ideias e temas que podem perfeitamente ser absorvidos por essa e outras categorias como cultura, civilização, raça, trabalho, revolução, mudanças, sociedades, povo, identidade. Todas válidas para desvendar as muitas dimensões sobre a formação da sociedade brasileira.

De fato, quando Euclides da Cunha publicou *Os Sertões* em 1902, não imaginava que causaria uma reviravolta no modo de pensar o Brasil. Para Antonio Candido (2000), a publicação foi tão marcante para a vida brasileira, que estabeleceu um antes e um depois de Euclides da Cunha. Essa divisão ocorreu conforme Freyre, porque Euclides da Cunha feriu os ouvidos e sacolejou a alma dos “bacharéis pálidos do litoral” ao clamar a favor dos “sertões abandonados, dos sertanejos incompreendidos” (Freyre, 1944, p. 26).

Em artigo publicado intitulado “Euclides da Cunha sociólogo” (2000), Candido analisa o pensamento euclidiano fundada em fatores especificamente que estrutura uma explicação sobre a relação entre “raça e meio geográfico”. Candido entende que a noção de *isolamento* é uma das chaves interpretativas do pensamento euclidiano. É um vocábulo dileto, que define “a direção, ritmo da vida social” (Candido, 2000, p. 31). Seu mérito, conclui Antônio Candido, foi estender seus conceitos do sertão para além do Brasil. Diz o estudioso que Euclides da Cunha é “quase um iluminado”, pois operou, na síntese das grandes visões de conjunto, a unidade mais profunda dos tipos brasileiros no sertão. Para compreendê-lo é preciso “colocá-lo para além da sociologia”. (Candido, 2000, p. 33). Para Gilberto Freyre, Euclides da Cunha ao interpretar o Brasil dessa forma, feriu os ouvidos e sacolejou a alma dos “bacharéis pálidos do litoral” ao clamar a favor dos “sertões abandonados, dos sertanejos incompreendidos” (Freyre, 1944, p. 26).

4 Sem intenção de ancorar essa pesquisa no âmbito do estruturalismo, cabe ressaltar, no entanto, que aprendemos com Lévi-Strauss (1945) e Bourdieu (2009, pp. 50-69) a considerar que nos sistemas simbólicos, o sentido dos termos depende das relações em que se constituem.

Para Walnice Nogueira Galvão em *Euclidianas: ensaios sobre Euclides da Cunha* (2009), a obra *Os Sertões* está de tal modo integrada na interpretação da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, ao problematizar tanto a “contradição ferrenha” como a “coexistência pacífica do Brasil do litoral adiantado, [com o] sertão atrasado”. É, segundo a estudiosa, o primeiro e grande livro que traz para a linha de frente do pensamento nacional as “razões do atraso do interior do país e desse país com relação a outros” (Galvão, 2009, p 48). Para a estudiosa, *Os Sertões* é “o livro vingador”, “um totem”, “um tabu da cultura brasileira” e que fez do escritor uma permanente e incomoda obscuridade.

Com efeito, as ideias euclidianas desencadearam uma radical mudança de perspectiva sobre a realidade brasileira interferindo no conceito de sertão, região, regionalismo, miséria, seca, fome, fanatismo religioso, eugenismo, raça, meio, cultura e civilização. Inaugurou um conceito *de sertão como* um hiato, um rabisco, uma idealização, uma “fantasia de cartógrafo”, um “sonho de geólogo”, um “jogo de antíteses”, uma divisão ideal, um quadro natural, um ponto singular, um complexo de circunstância, uma apoteose de paisagens, um pensamento que estava sempre na ordem do dia e ainda estaria por muito tempo. Era também um lugar esquecido pela “metrópole longínqua senão pelos próprios governadores” (Cunha, 2011, p. 133). Era o lugar que levava os desbravadores a vários destinos, em linhas de penetração que passava pelo São Francisco, apontando para muitos caminhos, entre eles para o “Piauí e que ainda hoje o sertanejo acredita sem fins” (Cunha, 2011, p. 133), que ao longo do processo de penetração ganhou novos arranjos humanos ficando conhecida como a zona de criação de gado.

Sertão é também para Cunha o lugar, território, espaço de um tipo de gente espacial dentro do caleidoscópio das gentes do Brasil. Essa gente seria reconhecida, posteriormente, como um tipo sertanejo nascido de complexo sistema “feroz de vitoriosos e vencidos” (Cunha, 2011, p. 133). Para ele é produto de uma sociedade revolta e aventureira que viu ampliado “seus atributos ancestrais por uma rude escola de força e coragem”. Esses atributos, definiu o destino do sertanejo

em ser vaqueiro, que derivado do meio que, mesmo insulado, conservou atributos e hábitos ligeiramente adaptados pelas “novas exigências da vida” (Cunha, 2011, p. 133) e conclui que aquela rude sociedade, “incompreendida e olvidada, era o cerne vigoroso da nossa nacionalidade” (Cunha, 2011, p. 133).

Nessa linha de análise, Abdias Neves, ao elaborar uma interpretação sobre o sertão piauiense, a luz das ideias euclidianas, publica *A Guerra do Fidié* (1907), *O Piauí na Confederação do Equador* (1921), *Aspectos do Piauí. Formação Territorial – Composição Ethnica – Valores Economicos – Organização Política* (1926), obras que formam, em conformidade com Candido (2000), um “todo indissolúvel” constituído pela “inter-relação dinâmica dos seus elementos, exprimindo-se pela “coerência” e “organicidade”. Elege a tríade “Terra – homem – luta” para caracterizar, comparar e diferenciar o sertão piauiense em suas particularidades e universalidades dos sertões no e para o Brasil.

A Guerra do Fidié ou a batalha de um povo esquecido

Abdias Neves publica uma obra pioneira e única sobre uma guerra que ficou conhecida como a “Batalha do Jenipapo” no processo de independência do Brasil. Segundo o crítico literário Martins Napoleão, no prefácio da edição *A Guerra do Fidié* de 2006, Abdias Neves recupera fontes primárias e a leitura cuidadosa da *História da Independência da Província do Maranhão* (1822 – 1828) de Luís Antonio Vieira da Silva, pois era uma fonte “para elucidação daquele movimento da nossa vida política” (Napoleão, 2006, p. 14), mas não a única. Foi Euclides da Cunha que mais influenciou a escrita de Abdias Neves, que ao ler sobre a guerra de Canudos⁵, elaborou uma interpretação sobre a batalha produzindo

5 A guerra de Canudos se tornou um tema tão especial para os estudiosos que extrapolou fronteiras, provocou largas e contundentes opiniões de escritores novatos e veteranos, desaguando em inúmeras publicações com abordagens diversas, elegendo cenários, personagens e paisagens. Os estudiosos utilizaram a imprensa, os livros e revistas especializadas. Ilustra esse momento, o escritor pernambucano Manuel Benício que escrevia regularmente para o *Jornal do Comércio* de Pernambuco. Ele viu na guerra de Canudos e em informações publicadas por Euclides da Cunha, uma oportunidade para

uma reflexão sobre o evento histórico marcante na formação da nação. Então, para analisar a batalha do povo esquecido, Abdias Neves descreve o sertão agitado em pleno período de seca. Diz o autor, que era uma paisagem desoladora, nem uma árvore cuja a sombra serviria de abrigo e descanso, os rios, os córregos, os poços estavam esgotados “apenas carnaubais desatavam os leques sussurrantes aos ventos abrasadores que sopravam dia e noite” (Neves, 2006, p. 75). Foi nesse cenário que se preparava uma campanha surda,

[...] e nem se podia fazê-la de outra forma, numa época em que o bacamarte primava sobre a lei, como o argumento mais conservador. Conspirava-se no remanso morno das fazendas, no grande silêncio negro das noites sem estrelas, fora, nos terreiros, á vista dos pátios (Neves, 1907, edição atualizada de 2006, p. 58).

Nesse cenário agitado não encerra novidade alguma. O Piauí, dessa época, apenas demonstrava os resultados seculares das entradas de desbravamento pelos sertões. A luta pela posse do território provocou inúmeros levantes. Com a fundação das fazendas de gado o vaqueiro surge temerário, audaz, belicoso, mas também generoso ao se propor cuidar da fazenda e tudo ao seu redor. Naquele território, os sertanejos iam cumprir sua função histórica. O sertão piauiense promotor do meio se viu mais uma projetada nas lutas, agora pela independência do Brasil.

Então, chega ao sertão o major português José da Cunha Fidié o comandante, o governador das armas, o estafeta com a missão de pôr fim à agitação. De imediato, começou preparando um comboio para a travessia daquele “sertão ignoto”, pobre, de poucos recursos militares, dependente do Maranhão, e apoiado pelos cearenses. Fidié foi designado para que a província e a região não se lanças-

fazer “uma crônica histórica e de costumes sertanejos”, editou o livro *O Rei dos Jagunços*, em 1899. Nina Rodrigues, catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, também publicou estudos sobre Canudos e o Conselheiro, concentrando-se em aspectos psicológicos e eugênicos. Outro que também se voltou para o mesmo tema foi Afonso Arinos de Melo Franco que, após publicar artigos no jornal *O Comércio de São Paulo*, do qual era editor, publica, em 1897, fascículos sobre a Guerra. Esses fascículos se tornariam um livro com o título *Os Jagunços: novela sertaneja*, impresso no mesmo jornal. No ano seguinte, Afonso Arinos, embalado pelo tema, lança o livro *Pelo Sertão* (1898), pela editora Garnier, reúne uma coletânea de nove histórias de personagens, costumes e paisagens do sertão. A obra é um marco no regionalismo fora da escola nordestina.

sem na aventura da causa da independência, reuniu tropas, convocou militares, civis e religiosos confiante nos “recursos de sua estratégia e na indolência dos brasileiros (Neves, 2006, p. 79).

Atravessou⁶ o sertão até o alcançar o litoral em longa e cansativa viagem percorrida num terreno ingrato, sob um clima abrasador. Para Neves, nada impediu sua marcha. Nada que tolhesse seu passo aventureiro em contraste com uma “população inerme, que via passar sem protesto, mas revoltada no íntimo”, contra o despotismo militarizado da metrópole. Mas, segundo o estudioso, o que era, hoje, indiferença aparente, seria, amanhã, o “fragor homérico do combate”, não queria ver a ideia se alastrando, espraiaando-se “sutilmente, mansamente, como esses grandes incêndios que, em agosto, devoram os campos, calcinando o rebovalho da pastagem consumida e predispondo a terra para o parto miraculoso de abril (Neves, p. 78-79), uma batalha sangrenta “se precipitava, num surto assombrosamente avassalador”.

Ao retratar a batalha, Neves identifica que Fidié contava com arsenal bélico e apoio das pessoas mais influentes da província. Foi nessa comunhão de interesses e a precipitação de “funestos acontecimentos que se seguiram”, que, logo, seria “ensanguentado o leito do Jenipapo” (Neves, 2006, p. 112), Fidié decide abandonar o litoral comandando “um troço de mil e oitocentos homens” (Neves, 2006, p. 125). A seca continuava assolando o sertão, o que não impedia a ele acumular vitórias.

Diz Abdias Neves que seguiu a viagem examinando o território, descansava e partia com a tropa. Ficou animado ao não avistar a caatinga por atravessar. O que via era “chapadas se sucediam”, fazendo com que a marcha do exército “prosseguia rapidamente” (Neves, 2006, p.129). Em conformidade com Neves

⁶ A travessia foi publicada em forma de mapa na obra *Vária fortuna de um soldado português* (Lisboa. Typ. Alexandrina de Salles), em 1850, mas só foi publicado no Brasil em 1942. Na capa do livro, temos a reprodução do frontispício, e um ensaio de Herminio de Brito Conde, delegado do Piauí à Assembleia Inaugural do Instituto Pan – Americano de Geografia e História, com o título “Fidié e a Unidade do Brasil”. O texto versa sobre o meio social e as lutas da Independência no Nordeste do Brasil. É considerado pelos historiadores piauienses um dos mais importantes testemunhos sobre o Piauí e sua participação nas lutas pela independência.

(2006), no dia 10 de março de 1823, Fidié é informado da situação da vila de Campo Maior, que se pusera armada diante da aproximação dos portugueses e que seus armamentos era espingardas de caça, espadas, facões, chuços e foices “Que resistência poderiam fazer forças assim armadas?” questiona o estudioso.

Neves fica espantado com o envolvimento dos piauienses na preparação da batalha, “o vaqueiro e o roceiro, foi mais pronto em alistar-se para o tributo de sangue”. Mas, o que levaria aqueles “mestiços indomáveis e analfabetos pobres de armamento e munição”, portando foices, facões, espingardas de caça, espadas, paus, pedras e jenipapos a se lançarem para a batalha? Nas palavras de Abdia Neves, só a “loucura patriótica explicaria a cegueira daqueles homens que partiram ao encontro de Fidié desarmados” (Neves, 2006, p. 145). Esse tipo de fanatismo pode ser explicado, segundo Neves, pela “psicologia coletiva ou das multidões” de Le Bon, ou seja, as multidões são mais facilmente sugestionadas por um “espírito”, “mentalidade” coletiva do que os indivíduos isoladamente. Assim, cegos do triunfo, na Vila de Campo Maior, naquele vilarejo obscuro que “de longe em longe uma colina quebra a monotonia da várzea”, a multidão marchou para as margens do rio Jenipapo no dia 13 de março de 1823. Se formou um campo de guerra com os piauienses de “temperamento ardoroso” e os cearenses de “feição irrequieta”, resistiram a fuzilaria que “varriam o campo” (Neves, 2006, p. 148), por cinco horas ininterruptamente, e foram vencidos pela artilharia e o cansaço, “As armas caíam-lhes das mãos trêmulas. As pernas anquilosavam-se-lhes [...]. Já não combatiam, arrastavam-se para a morte” (Neves, 2006, p. 148).

Ao final da luta, não se sabe ao certo o número de mortos lado a lado. O que se conta são os lances de heroísmo, fosse a obediência à ordem, fosse contra ela. Então, Fidié acomodou os feridos, enterrou os compatriotas e abandonou o campo de luta ao constatar que sua bagagem de guerra fora toda roubada. Refugiou-se e logo partiu. Novas agitações conturbavam a vila mergulhada em profundo flagelo. Nesse cenário, Neves diz que as notícias da batalha se espalharam provocando um estado delirante. Um imaginário que alimentava o sentimento de

crueldade dos portugueses, assim, “criaram-se fanáticos perigosos, como criaram santos e heróis” (Neves, 2006, p. 152).

Fidié foi perseguido até ser preso e meses depois transferido para a Bahia. O imaginário da guerra continuava vivo na memória dos piauienses. Mesmo com a chegada do inverno anunciando, em conformidade com Abdias Neves, a reabertura da alma do povo e a esperança na volta aos labores na terra, o piauiense continuaria, moroso e triste. Firme nas convicções, vislumbrou que os heróis do Jenipapo “marcharia para realização longínqua de sua finalidade histórica” (Neves, 2006, p. 332). Foi assim, no sertão do Jenipapo, na Vila de Campo Maior, naquele vilarejo obscuro, que virou praça de guerra foi construído um monumento que abriga um museu, ilustrações e objetos pertencentes aos combatentes. Desde 2005, a data integra também a bandeira do Piauí. Refletindo sobre a batalha, Abdias Neves a luz de Euclides da Cunha concorda que toda guerra é feita de contrastes singulares. É monstruosa e ilógica em tudo. Uma brutalidade e assim, como Canudos foi uma luta desigual “na significação integral da palavra, um crime”.

Abdias Neves ao elaborar uma interpretação sobre a “batalha do Jenipapo” assumiu a missão de enobrecer e reposicionar o Piauí no circuito das interpretações no e para o Brasil nas lutas pela independência. Então, explora as nossas origens focando nos seus impactos particularistas e universalistas sobre a vida do sertão, mas também nos destinos individuais e coletivos dos atingidos por esses eventos sociais, históricos e culturais. É sobre o que somos e o que seremos no decorrer e depois das lutas.

Assim, reconstrói todo o processo com o objetivo de ligar os fios invisíveis da narrativa, formando um quadro único e monumental das lutas sertanejas. Com passagens épicas e de intenso recurso geopoético, o narrador assume o drama, a metamorfose da terra, do homem e das lutas, não simplesmente do ponto de vista da ciência, mas, sobretudo, da polissemia que é o sertão. Funde descrição e percepção, razão e sentimento, ciência e imaginação. Apresenta a paisagem como o principal aliado dos sertanejos contra os portugueses. Acolhe uma visão trágica

do conflito tendo como estrutura a voz coletiva dos processos associativos mais comunitários dos piauienses, e essa associação fundamentou práticas de linguagem, moradia, alimentação, trabalho, natureza, território, luta, sertão; pensa nas alianças sociopolíticas dos coronéis no desvalimento das camadas mais pobres; localiza nas lutas em solo piauiense uma oportunidade para superar a incômoda visão de um território “insulado, atrasado, abandonado, tosco, inculto”; penetra na alma do sertanejo, buscando os fundamentos do mundo ritualizado, imaginado e fantástico.

Neves adotou um movimento contínuo, *objetividade/subjetividade* de um sertão sempre em pé de guerra na formação da nação que postos em simetria, estão os sertões e os Brasis dos roceiros, jenipapos, balaies, cabanos, canudos, negros, índios e seu lugar na história. Sua escrita é recortada pelo naturalismo, realismo paisagístico, do geógrafo, historiador, sociólogo, antropólogo, psicólogo para desvelar a vida, a luta daquele povo “esquecido de meu deus”.

Para Albuquerque Júnior, em *A Invenção do Nordeste e Outras Artes* (1999), esse estilo de escrita se apoia no regionalismo que inicialmente se inseria na Literatura brasileira, na perspectiva romântica e realista das décadas de cinquenta e sessenta do século XIX e vai dar lugar ao realismo paisagístico e depois ao “paisagismo histórico” (Albuquerque Junior, 1996, p. 51) do século XX. Essa produção é vista pelo estudioso como “literatura fiel à descrição do meio”, ou seja, uma especialidade literária que narra as histórias de suas províncias, faz uma “simples descrição do Brasil como um conjunto de paisagens atemporais [que] dá lugar a uma visão genealógica do país e de sua população”.

Esse momento vincula uma plêiade de intelectuais brasileiros interessados nas particularidades locais e que, em grande “medida, torna a segmentação regionalista um dos aspectos determinantes da produção artístico-cultural do país”. Um regionalismo que, segundo Albuquerque Júnior, após a Proclamação da República, passa a se expressar cada vez mais, buscando se “impor como nacionais, e cujo embate é um dado fundamental na história do país” (Albuquerque Junior, 1996, p. 65).

Albertina Vicentini no artigo *O Sertão e a Literatura* (1998), avalia que as narrativas promovidas pelos escritores nordestinos nesse período e nos anos seguintes, preparariam o caminho para o reconhecimento de autores e obras que ficariam conhecidos como sertanistas ou sertanejos, herdeiros de uma tendência, corrente ou escola da literatura regionalista, baseadas no lugar dos que escrevem “e não necessariamente da forma com a qual escrevem o fato literário” (Vicentini, 1998, p. 41), ou seja, o que sentia quando escrevia, para, assim, exercer a função altamente compensatória de resgatar as tradições daquela sociedade, que ele via que estavam se perdendo. Escrevia também para chamar atenção sobre as mudanças que eram necessárias, e também para os fatores que precisavam ser preservados para o funcionamento da cultura e da sociedade brasileira. Antonio Candido (2000) denominou esse período de “aluvião sertanejo”, pois era apoiado na poesia, prosa, crônica, romance, peça de teatro, ilustrações, desenhos, mapas, textos científicos e estudos de inspiração popular, marcando o “regionalismo literário do Nordeste” em três grandes temas: a) Terra e paisagem; b) Patriotismo regional; c) Literatura brasileira, filha da terra.

Pinheiro (2003) diz que a formação de Abdias Neves na Escola do Recife lhe propiciou uma atenção especial à escrita histórica, mas adotou a literatura como recurso interpretativo mais abrangente e assim, quis reinaugurar novas condições de produção para criar um novo tipo de produto, um estilo de narrativa, com técnicas de exposição, um público a quem se dirigir e de um modo específico, as ideias, estilos, formas e preocupações adequadas às novas influências teóricas, conceituais e metodológicas que remontariam o pensamento sobre o sertão, o sertanejo, a região. E assim, fez dessas categorias de pensamento uma chave de releitura para continuar a compreensão daquele Brasil no processo de Independência. Ao reconstituir a Guerra de Fidié, fez da “Batalha do Jenipapo” ou das lutas pela independência do Brasil no Piauí um tema pertinente e necessário para estudiosos do porte de Pereira da Costa (1909); Nunes (1965), Chaves (1998); Dias (1999); Brandão (2006), entre tantos outros.

Enfim, esses processos e práticas não perdem de vista o sentido histórico do sertão, pois esse lugar é a chave de esclarecimento da nossa origem histórica, social e cultural, que incrementou a formação do território e das fronteiras regionais. O autor ao acolher as ideias euclidianas, podem ser explicados pela intensa atividade intelectual do escritor de recolher informações, registrar suas inspirações, perspectivas, indicar posições, buscar soluções novas, atualizar teorias, conceitos e metodologias pelo intelectual que estava condicionado por tensões contemporâneas, cujo entendimento exigia novas análises, ou atualizações das novas visões de mundo.

Reconhecidamente, sertão é termo complexo e polissêmico, de força simbólica, que continua a ser elaborado e reelaborado como termo definidor do Brasil, inicialmente articulado àquele que seria seu principal opositor, o litoral, e, posteriormente, outras oposições ajudaram a compor, de maneira indissociável, seu significado. Desse modo, o sertão do Piauí, em particular, integrou-se ao pensamento brasileiro nas lutas pela independência quando o autor se inspirou na produção euclidiana para incorporar-se ao pensamento vigente, utilizando o que já estava estabelecido para divulgar as ideias e temas sobre determinada sociedade. Enfim, sondar essas possibilidades constituiu uma contribuição à história social do sertão e do sertão do Piauí, em especial.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Ed. Massagana: São Paulo: Cortez, 1999.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da independência no Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2006.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 8ª edição, São Paulo: T.A. Queiroz; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

CHAVES, Monsenhor Joaquim. **Obra Completa**. Teresina: FCMC, 1998.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **O outro lado da história: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí – 1789-1850.** 1999. Tese de Doutorado em História, IFCS/UFRJ, 1999.

FIDIÉ, João José da Cunha. **Varia Fortuna de um Soldado Português.** Teresina: FUNDAPI, 2006.

NASCIMENTO, Ana Maria Bezerra do. **Espaços retraçados, questões redefinidas sobre o sertão e o sertão do Piauí no pensamento brasileiro e regionalista.** PUCSP, São Paulo: 2020 (tese de doutorado).

NEVES, Abdias, **A Guerra do Fidié.** Teresina: Fundação De Apoio Cultural do Piauí, 2006

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí.** Desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República (1535-1799). Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

PINHEIRO, Áurea da Paz. **O desmoronar das utopias: Abdias Neves (1876-1928), anticlericalismo e política no Piauí nas três primeiras décadas do século XX.** Campinas: SP, 2003 (Tese de doutorado).

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura de testemunho: entre a construção e a ficção. **Letras, Revista do Mestrado Letras UFSM (RS)**, jan/jun, 1998. Disponível <https://doi.org/10.15408/letras.v15n2p1> acesso 12/03/2012.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. NARRAR O TRAUMA – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Revista de psic. clin.**, Rio de Janeiro, v.15, nº.2, 2003. Disponível www.scielo.br/letras/v15n2p1 acesso 12/05/2015.

SCWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças.** Cientistas, Instituições e Questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VICENTINI, Albertina. **O sertão e a literatura.** Sociedade e Cultura. Goiânia, 1998. (Disponível/ www.revista.ufg.br/letras/v15n2p1 acesso 23/01/2016).

VICENTINI, A. Regionalismo literário e sentidos do sertão. **Sociedade e Cultura.** Goiânia, 2008. (Disponível/ www.revista.ufg.br/letras/v15n2p1 acesso 23/01/2016).

CAPÍTULO 7

A MARCHA PARA OESTE E O PROGRESSO DO SERTÃO NA COLONIZAÇÃO DO OESTE CATARINENSE

Kelvin Francisco Bonsere

Doi: 10.48209/978-65-84959-95-6

O presente trabalho propõe elucidar algumas ressonâncias oriundas de um arquétipo de expansão de fronteira do capital aplicadas no Oeste de Santa Catarina, mais especificamente no chamado “Velho Chapecó”, designação do município de Chapecó até meados da década de 1950 que abrangia praticamente todo o oeste catarinense no período delimitado do Estado Novo, que se consolidou no país entre os anos de 1937 e 1945. Tal temática é fruto de um ensejo de problematizar e compreender os discursos correntes na região, que propalam uma ideia de cidade em progresso, fruto de uma colonização europeizada, a qual o período estadonovista impulsionou. Buscando, deste modo, criar na região seu bastião de brasilidade e assegurar as fronteiras do país, numa ação alinhada à sua política nacionalista, tudo isso no bojo de uma apropriação autoritária da sociedade.

Desse modo, proponho uma abordagem ancorada nas fontes oficiais disponíveis sobre o período, como os ofícios e os decretos, com o intuito de deslindar os discursos proferidos em relação a transformação da localidade em um celeiro de progresso. Soma-se a isso, a fonte jornalística a partir do periódico *A Voz de Chapecó* e a análise dos editoriais do mesmo, que no apogeu do processo colonizador, buscavam atrelar a figura do migrante como o arauto e instalador do progresso. Neste sentido, a análise de fontes iconográficas se torna também relevantes para a compreensão do processo, ao se problematizar que imagens se buscavam eternizar da localidade e quais mensagens propunham emitir.

Desta forma, compartilho da visão de Ciro Flamarion Cardoso ao citar o historiador polonês Adam Schaff, que prega que “a História é reescrita repetidamente no tempo, porque os critérios de valoração dos acontecimentos passados variam de acordo com o tempo...” (Cardoso, 2012, p. 33), fazendo assim, com que a visão e a percepção em torno de determinado evento histórico se modifique de acordo com o presente do qual o historiador emana suas concepções. Portanto, ao olhar para o presente percebemos na região o ressonar de um discurso inebriado ainda pela noção de “cidade em marcha”, muito próprio do arquétipo estadonovista que propunha levar o progresso para as regiões do país. Porém, agora o discurso é ressignificado, já que a região não se considera mais como um sertão, mas sim, como um celeiro progressista.

A Marcha para Oeste e o progresso do sertão

Em sua mensagem de fim de ano em 1937, durante discurso de saudação ao ano vindouro em 31 de dezembro, o Chefe da nação dá início e conclama a população ao seu projeto de Marcha Para Oeste. Carro chefe da ditadura instaurada por Vargas, o projeto visava a incorporação do sertão brasileiro as balizas da civilização e do progresso. Desse modo, assim postula Vargas:

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial (Vargas, 1938, p. 12).

Para embasar seu projeto, Vargas conta, mais uma vez, com o suporte da intelectualidade que sustenta seu regime, neste caso, em particular destaca-se Cassiano Ricardo. Em sua obra *Marcha para Oeste: a influência da bandeira formação social e política do Brasil* (1940), o poeta, jornalista e romancista brasileiro, um dos principais nomes do modernismo do país nas letras, configura um modelo da nação pautado através da figura de um governo forte, que edificaria sua legi-

timidade através da rememoração histórica de um passado triunfante, neste caso as bandeiras que sangraram o interior do incipiente Brasil e lavraram as fronteiras do país.

Ricardo, constrói deste modo, uma narrativa pactuada com a ideia de uma frente pioneira a quebrar as amarras que prendem o imenso oeste brasileiro em seu atraso e ali sim construir o verdadeiro sentido da brasilidade. Ricardo vê o Oeste como um reservatório para deflagrar o verdadeiro elemento nacional, livre dos vícios europeus presentes no litoral. Assim como no período das bandeiras paulistas, que através da miscigenação romperam o arcaísmo presente no regionalismo do país, o autor se refere a Marcha Para Oeste como uma tutela a incorporar as mais distantes regiões ao corpo nacional. Cria-se assim um espírito, uma áurea mítica para encorajar o desbravar do sertão, como trata Dutra e Silva:

Os discursos sobre a marcha evidenciavam a excepcionalidade da conquista territorial como traço da brasilidade. Era um traço do espírito bandeirante que se constituiu no contato com a fronteira. Uma vez que a fronteira forjava a brasilidade e ela tornava esses traços culturais cada vez mais vinculados ao território do novo continente em rompimento com a tradição europeia. Assim, a imagem da nação em movimento e os projetos de ocupação e deslocamento caracterizavam a representação social do território nacional como um espaço de conquista, expansão e integração. Esses conteúdos discursivos estimulavam o sentido de pertencimento a uma nação como corpo em movimento, agregando a todos como participante. (Duarte e Silva, 2017, p. 87).

O discurso de Marcha conclamava, desta forma, os brasileiros a desbravarem o imenso sertão que se constituía o interior do Brasil, rompendo as máculas desse inóspito espaço e gestando um novo país. Desta forma, percebemos que a ideia e o discurso de Marcha Para Oeste se calcam na invocação de um novo espírito bandeirante, que se embrenha nas entranhas do sertão brasileiro e lá semeia a seiva do desenvolvimento, integrando as bases da nação, unindo litoral e interior num único movimento, marchando junto com a premissa básica de elevar o Brasil a um lugar de destaque em meio às potências do globo. Aqui, mito, sentimentalismo, simbologia, discurso, coerção e política são ferramentas num processo de concretização de marcha e edificação de um novo paradigma nacional.

No Oeste Catarinense este novo bandeirante será o migrante, convocado a se integrar ao projeto nacionalista, e destinado a levar ao bravio sertão o progresso, tendo para tal que se adequar, remanejar seu ethos para figurar como elemento digno de sustentar a brasilidade numa região estratégica. A ideia e o discurso de Marcha também encontraram ressonâncias aqui, tendo sido incorporados e ressignificados por uma elite que assumiu a égide do processo de colonização e levou a cabo o projeto de transformar o Oeste Catarinense numa grande potência.

O processo de transformação de Chapecó e o Oeste Catarinense em uma potência alinhada ao progresso e aos preceitos civilizatórios propalados pela Marcha, é constituído principalmente através dos editoriais do *A Voz de Chapecó*, periódico que circulou na cidade entre os anos de 1939 e 1941 e era controlado por membros do grupo colonizador local ligados a colonizadora Bertaso, entre eles Ernesto Bertaso, Serafin Ennos Bertaso e Vicente Cunha, este último editor chefe do periódico. Com tiragem de algumas centenas de exemplares, o *A Voz de Chapecó* circulava semanalmente em uma encadernação de 04 páginas, constituída da primeira e principal página na qual a opinião dos editores sobre algum assunto relevante era sempre estampada, além de espaços para anúncios, editais públicos, notas sociais, dicas sobre construções e espaço esportivo.

O periódico se articulou então como principal veículo portador da visão do colonizador de como transformar a cidade, até então partícipe do sertão oestino em uma nova fronteira do progresso. Sobre o projeto de Marcha Para o Oeste discorre o jornal em junho de 1939:

Foi com verdadeira satisfação que Chapecó ouviu o benemérito presidente Getúlio Vargas reafirmar que o verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha Para Oeste, porque esta marcha muito interessa a Chapecó. Interessa porque ela significa a abertura de novas estradas, remodelação das antigas, conservação das transitáveis, e como consequência, restabelecimento das linhas regulares de comunicação e facilidades de transportes, o que acarretará um forte incremento ao intercâmbio comercial e social, aos quais arrastam consigo o progresso, a civilização e o adiantamento em geral. (*A Voz de Chapecó*, 1939, p. 01).

As palavras levadas a cabo pelo periódico, estruturam as bases de um projeto colonizador desenvolvido no Oeste Catarinense baseado em fases de estruturação capitalista e de expansão da fronteira do capital. Denotamos aqui, que neste momento, os interesses da elite colonizadora de Chapecó se introjetam em um processo que José de Souza Martins denominou de frente pioneira, que se configura em uma situação espacial e social onde as relações capitalistas estruturaram uma nova ordem, na qual as balizas do sertão representam entraves para a reprodução capitalista, devendo ser implodidas pela civilização do capital (Martins, 1996, p. 37). Neste cenário, temos a mercantilização da terra e o predomínio da monetarização nas transações do capital, justifica-se assim o anseio pelo incremento nos transportes e nas vias que escoam a produção demonstrada no periódico.

Cabe aqui conjecturar, que neste espaço onde a fronteira do capital busca sua expansão, os interesses econômicos se mesclam e se fundem nas proposições ideológicas. É na fronteira que o embate com o outro se deslindará, aqui conjugado nos antagonismos pioneiros e caboclos, com suas percepções e visões em choque, como trata Martins:

O conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. (Martins, 1996, p. 32).

Percebe-se então, a busca incessante dos autoproclamados pioneiros migrantes no Oeste Catarinense de perpetuar sua concepção e sua temporalidade sobre a terra colonizada. Ao evocar o movimento do progresso rumo a terra conquistada, temos não só o desejo de predomínio econômico, mas também a tentativa de instauração de um novo marco temporal para os sertões oestinos onde a fronteira pioneira seria o símbolo, o marco instaurado dessa nova concepção de mundo.

A Marcha Para Oeste, gerida por ideólogos engajados na concepção do progresso, serviria, deste modo, aqui no Oeste Catarinense como a catarse da

fronteira, ou seja, a libertação das amarras do sertão e a congregação da comunidade da civilização. Assim, como trata Lenharo:

Nesse sentido, o ato de marchar para o centro, para o oeste, implica não somente numa trajetória de regeneração em que a pureza do sertão será subsumida pelo litoral. O litoral é a Nação em marcha voraz, antropofágica, de quem o sertão receberá sua riqueza material e cultural. Pois marchar para oeste significa a integração de milhares de brasileiros à comunhão nacional... paisanos humildes, submissos e bons..., brasileiros de mentalidade atrasada, penúria física, indigência intelectual, miséria econômica. (Lenharo, 1986, p.72).

Lenharo explicita a ideologia do Estado Novo, materializada a partir da concepção do olhar sobre o local inculto sob o qual se edificou a visão sobre o interior do país, emblemático viés que forjaria os elementos reais e imaginários que compunham a matiz social “embrenhada” nos sertões. O caboclo pobre, a figura desgrenhada e o pouco apreço pelo desenvolvimento da nação. Assim o pretexto de recolonizar essas áreas se deslinda, tornando necessário o braço forte e trabalhador que forjaria as bases nacionais a partir do trabalho, tudo isso tutelado sob a vigia do “pai dos pobres”. Para isso então, é necessário a comunhão, a integração, a partir de um discurso de harmonia e regeneração, neste caso “o encontro das duas partes deverá redundar na nação integrada e purificada, convivendo seletivamente o melhor da materialidade do litoral com a pureza espiritual do sertão, fundadores da nova qualidade da Nação, plena e harmoniosa”.⁷⁰

Uma marcha de harmonia, é desta forma que o projeto de Marcha Para Oeste será propalado. Contudo, o que se projeta no processo de reocupação das terras do Oeste Catarinense é um quadro de intenso conflito, sujeição e expropriação. Se verá nestas terras, o uso da violência para com as populações indígenas, o desprezo e a coação para com a população cabocla e a formação de uma massa de “intrusos” em terras ancestralmente ocupadas por estas populações agora tornadas intrusas. No bojo deste cenário, irá se conjecturar um modelo de expansão da frente do capital por meio de discursos, ações e projetos que visariam a instauração do progresso, não importando o subjugar o outro, não apenas na forma física mas, também no estereótipo e na memória histórica de elementos considerados não aptos a este progresso deflagrado pela marcha.

A Marcha para Oeste e a colonização: fronteira cabocla versus fronteira euro descendente

A expansão da fronteira do Estado Nacional rumo ao oeste não se dá apenas pela apropriação da terra e domínio da natureza, mas, também, pela delimitação de um elemento étnico primordial para levar a cabo a expansão da fronteira. É neste sentido, que as levas migratórias oriundas do Rio Grande do Sul penetraram o território trazendo consigo a extensão de um ethos personificado na figura do colono desbravador que ao se chocar com a figura do caboclo oestino constroem aqui uma nova zona fronteira étnica deslindada neste item.

Para compreendermos a construção desta fronteira precisamos adentrar no mundo cultural engendrado pelos elementos que aqui aportaram, nesta ótica é latente a percepção de símbolos, valores e estruturas sociais que remanejadas e ressignificadas pelas populações migradas em ambiente novo darão a tônica de sua identidade, assim como contribui Oliveira:

Partindo de Barth, podemos então elaborar a noção de identidade contrastiva, tomando-a como essência da identidade étnica: a saber, quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma outra pessoa ou grupo com que se defrontam; é uma identidade que surge em oposição, implicando a afirmação de nós diante dos outros, jamais se afirmando isoladamente. (Oliveira, 1976, p. 88)

Essa afirmação de identidade, fortemente presente nas comunidades assentadas nas terras do Oeste Catarinense, passa por uma idealização de uma tradição ligada a consanguinidade e a manutenção de práticas culturais que remontariam a uma pátria a muito tempo deixada na Europa, porém deixada apenas na corporificação física, mas introjetada em uma rememoração intensa da nacionalidade como atributo de diferenciação e que transbordaria nas práticas imateriais de uma cultura, que na visão daqueles que a professavam seria ainda imaculada. E assim, pautada por um ideal de sangue portador e fluido de princípios adquiridos de maneira ascendente que a etnicidade se preservaria. No caso de alemães e italianos, percebemos traços em comum que pautavam o entrelaçamento de

laços étnicos, como a valorização do casamento, a fidelidade ao credo religioso, o asseio ao trabalho e a inviolabilidade da estrutura familiar encetada pelo pater família. São exemplos de valores que não só solidificaram a estrutura da endogamia familiar, como também alicerçaram a vida no grupo comunitário, do qual fazer parte se constituía de vital importância para sobrevivência, em um período onde o “nome” e a “família”, suscitaram o caráter e a honra, amplamente valorizados pelos pares.

Em um novo território, a etnicidade passa a adquirir status de diferenciação frente às demais populações que habitavam o mesmo espaço. Assim, ítalos, germanos, poloneses, edificaram um conjunto de práticas que os colocariam como os estabelecidos da região, segregando os “brasileiros” e os transformando em outsiders em sua própria terra. Contribuíram para as bases dessa edificação não só as tradições e o estigma de trabalho que acompanhavam os migrantes, mas também a diferenciação material, simbólica e espacial que a colonização implantou na região.

A fronteira étnica, desse modo, se deslinda pela bagagem material e pelos traços culturais deflagrados pelo elemento migrante. Aspectos como a chegada da luz elétrica, a religiosidade congregada com aspirações do catolicismo romano, o modo de se vestir e de se portar em grupo, caracterizam a construção de um status em paralelo ao que a gente da “terra” do Brasil representava. Nesta lógica, a epopéia da colonização é significada sob uma ótica de desbravamento e da salvação, onde seus precursores se transformam na síntese do pioneiro que enfrenta a natureza selvagem de uma localidade apartada da civilização, como trata Picoli:

E os imigrantes chegaram. Em verdade, a grande maioria composta por migrantes. Fizeram-se pioneiros. Desbravadores. Legítimos bandeirantes na heroica faina de civilizar esse sertão. Com eles as estradas, o progresso, o trabalho. E, os frutos deste. A verdadeira religião, livre de fanatismos tão comuns por estas bandas. A ordem. A lei. Com muito sacrifício e honestidade, do nada construíram uma terra próspera. Esses valorosos heróis são fortalezas da integridade moral. Faróis onde antes só havia escuridão. (Picoli, 2012, p. 338).

A história heróica edificada pelos vencedores do processo colonizador na região, jogou sombras sob a história de quem os contrapunha, aqueles hoje marginalizados pela história oficial, aquela adotada e propalada pelos governos da região, e diversas vezes despojados de sua constituição histórica, caboclos e indígenas. Na narrativa do colonizador, a população composta por estes elementos não seria afeita ao trabalho, sendo preguiçosa, indolente e perniciososa, seu modo de vida contraproducente, um desperdício ao veio produtivo do qual a região poderia oferecer. Porém, ao analisar a constituição histórica desses elementos com presença ancestrais na localidade, visamos um *ethos* complexo, repleto de uma cosmologia própria e dissociado da lógica da fronteira do capital implantada pelo migrante.

Ao me referir ao termo caboclo levo em conta o habitante miscigenado da região oeste, presente nestas terras desde a primeira leva portuguesa, no qual o contato com o indígena e com o meio local criou um elemento com um conjunto de valores e categorias sociais diversas, assim fugindo de uma lógica puramente étnica, o ser caboclo se destacada pelo seu modo de vida, suas crenças, que formam uma sociabilidade baseada em relações recíprocas de comunidade. Como tratam Renk e Confortin (2017), “o compadrio, expresso no parentesco espiritual, jogava o papel de liame de reciprocidades mútuas e múltiplas nessa sociedade”. A sociabilidade era movida pelas relações de solidariedade e reciprocidade. Neste sentido, em um mundo de parca monetarização e influência direta do prestígio social e de laços comunitários, o caboclo se desenvolveu no Oeste praticamente intocado pelas autoridades estatais até pelo menos o Contestado e o início da colonização, preservando um modo de vida próprio.

O *ethos* caboclo congregava uma forma de organização social voltada para a subsistência e sem acumulação de excedentes que pudessem figurar em um processo comercial significativo. Esse fato explica por que as companhias colonizadoras que assumiram a missão de colonizar as terras desta região não consideravam os caboclos como “gente própria” para esta terra, fomentando sua expulsão ou mesmo coação para que vendessem seus pedaços de terra. Desta forma, o esti-

lo de vida e o próprio caboclo foi extremamente estigmatizado, tanto no período em que o processo foi deflagrado como também posteriormente, já que a própria historiografia por muitos anos os manteve à margem do processo histórico. A estigmatização do caboclo esteve embasada a partir das emanções por um país mais moderno em contraposição ao rural e atrasado sertão.

Esse modo de vida caboclo é o que vai ser sua principal característica, já que defini-lo como um grupo étnico em si é extremamente difícil devido à ampla variedade de sua origem e constituição. A partir disso, podemos denotar que as atividades econômicas que perduraram durante o período pré-colonização oficial do território, junto com a população atrelada a ela, não constituíam como a idealizada para a região, na qual se projetava, pelas elites governantes, como estratégica de fronteira e como potencialmente aproveitável para atividades ligadas a produção de excedentes comercializáveis, introduzindo assim, a região, a um ciclo nacional capitalista.

Outra característica da população cabocla era a forte presença de um misticismo ligado a práticas religiosas não ortodoxas. Cabe ressaltar que a grande maioria desses caboclos professavam o catolicismo, porém com métodos e crenças que se desvincilharam da práxis romana, a qual era considerada a verdadeira fé pela Igreja Católica. Neste cenário, as relações entre caboclos e padres seguiam um grau de tensão, já que monges não reconhecidos pela Igreja, como João Maria e posteriormente José Maria, angariavam profundo reconhecimento perante essa população, postulando práticas religiosas ligadas a profecias, bênçãos miraculosas, curandeirismo com ervas e orações.

A caracterização do modo de vida caboclo se calca então em premissas de subsistência, aliado a uma noção de sociabilidade baseada na comunidade, com total desatenção pelas esferas de poder público. Em outras palavras, o que se desenrolava no Oeste Catarinense no período das décadas finais do século XIX e iniciais do século XX, se diferenciava em demasia do restante do estado, leia-se espaço litorâneo, no qual contava com instituições, como escolas, hospitais, força policial, que engendravam um pacto social moderno, em dissonância com o

Oeste ainda rústico, bravio e dominado pela natureza selvagem. Este cenário de desagregação da porção Oeste com o restante do estado se dará até a deflagração do processo de colonização da região e até o fim do conflito entre Paraná e Santa Catarina pelas terras do Contestado.

É com o avanço da colonização que a estrutura social cabocla inicia sua desagregação, cedendo espaço, em uma relação de intenso conflito e violência, a fronteira do colonizador:

No confronto com o migrante colonizador que se contrastam as diferenças e estabelecem as fronteiras étnicas, a fricção étnica, gestando-se o processo de minoria étnica agudizando a subalternidade e seus efeitos concretos, como a perda do modo de vida, do território e da territorialidade. A questão mais crucial é o cerceamento do acesso à terra nos modos realizados tradicionalmente e a retirada das áreas ocupadas, a limpeza destas para a venda. (Renk; Confortin, 2017, p. 139).

A perda da terra acompanha a imposição de valores e costumes até então não valorizados pelos caboclos na região. A fronteira da colonização logra em expandir e introjetar nos costumes sociais novas formas de sociabilidade, usufruto da terra e padrões civilizatórios na região. O que não se pode afirmar é que a migração perpetuou uma cultura hegemônica, já que as relações culturais se projetam a partir de uma imensa rede imbricada de trocas e permutações que equacionam novos traços e tradições.

Deste modo, a questão indígena e cabocla, com latência na região do Oeste Catarinense se tornou peça fundamental para a segurança nacional, em um período de construções de nacionalismos e em uma região estratégica de fronteira, transformar essa população em “brasileiros”, ao modo estrito e elitizado do termo, se transformou em algo preponderante. Assim, os indígenas, através do Serviço de Proteção ao Índio, passam a ser mão de obra na proteção da fronteira, com o objetivo de serem assimilados à “cultura nacional”, tendo, deste modo, renegado seus direitos ancestrais sobre a terra.

Na conjectura, até aqui deslindada, percebemos a transmutação da fronteira étnica no Oeste Catarinense, caracterizando a proeminência de um *modus*

vivendi, e transformando populações historicamente estabelecidas na região em *outsiders* em sua própria terra. A História oficial, amplamente arraigada pelos pressupostos do colonizador, foi monopolizada por um grupo, atuante até hoje na localidade, que desloca essa população marginalizada de seu lugar meritório, o de verdadeiros pioneiros. Também, essa mesma fronteira étnica, vencedora para a essa História Oficial, esconde seus obscuros meios aplicados para a consolidação da hegemonia, transformando heróis e anti-heróis muitas vezes desfigurados pelos seus verdadeiros atos.

Essa fronteira étnica, explorada pela colonização e pautada no elemento migrante, branco e “afeito” ao trabalho, será explorada no sentido de resguardar a fronteira para o Estado Nacional Brasileiro. Assim, a fronteira pautada pela etnicidade sofrerá um novo conflito durante a ascensão de Vargas ao poder e na deflagração do Estado Novo, que buscará, através da imposição do sentimento da brasilidade, transformar esses migrantes em guardiões de nacionalidade brasileira na fronteira.

Considerações Finais

A busca pelo entendimento de como a visão de Oeste selvagem e incivilizado perdurava no período de gênese do Estado Novo, se constituiu como uma questão nevrálgica para o desenrolar das ações e dos discursos que permearam o período pesquisado, caracterizando, deste modo, o conceito de Sertão, que perpassou a história do Brasil e se aplicou a região Oeste. Assim, foi possível constatar pela bibliografia levantada, a caracterização dos elementos que habitavam esta região, num momento anterior à chegada dos primeiros colonos com descendência europeia, os denominados caboclos.

Tais elementos, foram caracterizados, na maioria das vezes, pelos migrantes que aqui se assentaram como figuras perniciosas, não afeitas ao trabalho, perigosos e incivilizados, sendo assim, não poderiam trazer a região o progresso e a modernidade necessários para o desenvolvimento de Chapecó. Entretanto, o

que foi possível caracterizar por este trabalho, foi o modo de vida diferenciado do migrante que o caboclo levava, com um *ethos* voltado para a subsistência e a não correlação com o sistema do capital moderno. Essa diferença foi o que selou para a história, através de uma historiografia tradicional, a figura do migrante como grande desbravador e o responsável único para o desenvolvimento da região, pois foi a partir da entrada do migrante que Chapecó entra na rota da exploração capitalista.

Um ponto de inflexão nessa trajetória, sem dúvidas foi a Guerra do Contestado, que além de mostrar as intenções particularistas do Estado, lançou mão de uma dizimação intensa da população cabocla, colaborando para a desapropriação da terra dos caboclos e a abertura do processo de colonização através da iniciativa privada. Assim, a questão do Contestado marca profundamente a colonização de Chapecó, pois, além de representar um querela entre Santa Catarina e Paraná pelo controle das terras, esse fato deflagra um conflito campesino sangrento, no qual, a população menos abastada sofre as amargas consequências das pretensões de um Estado, que passou a visar para a região um caminho pautado na exploração dos bens naturais e no enquadramento com uma perspectiva de acumulação, oposta, aos meios utilizados pelos caboclos, o de subsistência.

Assim se delimita uma primeira fronteira, representada pela civilização do migrante que, na visão estatal, possuidor do germe do trabalho, iria finalmente romper os séculos de atraso que a região vivia. Esta fronteira, deveria ser expandida e alinhada aos pressupostos nacionalistas brasileiros, frente a criar os novos bandeirantes que iriam proteger as fronteiras brasileiras e levar o progresso para o interior do país.

É neste cenário que se deflagra o período ditatorial do Estado Novo e com ele o projeto de Marcha para Oeste, propondo desbravar o interior do país, ligando o então incauto sertão com as principais veias civilizatórias do litoral brasileiro. O projeto, tinha em uma de suas bases o melhor balanceamento econômico entre as regiões brasileiras, potencializando o que as terras do interior poderiam oferecer. As ideias da Marcha para Oeste tiveram uma boa aceitação entre a elite

chapecoense, que através do seu principal meio de comunicação, o periódico A Voz de Chapecó, faz ressoar seus desejos de transformar Chapecó em um novo polo do capital.

Fonte

A Voz de Chapecó, **Nossas Necessidades**, 10 de dezembro de 1939. Arquivos do CEOM

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

Referências

DUTRA E SILVA, Sandro. **No Oeste a Terra e o Céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil central**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas: Papirus, 1986.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

PICOLI, Bruno Antônio. Sono Tuti Buona Gente: a fabricação da superioridade italiana. **Cadernos do CEOM**. Ano 24, n 35. Identidades. Chapecó: Argos, 2012.

RENK, Arlene. CONFORTIN, Priscila Fernanda Rech. Territorialidade e minorias sociais na construção da história local. In Carbonera Mirian. Onghero, André Luiz, Renk, Arlene. Salini, Ademir Miguel. **Chapecó 100 anos: Histórias Plurais**. Chapecó: Argos, 2017.

MARTINS, José Sousa de. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, volume 8, nº1, 25-70, São Paulo, 1996.

CAPÍTULO 8

“NO CAOS NINGUÉM É CIDADÃO”¹: A ATUALIZAÇÃO RECORRENTE DO LEGADO DE EUCLIDES DA CUNHA PELO JORNALISMO

Aurora Almeida de Miranda Leão

Doi: 10.48209/978-65-84959-95-7

Introdução

O processo de comunicação é considerado um exercício, cuja tradução pode ser uma permuta de signos alheios por signos próprios (Bakhtin, 2010). Entendemos assim a cultura como um universo cuja essência é construída sobre fronteiras, ou seja, há espaços já desbravados capazes de interferir na construção de um porvir, pois, provavelmente, se fora um universo inteiramente obscuro, sobre o qual não se conhecessem antecedentes, os humanos sentiriam-se perdidos, inaptos, amedrontados, confusos ou mesmo pretensiosos. Também segundo o teórico russo, não existe ação realizada no vazio: qualquer condição do acontecer se passa num ambiente valorativo, uma configuração pulsante, tornada possível graças ao movimento cultural existente num determinado tempo-espaço.

O Brasil vivencia tempos muito difíceis, cruéis, sombrios, pelo menos desde 2016, quando a imprensa registra o deplorável afastamento da presidenta eleita Dilma Rousseff do cargo para o qual foi eleita com mais de 54 milhões

¹ Versos da letra de “O calibre”, música de Herbert Vianna, lançada em 2002 no disco “Longo caminho”, da banda Paralamas do Sucesso.

de votos². Desde então, a situação agravou-se de tal modo que um nicho de truculência expandiu-se para diversos espaços sociopolíticos, observando-se ataques constantes a uma vasta gama de instituições e atores sociais, nos quais incluem-se, sobretudo, os profissionais do Jornalismo.

A ascensão ao Poder do então deputado federal pelo Rio de Janeiro, Jair Messias Bolsonaro – vencedor da eleição presidencial em 2018 – provocou adição substancial nos índices de violência registrados no país, seja o aumento do número de assassinatos de pretas e pretos, de mulheres vítimas de assédio, estupro e feminicídio, seja acréscimo na quantidade crianças e adolescentes fora da escola, do morticínio indígena ou ampliação alarmante dos casos de vítimas de cárcere privado e sistema de escravização.

Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado entre junho de 2017 e julho de 2018, piorou consideravelmente o nível de comida na mesa de brasileiras e brasileiros, como mostra matéria do portal de notícias G1:

A fome voltou a se alastrar pelo Brasil. Em cinco anos, aumentou em cerca de 3 milhões o número de pessoas sem acesso regular à alimentação básica, chegando a, pelo menos, cerca de 10,3 milhões o contingente nesta situação. Entram na conta somente os moradores em domicílios permanentes, ou seja, estão excluídas do levantamento as pessoas em situação de rua, o que poderia aumentar ainda mais o rastro da fome pelo país. (Silveira, 2020)³.

Além disso, a reportagem mostra que esses dados se agravam nas zonas rurais e, sobretudo, no Nordeste, região onde vive quase metade dos famintos do país. Na mesma matéria, o IBGE destaca também:

No Norte e Nordeste, menos da metade dos domicílios (43% e 49,7%, respectivamente) tiveram acesso pleno e regular à alimentação adequada. No

2 Ver matéria “Dilma é reeleita na disputa mais apertada da história; PT ganha 4º mandato”. Disponível em <https://www.uol.com.br/eleicoes/2014/noticias/2014/10/26/dilma-cresce-na-reta-final-e-reeleita-e-emplaca-quarto-mandato-do-pt.htm>. Acesso em 05 nov 2022.

3 Dados estão na matéria “Fome no Brasil: em 5 anos, cresce em 3 milhões o nº de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, diz IBGE”, assinada pelo jornalista Daniel Silveira em 17 set 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/17/fome-no-brasil-em-5-anos-cresce-em-3-milhoes-o-no-de-pessoas-em-situacao-de-inseguranca-alimentar-grave-diz-ibge.ghhtml>. Acesso em 04 nov 2022.

Sul, esse percentual chegou a 79,3%. Sudeste e Centro-Oeste aparecem na sequência, com 68,8% e 64,8%, respectivamente, dos domicílios com segurança alimentar. (Ibid, 2020).

Os dados são alarmantes porque reiteram serem justamente crianças, mulheres, negros, nordestinos e moradores de zona rurais os mais atingidos pelo desastre representado pelo governo eleito em 2018, o qual, felizmente, passará para a História como o único governo não reeleito para um segundo mandato na presidência da República.

Por outro lado, números indicam o tamanho da desproporção no poder aquisitivo das famílias, como indica reportagem de Jamil Chade:

Com uma das maiores taxas de desigualdade social no mundo, o Brasil terá uma expansão de 115% no número de milionários nos próximos anos. A previsão é do *Credit Suisse*, uma das principais instituições financeiras da Suíça e que destina uma parcela de sua operação para a gestão de fortunas. Até o final do ano passado, existiam 266 mil milionários no país. Em 2020, esse número era de 207 mil. Nesse mesmo período, estudos de diferentes instituições apontaram para o aumento da fome no país. (Cuade, 2022).⁴

Nesse rumo, o Brasil chega à reta final de 2022 com 33,1 milhões em situação espúria de falta de garantias de alimentos, o que representa um contingente de 14 milhões a mais de pessoas vítimas do descaso governamental e, ainda assim, recebendo anuência de enorme parcela da população que consegue conviver com o sofrimento do outro de forma desumana, naturalizando o inaceitável.

Prenunciando um porvir

Ao escrever “Os sertões” – décimo livro publicado no país sobre a guerra acontecida no interior da Bahia -, o escritor Euclides da Cunha (1866-1909) não fazia ideia do quanto sua obra se tornaria um divisor de águas na história da Li-

⁴ Ver matéria “Enquanto fome aumenta, número de milionários no Brasil avança”. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/09/20/enquanto-fome-aumenta-numero-de-milionarios-no-brasil-avanca.htm>. Acesso em 05 nov 2022.

teratura Brasileira, nem muito menos que a pertinácia de seu registro jornalístico atravessaria um século com indelével atualidade.

Quando da publicação, Euclides escreveu um texto, intitulado “Dois fragmentos”, anos depois registrado na Revista do Grêmio Euclides da Cunha (Rio de Janeiro, 15 ago. 1918). Um trecho diz assim:

Escrevi este livro para o futuro. Levado, por um conjunto de circunstâncias a que não pude forrar-me, a assistir a um doloroso drama da nossa história e escrevendo-o depois com a mesma serenidade estoica de Tucídides ao traçar a *História da Guerra do Peloponeso*, _ “sem dar crédito às primeiras testemunhas que encontrei nem às minhas impressões pessoais, mas narrando apenas os acontecimentos de que fui espectador ou sobre os quais tive informações seguras” _ quando o publiquei; depois, tive o pensamento capital de o subordinar à contraprova violentos protestos contra as falsidades ou acusações injustas que encerrasse. Atirei-o, por isso, seriamente à publicidade. **Não lhe dei nem prefácio, nem paraninfo, que o apresentasse à minha terra. Quis aparecer só, absolutamente isolado na grande fraqueza do meu nome obscuro diante dos que compartilharam aquela luta. E apareci só.** Não apareceram porém os protestos. Não podiam aparecer: desafiariam imprudentemente a réplica inflexível dos fatos. Não deviam aparecer: afrontariam inutilmente as energias triunfantes da verdade. (Cunha, 1902, grifos da autora).

Corria o ano de 1897 quando Júlio Mesquita, proprietário do jornal “A província”, contratou Euclides da Cunha como correspondente de uma “guerra do fim do mundo”, conforme denominou mais tarde o escritor peruano Mario Vargas Llosa, prêmio Nobel de Literatura. O escritor fluminense chegou a Canudos (BA) às vésperas dos últimos dias de combate e de destruição do Arraial de Belo Monte. De lá, produziu uma série de reportagens, as quais só seriam publicadas anos depois de sua morte, em 1939, com o título de “Canudos – diário de uma expedição”. O conteúdo da publicação é o embrião de “Os sertões”. Euclides precisou deixar Canudos quatro dias antes do fim da guerra porque foi acometido por doenças (o escritor foi sempre homem de saúde frágil, filho de mãe tuberculosa).

Considerado “O grande monumento literário que definitivamente introduz a temática do sertão, inclusive na discussão da questão da nacionalidade, da brasilidade, da identidade nacional” (Albuquerque Junior, 2019, p 24), é corrente entre escritores, estudiosos e pesquisadores a relevância literária de “Os sertões”,

apontada como obra que expressa uma trilha de evolução de pensamento diferente da linha nacionalista e chega a significar

Uma ruptura categórica com a corrente regionalista anterior e inscreve definitivamente esta entidade geográfica e antropológica particular do Nordeste do Brasil no domínio literário nacional. A temática sertaneja não era nova para o leitor mas Euclides inaugura um olhar do Sul para a região. Como diz Cândido, "ele se tornou um mito fundador da nação brasileira". (Debs, 2010, p. 28).

É Euclides da Cunha (1866-1909), portanto, quem vem demarcar um outro sentido para a identidade brasileira, abarcando o território como um todo, radiografando uma espécie de país do interior dentro do país. (Debs, 2010, p.61). E foi a descoberta de um conjunto de tradições, crenças e modos de vida opostos aos dos centros urbanos, que possibilitou o conhecimento daqueles que assemelhavam-se aos esquecidos da civilização, detentores de uma capacidade de resistência até então insuspeita. É essa mesma bravura, invejável e permanente, que responde pelo recrudescimento de casos de xenofobia contra os nascidos na maior região do país sempre que as eleições para cargos majoritários são conquistadas pelas forças progressistas⁵.

Foi o que a imprensa registrou, de modo incisivo⁶, após a realização do primeiro turno da eleição presidencial, realizada em 02 de outubro deste 2022, na qual sagrou-se vitorioso o pernambucano Luís Inácio Lula da Silva. Filho legítimo do sertão nordestino, natural do município de Caetés, Lula teve de deixar seu rincão aos 7 anos de idade, fugindo da seca e da miséria com a mãe e os irmãos, como era comum aos inúmeros retirantes apartados de seu torrão natal. Fica fácil, portanto, inferir que, se isso se verifica em pleno terceiro milênio, imagine-se quão mais forte e cruel era esse preconceito no final do século XIX, quando Eu-

5 Ver matéria "A xenofobia contra nordestinos e o ódio contra nós mesmos", de Mariana Mandelli, publicada no jornal Folha de São Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/10/a-xenofobia-contra-nordestinos-e-o-odio-contra-nos-mesmos.shtml>. Acesso em 05 nov 2022.

6 Ver matéria "Xenofobia contra nordestinos revela forte racismo no Brasil, dizem especialistas", de Amanda Sobreira, publicada no site Brasil de Fato. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/07/xenofobia-contra-nordestinos-revela-forte-racismo-no-brasil-dizem-especialistas>. Acesso em 05 nov 2022.

clides da Cunha (1866-1909) saiu de São Paulo para cobrir⁷ a Guerra de Canudos para o jornal “A província”, que depois viria a ser “O Estado de São Paulo”, hoje mais conhecido como “Estadão”.

Para prosseguir com a análise, argumentando em defesa da constante atualização do legado euclidiano pelos fatos noticiados pela imprensa, é mister sublinhar que o autor, além de engenheiro, militar e poeta, era também jornalista, e sua obra-prima é considerada o primeiro livro-reportagem do país, sendo tema assíduo de estudos e pesquisas também no exterior. Destarte, concordamos com o acadêmico José Leonardo do Nascimento (2015)⁸, doutor em História da Cultura pela Universidade de Paris, quando afirma: “A luta sertaneja teve um conteúdo epistêmico: ela revelou o Brasil”. E diz mais: “Os sertões foram esquecidos pela elite política brasileira por 300 anos... são os 300 anos de solidão dos sertões, que só Euclides viu, só Euclides viu isso”.

As considerações elogiosas à obra de Euclides são muitas e de múltiplos sujeitos. Para o jornalista gaúcho Eduardo Bueno (2020), trata-se do livro que desvenda os grotões do Brasil que até hoje o Brasil continua desconhecendo⁹. “Os Sertões é uma obra de arte literária que aborda o avesso da modernização capitalista”, diz a ensaísta Walnice Nogueira Galvão (2016), professora emérita da Universidade de São Paulo (USP) e uma das mais proeminentes críticas literárias do país, para quem o livro é um marco fundamental para se entender a formação do país:

A radiografia que Euclides da Cunha fez do Brasil nesta época é perfeita e atual até hoje. ‘Esses miseráveis do Brasil são responsabilidade nossa’, diz ele, literalmente. Euclides fez um mapeamento dos principais temas que ocupariam a literatura e as ciências sociais anos depois, e ocupam até hoje. Como o fato de as metrópoles litorâneas serem voltadas para a Europa, enquanto o Brasil do interior é abandonado. E o fato de a relação entre esses dois se dar na forma de massacre. Euclides mapeia a miséria brasileira, a questão do ín-

7 A guerra de Canudos aconteceu de 1896 a 1897 mas Euclides só ficou no sertão baiano por 18 dias, tendo de apressar seu retorno a São Paulo por ter sido acometido de enfermidades.

8 Ver Ciclo de Conferências “Travessias no sertão”, promovido pela Academia Brasileira de Letras. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=NOSxJxqqnDE>. Acesso em 05 nov 2022.

9 Ver fala do escritor em seu canal do Youtube. Disponível em: [//www.youtube.com/watch?v=OW-0NEab-T1s](https://www.youtube.com/watch?v=OW-0NEab-T1s). Acesso em 04 nov 2022.

dio, do negro, da religiosidade popular, da desigualdade social. Isso tudo vai pautar o romance dos anos 30 e toda a Ciência Social nos anos 40. É extraordinário o que ele fez. (Galvão, 2016)¹⁰.

Já o cineasta português Miguel Gomes (2019), cujo filme “Selvajaria”, uma adaptação do livro euclidiano - rodado em Canudos durante a pandemia e vencedor do prêmio Prêmio Campari no Festival de Locarno, na Suíça, em 2020 -, entende a obra como “peça-chave para compreender a história do Brasil”, assinalando o quanto o ressurgimento da polarização política reflete a atualidade da publicação em dimensões globais: “A flutuação e a ambiguidade (políticas) tem a ver com Euclides da Cunha. Ele incorporou outras posições”¹¹. E destaca a relevância do legado euclidiano:

Esta atualidade [do romance ‘Os Sertões’] é percebida no mundo, na história de agora, por exemplo, quando se quer fazer crer que há uma espécie de guerras de religiões entre os islâmicos e o mundo ocidental judaico-cristão com barbaridades [que são cometidas] dos dois lados. Isto me trouxe a memória da Guerra de Canudos.[...] **Canudos é uma tragédia nacional [do Brasil] , mas eu acho que é uma tragédia que se pode desenhar num microcosmos e que ecoa o resto do mundo**”. (Gomes, 2019, grifo nosso)¹².

A percepção de que “Os sertões” (1902) muito tem a dizer sobre o Brasil até estes dias encontra respaldo também nas palavras da pesquisadora Adriana Coca (2018), pois se “Nós nos reconstruímos porque estamos vinculados a essa imensa rede de significação, que contempla textos dentro de textos” (Coca, 2018, p. 42), a rede de significação que engendra a formação da identidade nacional tem na obra euclidiana seu pilar mais contundente, como tão bem define Miguel

10 Ver matéria “Versão definitiva de ‘Os Sertões’ é editada por ex-diretoras da Cosac Naify”. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/literatura/versao-definitiva-de-os-sertoes-e-editada-por-ex-diretoras-da-cosac-naify-5lmgz14o7tm4y0go4za9qhir8/>. Acesso em 05 nov 2022.

11 Ver matéria “Atualidade de ‘Os sertões’, de Euclides da Cunha, é debatida na Flip Disponível em <https://associacaoceanos.pt/atualidade-de-os-sertoes-de-euclides-da-cunha-e-debatida-na-flip/>. Acesso em 05 nov 2022.

12 Ver entrevista com o cineasta português Miguel Gomes em matéria intitulada Polarização mundial dá atualidade a novo filme de Miguel Gomes sobre “Os Sertões”. Disponível em https://24.sapo.pt/noticias/polarizacao-mundial-da-atualidade-a-novo_5d32e2dca34d357d5afc636e. Acesso em 05 nov 2022.

Gomes¹³: “Os Sertões” é um balanço civilizacional feito no início do século 20. Lamentavelmente, passados mais de cem anos, esse balanço não perdeu qualquer atualidade. No contexto do Brasil como no do resto do mundo”.

No tópico seguinte, destacam-se algumas matérias jornalísticas que referendam a sinergia entre a obra-prima de Euclides da Cunha (1866-1909) e o estado de desigualdade social persistente no Brasil até os dias de hoje, alavanca desta análise.

Figura 1: Jornalismo destaca aumento das graves fraturas sociais.



Fonte: quadro criado pela autora com imagens da internet.

Persistência da desigualdade

Ao longo dos anos de 2021 e 2022, a imprensa brasileira fez registros constantes sobre o nível de empobrecimento a população brasileira, o crescimento das disparidades sociais, o aumento do desemprego e até o índice de pessoas ansiosas, depressivas, infelizes e/ou com raiva, conforme atesta matéria¹⁴ do portal G1, a partir de estudo do economista Marcelo Neri, do FGV Social:

13 Entrevista do cineasta Miguel Gomes em passagem pelo Brasil durante a Festa Literária de Paraty, em julho de 2019. Disponível em <https://www.terra.com.br/diversao/miguel-gomes-fala-sobre-selvajaria-sua-adaptacao-de-os-sertoes-na-flip-2019,a6e523edc0936fc2e46248e6bfedae90qjd6okcg.html>. Acesso em 05 nov 2022.

14 Ver matéria “Desigualdade social renova recorde histórico no 1º trimestre, aponta estudo”. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/06/14/desigualdade-social-renova-recorde-historico-no-1o-trimestre-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em 04 nov 2022.

A renda do trabalho na população em idade ativa, considerando os desocupados, caiu 10,89% entre os primeiros trimestres do ano passado e deste ano. Entre a fatia dos 50% mais pobres, o recuo foi o dobro, de 20,81%. A queda na taxa de participação no mercado de trabalho respondeu por mais de 80% do recuo na renda da população em geral. Entre os mais pobres, o aumento do desemprego teve peso maior.

Uma reportagem do site Band UOL¹⁵ mostra que desde a redemocratização, em 1984, o país nunca tinha passado por período tão drástico de acentuação da desigualdade social:

Desde o início da redemocratização no Brasil, em 1984, até 2014, o país passou por um processo sustentado de inclusão social, evidenciado pelo crescimento maior da renda da população mais pobre em comparação com a dos mais ricos em razão de fatores como a elevação dos salários e do gasto em políticas públicas voltadas à população mais vulnerável. Essa trajetória de queda consistente da desigualdade de renda no Brasil foi interrompida e começou a mudar radicalmente a partir de 2015, quando se iniciou uma enorme crise no mercado de trabalho no país. Nesse novo cenário, os mais pobres têm sido os maiores prejudicados pelo declínio acentuado do emprego e dos salários combinado com a falta de políticas sociais voltadas a protegê-los e cortes severos nos programas sociais. (Alisson, 2022).

Outra perspectiva, publicada em 17 de maio de 2022 no site “O joio e o trigo”¹⁶, assinada por Manuela Rached Pereira, aponta:

Entre 1974 e 1975, o IBGE realizou sua primeira pesquisa nacional. O Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef) revelou que a desnutrição infantil atingia, respectivamente, 24,5% e 27% das crianças nas regiões Norte e Nordeste, ao passo que acometia 11,7% e 13,3% da população infantil nas regiões Sul e Centro-Oeste. Tardiamente, os números confirmavam as análises de Josué sobre as profundas desigualdades regionais nas quais se estruturou o país. (Pereira, 2022).

Diversos educadores e cientistas políticos ouvidos pela reportagem do UOL¹⁷ corroboram a percepção da desigualdade social como chaga na formação

15 Ver matéria Desigualdade social volta a crescer no Brasil, do jornalista Elton Alisson, da agência FAPESP, publicada em 04 set 2022. Disponível em <https://www.band.uol.com.br/band-multi/campinas-e-regiao/noticias/desigualdade-social-volta-a-crescer-no-brasil-a-partir-de-2015-16531979>. Acesso em 05 nov 2022.

16 Ver reportagem “No sertão, a fome não vem da seca”. Disponível em <https://ojoioeotrigu.com.br/2022/05/no-sertao-a-fome-nao-vem-da-seca/>. Acesso em 05 nov 2022.

17 Ver matéria de Edison Veiga: “Desigualdade social, o maior problema do Brasil”, publicada em 03 jan 2022. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2022/01/03/desigualdade-social-o-maior-problema-do-brasil.htm>. Acesso em 05 nov 2022.

brasileira. O sociólogo e cientista político Rodrigo Prando, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, é um desses e afirma:

Economicamente, [o país foi construído por] essa estrutura social de grandes propriedades de terra, escravidão e monocultura voltada para a exportação. Em termos econômicos, isso fez com que o Brasil se tornasse um país pobre, extremamente desigual. Além disso, por conta do passado colonial e pré-republicano, o país teve um capitalismo tardio, industrializando-se no século 20. Assim, a sociedade brasileira se desenvolveu ao longo do século 20. E não houve distribuição de renda. (Prando, 2022).

Figura 2: fome ultrapassa a marca de 33 milhões de brasileiros



Fonte: Imagens veiculadas na imprensa, disponibilizadas via Google.

Já o professor David Nemer, da Universidade da Virgínia (EUA), autor do livro “Tecnologia do oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil”, credita ao precário nível de educação a fonte das graves mazelas sociais do país: “A educação tem de ser para pensamento livre, crítico o tempo todo, não imposto”, indicando o difícil acesso ao ensino como a ponta de um iceberg:

A maioria que estuda em escola pública não tem segurança alimentar, não tem segurança física, vive em área de risco e o Estado o tempo todo negligencia essas pessoas. A educação precária sustenta o círculo vicioso da desigualdade social (Nemer, 2022).

É como bem diz o economista Alfredo Bertini, colunista do jornal Folha de Pernambuco¹⁸:

Tudo leva a crer que a cultura da eterna tolerância com as desigualdades sociais, mostra-se ainda como cega, diante de uma segmentação incabível e conflituosa entre humanos e bichos. Com o agravamento da pobreza, o Brasil ensaia o apogeu de uma desumanidade, potencializada pela barbárie do retorno da fome, que até então estava mais ao alcance dos nossos olhos no ambiente da literatura, do que mesmo no flagrante das ruas. (Bertini, 2021).

E para arrematar nosso entendimento quanto à estreita ligação entre o escritor e o contexto sociopolítico do país, vale lembrar as considerações da escritora Walnice Nogueira Galvão, cuja trajetória intelectual é, em grande parte, dedicada ao estudo e interpretação da obra de Euclides da Cunha. Para ela, a primeira grande *fake news* da história registra-se no episódio canudense, quando circularam informações de haver apoio internacional para Antônio Conselheiro promover a queda da República:

Sempre me perguntam fora do Brasil o que tem a ver *Os sertões* com o movimento dos sem-terra. Tem a ver com a falta da reforma agrária, a iniquidade da distribuição de terras no Brasil, a iniquidade geral da distribuição de tudo no Brasil.[...] A nação promove uma guerra sem quartel contra os pobres, como o genocídio de jovens negros na periferia de São Paulo, a militarização das favelas no Rio, e os desastres de Mariana e Brumadinho, por exemplo. (Galvão, 2019).

Outrossim, parece-nos ter ficado claro que, desde a publicação de “Os sertões” até hoje, coexistem duas realidades distintas no território nacional: a elite e os invisibilizados, os detentores de poder político/financeiro e a grande maioria silenciada. Em vista desse quadro, no qual esplandece o agravamento das disparidades sociais registradas neste 2022, é incontornável a atualização cotidiana e permanente da obra euclidiana.

18 Ver artigo “O apogeu da desumanidade e a barbárie da fome”. Disponível em <https://www.folhape.com.br/noticias/o-apogeu-da-desumanidade-e-a-barbarie-da-fome/202635/>. Acesso em 05 nov 2022.

Considerações Finais

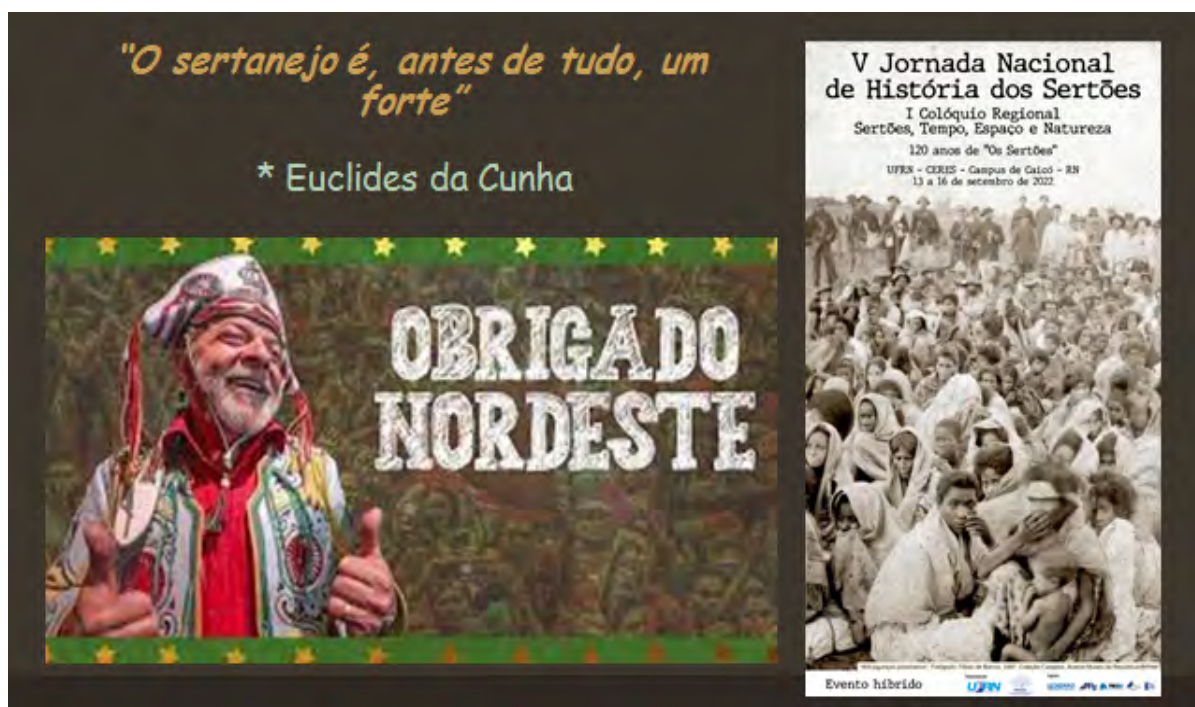
Uma das frases lapidares de Euclides da Cunha (1866-1909) diz: “Chamamos política a uma grande conspiração contra o caráter nacional”. O escritor, que era um apaixonado pela vida no sertão – conforme fica claro em poemas escritos ainda adolescente -, tem indiscutível proeminência na questão da identidade nacional, assim como sua obra “Os sertões” é esteio ao se evocar as desigualdades assentes no solo brasileiro, ainda mais vigorosa quando entra em pauta a negligência com os muitos sertões do país. O escritor tanto viu a multiplicidade do território sertanejo que distinguiu sua obra mais relevante no plural. O livro foi de tal modo impactante que esgotou na primeira semana e Euclides foi conduzido à cadeira de número 7 da Academia Brasileira de Letras no ano seguinte, quando era presidente da ABL o escritor Machado de Assis.

Cunha (1902) sustentava o quanto “a guerra é uma coisa monstruosa e ilógica em tudo”, considerando o massacre de Canudos como “a luta mais brutal dos nossos tempos. Posto isso, comungamos da asserção do pesquisador Ricardo de Oliveira (2002):

Num país onde, de tempos em tempos, se tem a sensação da redescoberta, qualquer análise que se queira fazer sobre a sua realidade acabou, ao longo deste século, resvalando em *Os Sertões*. Portanto, falar em sertão significa falar em brasilidade. (Oliveira, 2002).

A autora desta investigação, se perguntado fosse sobre o porquê de ler “Os sertões” hoje, assim responderia: “Porque é preciso compreender onde está alojada a matriz das desigualdades sociais do país e pela necessidade e urgência de se instigar reflexões que contribuam para provocar indignação com o que estamos vendo acontecer no Brasil hoje, de forma tão brutal e sem respostas condizentes”.

Figura 3 – Trajetória de Lula reflete fortaleza detectada por Cunha no sertão baiano.



Fonte: quadro criado pela autora com imagens do Google.

Felizmente, as eleições presidenciais foram ganhas no segundo turno, realizado em 30 de outubro, pelo candidato que defende a democracia e o combate aos preconceitos de todas as espécies, entre os quais incluem-se o racismo, a xenofobia, a misoginia e o machismo, e cujo programa de governo contempla um conjunto de direitos fundamentais, responsáveis por dar a ele - e a coligação de 10 partidos que o apoiam - a esperada vitória para o cargo majoritário do país. Lula volta ao comando da nação em 01 de janeiro de 2023, tendo sido eleito com mais de 60 milhões de votos.

Não há razão para esconder o enorme contentamento com este momento nacional, no qual todas as esperanças estão em volume máximo à espera de ver, novamente subindo a rampa do Palácio do Planalto, o presidente que chega o seu terceiro mandato popular –feito inédito na história da República –, depois de ter deixado o poder com 87 % de aprovação. É um filho legítimo de Pernambuco, retirante do sertão nordestino, que assina no Livro de Ouro da História a confirmação de que estava certíssimo o escritor Euclides da Cunha (1866-1909) ao

deliberar que “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”. Qual um canudense redimido, Lula é agora a aguerrida esperança de 60 milhões de brasileiros, símbolo incontestado da pujança do sertanejo brasileiro.

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **Nordestino**: uma invenção do falo; uma História do gênero masculino. Maceió: Editora Catavento, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 5.ed. São Paulo: Editora WMF Martins, 2010. p.261-306.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2018.

COCA, Adriana Pierre. **Cartografias da teledramaturgia brasileira**: entre rupturas de sentidos e processos de telerrecriação. São Paulo: editora Labrador, 2018.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2017.

DEBS, Sylvie. **Os mitos do sertão**: emergência de uma identidade nacional. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2010.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Euclidiana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente**: O tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: editora UNESP, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **A análise crítica da narrativa**. Brasília: UNB, 2013.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993.

TELES, Gilberto Mendonça. **Olu(g)ardos Sertões**. Verbode Minas—Letras on-line. Juiz de Fora, v. 8, n. 16, p. 71 – 108, jul./dez. 2009

CAPÍTULO 9

A SUDENE DO NORDESTE: O PAPEL DE DINARTE MARIZ, PLANOS E PROJETOS PARA OS PROBLEMAS ENFRENTADOS COM AS SECAS NO NORDESTE BRASILEIRO (1954-1959)

Larisse Santos Bernardo

Doi: 10.48209/978-65-84959-95-9

Introdução

O trabalho em questão, tratará da figura de Dinarte Mariz como governador do Estado do Rio Grande do Norte, observando por sua vez, a participação e sua colaboração como representante do espaço citado, no que diz respeito ao plano de construção da SUDENE, para o desenvolvimento da região Nordeste, a qual é marcada pelas grandes secas causadas por um fenômeno natural, mas notadamente também, pelos descasos políticos e a falta de investimentos na referida região.

Assim, para adentrarmos na questão central deste trabalho, é necessária por sua vez, situar o leitor, partindo da informação sobre quem era Dinarte Mariz. Para isso, aqui abordaremos de forma sucinta a história de vida deste homem público, de Dinarte de Medeiros Mariz¹, assim registrado, mais conhecido por seu segundo sobrenome Mariz. Observando a vida e sua trajetória política, o artigo intitulado *Período Republicano* da fundação José Augusto, o mesmo descreve que

¹ Ver em: Maia, 2005, p. 220.

Dinarte de Medeiros Mariz, nasceu na Fazenda Solidão em Serra Negra (RN)² no dia 23 de agosto de 1903, filho de Manuel Mariz Filho e de Maria Cândida de Medeiros Mariz o quinto entre quatorze filhos do casal. Seu avô, José Bernardo de Medeiros, foi constituinte em 1891 e ocupou uma cadeira no Senado Federal de 1890 a 1907. Com vinte e um anos de idade, Dinarte Mariz contrai matrimônio com Diva Wanderley, filha de Virgolino Pereira Monteiro, comerciante no setor pecuário e político de Campina Grande – PB.

Sobre sua relação e ligação com a política, Dinarte Mariz faz parte de duas importantes famílias tradicionais da região do Seridó norte-rio-grandense, sendo por parte de mãe, dos Tomás de Araújo e dos Medeiros Rocha e por parte de pai, dos Pereira Monteiro. Ambas as famílias eram donas de terras, com fazendas e com a plantação e produção do algodão que nesse período era a base da economia dessa extensão. Assim sendo, segundo Agaciel da Silva Maia Dinarte, “[...] se sentia o porta-voz de duas famílias tradicionais da região e entendia que o Seridó, incrustado dentro do Rio Grande do Norte e este dentro do Nordeste brasileiro, constituía, por assim dizer, uma civilização à parte.” (Maia, 2005, p.20).

Antes de adentrarmos sobre a vida política de Mariz, é de bom grado expor, por sua vez, a ocupação do mesmo antes de enveredar na carreira política. Então, Dinarte de Medeiros Mariz foi um remanescente da cultura algodoeira e da pecuária, ou seja, um comerciante que por sua vez comandava política e economicamente a região do Seridó. Mediante a esse contexto, ficou evidente que sucedeu partir da região habitada pelo referido acima, precisamente, da cidade de Caicó, que fica localizada no Estado do Rio Grande do Norte – RN, na região Seridó³. Assim, foi através desse lugar que propiciou a criação de um grupo

2 [...] O professor Vergniaud Lamartine Monteiro explica o nome da região no semi-árido nordestino: “Os primeiros batedores da região, localizados na fralda sudeste da serra, verificaram serem as suas encostas acentuadas noruegas, as quais davam à serra aquele lugar, ao tempo imerso em vegetação sombria e matarias virgens, um aspecto negro”. Na região, além da vegetação de menor porte, convivem o juazeiro, a oiticica, a jurema, o angico e o pau-d’arco. É o coração do Seridó. (Lima, 2003, p. 39-40).

3 O Seridó é uma civilização solidária. Desde que consideremos civilização num conceito menos amplo que os que se aplicam à nação. Região desfavorecida pelo clima, nuvens e chão, é beneficiada pelo homem, sua vontade, sua decisão. E pelas bênçãos de Deus. (Lima, 2003, p. 57).

A civilização do Seridó é uma herança cultural que se baseia em vontade coletiva, impossível de ser

oligárquico⁴ – familiar, que apareceu com o desenvolvimento da cotonicultura, representado pelo seu líder maior, o coronel José Bernardo de Medeiros.⁵

Seu primeiro ato político se deu no ano de 1927, com apenas 24 anos de idade, quando solicitou a intendência, ou seja, a prefeitura da cidade de Serra Negra do Norte. Esta reivindicação, por sua vez, não obteve resultados, uma vez que, a família na época pensou que não era a vez dele, fato que o deixou bastante angustiado, caso este que foi confirmado por Olavo de Medeiros Filho:

Conversando certa vez no alpendre da fazenda Solidão, perguntei a Dinarte Mariz quais os motivos que o teriam levado a participar da Revolução de 1930, sendo ele parente e conterrâneo do Governador Juvenal Lamartine de Faria, deposto pela referida Revolução, dando uma risada, afirmou-me Dinarte Mariz que tudo teria origem em um pedido que ele fizera a Juvenal Lamartine propondo-se a ser prefeito de sua querida cidade Serra Negra do Norte. O pedido provocou gargalhadas em Juvenal, que descartou a pretensão do parente, pessoa que, segundo ele, não preenchia as condições exigidas para ocupar a chefia da edilidade. (Lima, 2003, p. 166).

Então em 1929, durante o governo de Washington Luís (1926-1930), era comerciante de algodão em Caicó (RN), e ingressou na Aliança Liberal⁶ — agrupamento político oposicionista formado basicamente pelos partidos republicanos mineiro e gaúcho, pelo Partido Democrático (PD) paulista e pelo situacionismo

medida, incomensurável. Tem por base suas propriedades rurais que são historicamente unidades autônomas, sustentadas pela produção de gado, pela produção agrícola e pelos peixes que povoam as centenas de pequenos açudes cavados pela mão do homem. (Lima, 2003, p. 58).

4 A oligarquia se compõe necessariamente daquele grupo minoritário que, por meio da divisão organizacional do poder, logra ocupar posições institucionais que lhe permitem tomar decisões que afetam os interesses coletivos de forma infensa a controle. (Couto, 2012, p. 48)

Essa concepção da “classe política” é importante na construção de um conceito descritivo de oligarquia porque é ela que permite pensar nos “oligarcas” como um grupo de poder específico e na “oligarquia” como a forma de predomínio desse grupo, que se distingue dos demais não por sua origem de classe, mas pelo papel organizacional específico que desempenha. (Couto, 2012, p. 48).

Aqueles que se profissionalizam como dirigentes partidários, retirando dessa condição seus ganhos e seu status, mas também desfrutando de condições diferenciadas de poder organizacional, rapidamente adquirem as condições para se formarem uma oligarquia. O que permite a sua transformação em oligarcas não é apenas a sua conversão em profissionais da política (embora esta seja uma condição necessária), mas a detenção de um poder na organização não desfrutado pelos demais. Noutros termos, a organização é capturada pelos dirigentes, e isto é o que lhes converte em oligarcas. (Couto, 2012, p. 48)

5 Ver em: Lamartine, 2003, p. 187.

6 A Aliança Liberal foi formada em 1929 por setores dissidentes da oligarquia paulista e mineira insatisfeita com o sistema excludente. (Spinelli, sd., p. 15).

paraibano apoiando a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência da República nas eleições de março de 1930. Contudo, o candidato eleito foi Júlio Prestes, apoiado pelo presidente Washington Luís. A derrota de Vargas, aliada ao assassinato de João Pessoa no mês de julho em Recife, provocou a eclosão do movimento revolucionário de outubro de 1930, ao qual o então Dinarte Mariz sob o comando do capitão do exército Abelardo Torres da Silva Castro participou da revolução no Rio Grande do Norte.

Dinarte Mariz assim como ficou conhecido, ingressou na vida pública com seu primeiro cargo político como prefeito da cidade de Caicó, aos 27 anos de idade, cargo do qual se afastou após dois anos em face de seu apoio ao Movimento Constitucionalista de 1932, o que lhe valeu três prisões no Rio de Janeiro. Como homem bem articulado e inquieto que era, de volta ao seu estado natal fundou o jornal “A Razão” e foi um dos fundadores do Partido Popular ao tempo em que prosperavam seus negócios com o algodão. Mediante ao desenvolvimento do mesmo nos atos políticos, e através de seu forte desempenho como figura política exerceu o mandato de senador por quatro vezes, tendo sido a última por escolha indireta do presidente da República. Nessa linha de influência por mais de uma vez, foi 1º secretário do Senado, um dos cargos mais importantes daquela Casa legislativa.

Nessa trajetória e dentro desse contexto, Dinarte Mariz não parou e seguiu em frente com suas articulações e artimanhas para conseguir seus objetivos. Com alianças familiares e proximidades políticas, principalmente, com o seu primo José Augusto Bezerra de Medeiros⁷, fundou o partido da UDN (União Democrática Nacional), este instituído oficialmente em nível nacional em 7 de abril de 1945, que por sua vez, congregava forças diversas e até antagônicas, em uma extensa frente de oposição ao governo Vargas. Sobre a composição e as alianças do partido:

⁷ Este por sua vez, ex-governador do Estado do Rio Grande do Norte e com forças políticas na região do Seridó.

Presidente: José Augusto; vice-presidente: Dinarte Mariz; secretários: Luiz Antonio dos Santos Lima e Djalma Marinho; tesoureiro: Severino Alves Bila. O diretório possuía ainda uma comissão de articulação com o interior e uma comissão de imprensa. Os Diários Associados estavam representados por Edilson Varela e Américo de Oliveira Costa. (O Diário, Natal, 6 de jul. 1945, p. 1).

Então, nesse período para além da criação e fundação do partido da UDN, Dinarte Mariz lançou-se a candidato ao Senado pela UDN, este por sua vez, não alcançou êxito no pleito eleitoral de 1945. Portanto, Dinarte Mariz foi um homem destemido, com personalidade forte e que não media esforços para alcançar seus objetivos. No ano de 1950 lança sua candidatura ao governo do Estado do Rio Grande do Norte, mas, em acordo com José Augusto Varela não concorreu as eleições, e sim, voltando a concorrer ao Senado Federal na legenda da UDN, que por sua vez, saiu novamente derrotado.

No pleito de 1954 Dinarte Mariz, favorecido por um acordo firmado com seu adversário, o pessedista Georgino Avelino, elegeu-se senador pelo Rio Grande do Norte como candidato da coligação UDN-PSP-PSD. Pouco tempo depois de assumir a cadeira como senador, Mariz em fevereiro de 1955 lançou sua candidatura ao governo do Estado do RN com o apoio do Presidente da República João Café Filho, obtendo resultados positivos. Portanto, no pleito de outubro de 1955 foi eleito governador do Rio Grande do Norte.⁸

Então, é a partir desse contexto, de Dinarte Mariz, governador do Estado do Rio Grande do Norte, que versaremos as compreensões em torno dos estudos sobre os debates e a relação de Dinarte Mariz com a Sudene, no que diz respeito as ações e as obras ligadas as secas no Rio Grande do Norte. Assim, trataremos dos projetos, trabalhos e planejamentos acerca dos problemas frequentes que assolavam a região Nordeste, a partir do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, o Seminário do Nordeste que ocorreu em Garanhuns em 1959, o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – CODENO, órgão que se efetivou através do Seminário ocorrido em Garanhuns e a Superintendência do

⁸ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dinarte-de-medeiros-mariz> Acesso às 15:10min do dia 15/09/2021.

Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Nessa perspectiva, veremos o plano de ações apresentado para a referida região, os subsídios para a estruturação de uma política de desenvolvimento para a região Nordeste.

Dinarte e a SUDENE do Nordeste

Para a compreensão da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste a SUDENE, é fundamental partirmos das observações feitas anteriormente no que diz respeito a instituição, como também, olharmos para outros grupos que antecederam sua efetivação e que estão na base do seu alicerce, dando sustentabilidade para a implementação do referido órgão, como é o caso do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, o Seminário do Nordeste que ocorreu em Garanhuns, desembocando por sua vez no Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – CODENO que, a posteriori implementou a Sude ne através da Lei Federal nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, do Congresso Nacional, promulgada pelo presidente Juscelino Kubitschek.⁹

Toda essa conjuntura por trás desses órgãos voltados para o desenvolvimento do Nordeste, procurou os mesmos fugir do que até então era praticado nessa caminhada acerca do progresso e melhorias para a região Nordeste que, até então, se davam através dos projetos de açudagens. Nesse encadeamento, o povo nordestino, por sua vez, vivenciou duas grandes secas na década de 50, sendo uma no ano de 1951 e a outra no ano de 1958, observou segundo Toledo, “o Nordeste passava por um dos seus piores momentos. Uma grave seca atingiu a região, afetando de forma intensa a produção de alimentos.” (Toledo, 2013, p. 15). Diante dessa situação, um cenário marcado por um resultado desastroso, fica em evidência que houve falhas no processo dos diagnósticos, até então, feitos sobre a região Nordeste com os efeitos da seca de 1958. Dessa maneira, para Toledo “Não se tratava apenas de construir açudes de irrigação, conforme vinha

⁹ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-do-nordeste-sudene> Acesso às 17:30 do dia 15/09/2022.

sendo feito pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)¹⁰.” (Toledo, 2013, p. 15).

Assim, para desvincular-se destes processos de construções de açudes de irrigação que, controlavam e desenvolviam as melhorias para o Nordeste, despontou assim, a visão de novos direcionamentos de políticas e investimentos para a região supracitada que, por sua vez nasce através do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, a partir das circunstâncias formadas pela seca de 1958, gerou dessa maneira, preocupações ao governo federal. Mediante situação, o governo em busca de soluções para resolver os problemas que assolavam a região devido as grandes estiagens, tomou por decisão a “[...] convocação de Celso Furtado, que voltava de Cambridge na Inglaterra, para apresentar um programa de ação para tratar dos problemas no Nordeste.” (Toledo, 2013, p. 16).

É nesse contexto que Celso Furtado elabora no ano de 1959 “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, com base em Pinto “[...] é a gênese das estratégias de planejamento para a região, idealizadas a partir do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), de redação e coordenação de Celso Furtado.” (Pinto, 2020, p. 55). A incumbência deste relatório, também conhecido como o relatório da GTDN, segundo Pinto foi produzido no final do governo de Juscelino Kubitschek que, por sua vez, deu forças na proposição da elaboração do projeto para a Sudene.

Assim, o relatório da GTDN, é por sua parte uma “Demanda do próprio Presidente da República, visava estabelecer uma alternativa que garantisse visibilidade política para as ações do Governo Federal na região, a fim de dirimir algumas das consequências nefastas da seca de 1958 para a população e para a economia nordestina.” (Pinto, 2020, p. 55). Dessa maneira, furtado inicia seus trabalhos observando primeiramente as consequências da seca e a situação de desigualdade presente na região estudada. Outro fator que corroborou dentro dos seus estudos diagnósticos, foi também segundo Pinto referia-se ao capital po-

10 Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-nacional-de-obras-contra-as-secas-dnocs> Acesso às 20:10 do dia 16/09/2022.

lítico de Kubitschek, uma vez que, os seus adversários da União Democrática Nacional elegeram cinco governadores nos Estados do Nordeste.

O plano de ações para o progresso do Nordeste está presente no documento elaborado pelo GTDN em 1959, do que dispõe como um “documento que compreende uma análise sucinta do problema que representa o Nordeste, no quadro do desenvolvimento econômico nacional, e um conjunto de recomendações [...]” (GTDN, 1959, p. 7). O referido trabalho, “Está dividido em cinco seções: “Introdução”, “O Nordeste na economia brasileira”, “Elementos dinâmicos da economia do Nordeste”, “Aspectos econômicos do problema das secas” e “Plano de Ações”. (Pinto, 2020, p. 57).

No referido relatório, o mesmo apresenta os pontos centrais e as diretrizes que orientam a análise do mesmo. Entre as recomendações, segundo o GTDN estão: a disparidade de níveis de renda existente entre o Nordeste e o Centro Sul; o ritmo de crescimento da economia nordestina; a experiência do último decênio que aborda a ausência de compreensão dos problemas recorrentes na região; as transferências de recursos reais provocados pela política cambial e de seleção de importações; o desenvolvimento da economia nordestina que faz jus “ao elemento fundamental da economia nordestina, o *quantum* de suas exportações” (BRASIL, 1959, p. 9); a regressividade do sistema tributário federal; aumentar as exportações de produtos primários; tratar da economia da zona semiárida do nordeste e o combate aos efeitos da secas.¹¹

Dentro desses pontos centrais destacados acima, o relatório especifica no ponto décimo primeiro traz a estruturação do trabalho desenvolvido destacando, “O Plano de Ações apresentado neste documento está estruturado em torno de quatro diretrizes básicas:” (BRASIL, 1959, p. 12). Das quais são:

- a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira.
- b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada.

11 Ver detalhado cada uma delas em: BRASIL. GTDN: **Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste**. In: Departamento de Imprensa Nacional (org). Rio de Janeiro. 1959.

c) transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida. (BRASIL, 1959, p. 12).

Assim, as diretrizes que embasam o relatório da GTDN, enfocam justamente no projeto de desenvolvimento do Nordeste no que tange as políticas públicas e investimentos, servindo, por sua vez, como a ponte para o diálogo acerca da prosperidade de uma região que apresenta totalmente problemas sociais. Dessa maneira, observando as diretrizes supracitadas, percebemos que as mesmas norteiam um plano do qual procura-se ampliações na área das indústrias, da produção agrícola que promova a economia das áreas áridas e semiáridas da região abordada. Dessa forma, o relatório coordenado por Celso Furtado serviu de base para o projeto e efetivação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste a Sudene.

Nessa perspectiva, outros caminhos foram trilhados para se chegar realmente a Sudene e, nessa trajetória veio ao cenário de projeções para o Nordeste o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – CODENO, como também a posteriori o Seminário do Nordeste. Assim sendo, à vista disso, é publicado no periódico *Diário de Pernambuco* no dia 05 de Fevereiro de 1959, uma quinta-feira a matéria comunicando aos leitores que o “Seminário do Nordeste será feito em Garanhuns” (*Diário de Pernambuco*, 1959, p. 6), município localizado no Estado do Pernambuco. O jornal, também, traz uma outra notícia que chama atenção dos leitores: “Indústria e Não Açudes Para o Nordeste”, solução está apontada pelo economista Celso Furtado que, por seu turno, era diretor do BNDES e coordenou o Seminário do Nordeste e foi Diretor Executivo do CODENO e da SUDENE.

No que diz respeito, a notícia publicada acerca do Seminário do Nordeste pelo jornal *Diário de Pernambuco*, a mesma foi por sua vez disseminada bem antes da instalação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – CODENO.

Como citado anteriormente, o mesmo partiu de uma sugestão da Federação das Indústrias e acatada pelo sr. Lídio Lunardi, de acordo com Centro, “O objetivo era o de captar recursos e obter investimentos para o Brasil, para que fosse possível enfrentar os problemas urgentes de irrigação nordestina e também lançar a Operação Nordeste.” (CENTRO, 2011, p. 27, *apud* PIO JÚNIOR, 2018, p. 46).

Ainda em se tratando do Seminário do Nordeste, do qual Pio Júnior aponta que contou com diversos convidados e representantes de órgão governamentais, bem como de organismos internacionais. Dentre os convidados nacionais, o evento “[...] contou com a presença do presidente JK, de nove governadores da região e ministros de Estado.” (CENTRO, 2011, p. 27). Para além dos requisitados acima, de acordo com o Centro, como forma de “obtenção de investimentos no Brasil, também foram convidados grupos financeiros dos seguintes países: França, Bélgica, Japão, Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Israel (este, convidado em virtude da sua experiência em recuperação de regiões secas) e Alemanha Ocidental. (CENTRO, 2011, p. 27).

Dentre os organismos internacionais pode se listar: a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização Pan Americana (OPA), e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (CENTRO, 2011, p. 27, *apud* Pio Junior, 2018, p. 46). Os referidos acima, foram por sua vez convidados, tendo em vista o intuito para a obtenção de recursos para o Brasil, dos quais fossem investidos dando prioridade aos problemas mais urgentes do Brasil.

No que diz respeito aos debates dos quais permearam o Seminário do Nordeste, estiveram os mesmos embasados da seguinte maneira:

No seminário foram tratados os problemas nordestinos e questões da indústria. Em síntese, lá foram discutidas recomendações para a política da indústria e dos governos sobre os seguintes assuntos: reforma agrária, instalação de usinas siderúrgicas no Nordeste, financiamento dos empreendimentos regionais, produção de alimentos, emprego de mão de obra, instalação da rede de frigoríficos (plano de eletrificação), reforma do código de pesca, incentivo a cooperativas de pescadores. (CENTRO, 2011, p. 27).

Assim, percebemos que os diálogos e discussões presentes no evento supracitado foram tomados com a finalidade de pôr em prática o desenvolvimento, o progresso, melhorias e de mudanças que favorecessem o povo da região Nordeste, algo que veio desenrolando com o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN.

Falado sobre o Seminário do Nordeste, um outro determinante para a implantação da Sudene foi o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – CODENO, que foi fundado no dia 25 de Abril de 1959, estabeleceu suas atividades no Teatro Santa Isabel, localizado na cidade de Recife¹². Do mesmo modo, os jornais estiveram atentos as movimentações acerca das solenidades em decorrência da instalação do CODENO e, o jornal *Diário de Pernambuco*, publicou a seguinte manchete: “ESPERADOS HOJE, GOVERNADORES DO NORDESTE: INSTALAÇÃO DO CODENO.” Abaixo, com um letreiro menor diz: Chegará também o economista Celso Furtado – Homenagens ao sr. Chagas Rodrigues.”¹³ Com isso, “O órgão surgiu a partir de outro anterior, conhecido como Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), criado um ano antes por Furtado”. (Pio Júnior, 2018, p. 46).

Para a instituição do CODENO no Estado do Recife, estiveram presentes o Presidente da República, Juscelino Kubitschek. Junto ao chefe de estado estavam, o ministro da Viação e Obras Públicas Lúcio Martins Meira e cinco congressistas que são Etelvino Lins, Aluízio Alves (presidente da Comissão do Polígono das Secas), José Candido Ferraz, Dino Ferreira e Colombo Souza. Estiveram presentes neste ato, os nove governadores dos Estados da região Nordeste, dos quais são: Matos Carvalho (Maranhão), Chagas Rodrigues (Piauí), Parsifal Barroso (Ceará), Dinarte Mariz (Rio Grande do Norte), Pedro Gondim (Paraíba), Cid Sampaio (Pernambuco), Luiz Garcia (Sergipe), Juracy Magalhães (Bahia), coronel José Francisco da Costa (Território Federal de Fernando de Noronha).¹⁴

12 Disponível em: <http://procondel.sudene.gov.br/NoticiaDetalhes.aspx?id=1078> Acesso às 14:23 do dia 17/09/2022.

13 Ver em: *Diário do Pernambuco*, 24 de abril de 1959.

14 Disponível em: <http://procondel.sudene.gov.br/NoticiaDetalhes.aspx?id=1078> Acesso às 16:10 do dia 17/09/2022.

A primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – CODENO¹⁵, teve como presidente o excelentíssimo conselheiro o governador Cid Feijó Sampaio do Estado de Pernambuco. O mesmo foi indicação e Celso Furtado e aceito por unanimidade pelos demais conselheiros. O encontro, tem como objeto principal a “[...] pauta da presente sessão é a discussão do Regimento Interno (CODENO, 1959, p. 1). Tratando por sua vez, dos reajustes e esclarecimentos dos artigos que compunham e norteiam a estrutura do Conselho, observando mudanças apresentadas pelos referidos conselheiros que formavam a referida reunião.

Dessa maneira, reporto-me para a Ata referente a primeira sessão da quarta reunião extraordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste ocorrida no dia primeiro de outubro de 1959, no Teatro Santa Rosa, na cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, às nove e trinta horas¹⁶, presente todos os governadores Conselheiros e representantes das Forças Armadas, do Ministério da Agricultura, da Comissão Vale do São Francisco, Ministério da Viação e Obras Públicas, Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Saúde, do Banco do Nordeste do Brasil, o diretor geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, pelo Diretor Executivo do referido órgão, secretariada pelo Assessor Especial do Codeno.

A assembleia, tem como presidente o Excelentíssimo Conselheiro Governador Pedro Moreno Gondim, dirigente do Estado da Paraíba, do qual foi escolhido por unanimidade para presidir a sessão. Nesse sentido, partiram as discussões, primeiramente, com a exposição do relatório mensal feito pela Secretaria

15 Durante o período em que esteve atuante o CODENO, desenvolveu dezesseis grupos de trabalhos dos quais abordavam assuntos como irrigação da região, eletrificação que não tinha em boa parte do Estado, como também da futura Sudene e a forma de coordenar os investimentos que fossem destinados a região Nordeste. Nesse contexto, outros assuntos permeavam os planos e projetos nos encontros, tais como: “[...] a ordenação dos investimentos públicos no setor de transporte, a questão energética para expandir a infraestrutura básica dos setores de produção, os estudos sobre os novos incentivos financeiros e fiscais para o setor privado e a formação de equipe especializada para realizar tarefas na nova autarquia.” (TAVARES, 2004, apud PIO JÚNIOR, 2018, p. 48).

16 Ver em: CODENO, 1959, p. 83.

Executiva. O Conselheiro Celso Furtado, parte da sua apresentação falando que todos os trabalhos desempenhados pela Diretoria Executiva no decorrer do último mês:

Estiveram influenciados pela tramitação, no Senado Federal, da Lei que cria a UDENE. Diz que todas as emendas sugeridas por este Conselho Deliberativo ao Senado Federal foram aceitas pelas Comissões Técnicas e aprovadas pelo plenário do Senado. Que houve outras emendas vieram contribuir, efetivamente, para melhorar o projeto, e outras pretendem dar mais forças a este órgão. Outras emendas exigiram uma ação mais presente da Diretoria Executiva, como por exemplo as que modificaram o espírito original do projeto. (CODENO, 1959, p. 84).

Dessa maneira, os trâmites para a Lei que cria a SUDENE, esteve por sua vez, sempre presente nas pautas colaborativas das reuniões do CODENO, e ordinariamente, eram encaminhadas ao Senado, para leitura e votação para a implementação da mesma, transitando necessariamente, nos outros departamentos fundamentais e essenciais para a sua aprovação. O trabalho desempenhado, desde e os princípios do GTDN até a composição do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste foi primordial para a institucionalização da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Deste modo, Furtado diz que, “[...] o projeto entrado hoje na Câmara Federal é possível que dentro de quinze dias tenhamos sancionada a lei que cria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.” (CODENO, 1959, 85).

Portanto, o projeto foi aprovado e tornou-se Lei Federal. A Lei de Nº 3.692, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1959, institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. “O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art 1º É criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), diretamente subordinada ao Presidente da República, administrativamente autônoma e sediada na cidade do Recife.” (BRASIL, 1959, p. 1). Composta por 31 artigos, a aprovação definitiva do projeto SUDENE, veio substituir dois órgãos que a precederam como o GTDN e o CODENO que, por sua vez, foram de suma importância para implantação da mesma.

Desta maneira, a SUDENE, órgão que foi estabelecido por Lei em 15 de dezembro de 1959, esteve presente em todas as pautas das reuniões do CODENO, por ser objetivo central de implantação para região Nordeste, tendo em vista, a vontade de conquistar esta luta a favor do desenvolvimento e crescimento para o referido espaço acima destaque. Sendo assim, como discorrido anteriormente sobre o processo que conduziu a sua criação e efetivação, aqui nesta sessão, trabalharemos a narrativa deste módulo, a partir da participação e atuação do Governador do Rio Grande do Norte, Dinarte Mariz, com intuito de compreender qual foi atuação de Dinarte Mariz na Sudene, os debates que permearam as reuniões e como se deu o posicionamento de Dinarte em relação aos debates, as ações sobre o interior e as obras que ligam a seca, fenômeno que atinge diretamente os nordestinos. Enfim, o governante que fez parte desta instituição como Conselheiro representando o seu Estado.

Dentre os nove Conselheiros do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, Dinarte Mariz teceu importantes falas e posicionamentos quanto ao processo de engajamento e solidificação das instituições aqui abordadas, a começar pelo CODENO e, posteriormente, para o que virou a Sudene. Assim sendo, retornando à Ata referente a primeira reunião que aconteceu no dia 26 de abril de 1959, no auditório da Delegacia Federal de Saúde da 5ª Região, na cidade do Recife, capital do Estado do Pernambuco, às 9.40/horas¹⁷, sucedeu o encontro de todos os governadores, dentre eles Mariz, representantes dos ministérios da Educação e Cultura, da Saúde, da Fazenda, das Forças Armadas, da Agricultura. Trataram na sessão, sobre o Regimento Interno que norteia a base do projeto de lei de institucionalização do referido órgão, o qual o senhor Governador do Rio Grande do Norte, satisfeito com as proposições colocadas em pauta, foi satisfatório e colaborou com os devidos reajustes necessários naquele momento.

Na segunda sessão extraordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, realizada no dia 26 de abril de 1959, no audi-

¹⁷ Ver em: CODENO, 1959, p. 1.

tório da Delegacia Federal de Saúde da 5ª Região, na cidade do Recife, capital do Estado do Pernambuco, às 15.00 horas, estiveram presentes todos os Conselheiros e demais representantes dos ministérios e corpo administrativo do referido entidade. Neste encontro, tratou-se do programa de política de desenvolvimento para o Nordeste, dos quais focalizava três importantes setores que, por sua vez, fossem atendidos pelo Governo Federal através de um grupo composto por técnicos especializados em “[...] 1º) Infra-estrutura de transporte; 2º) Suprimento de energia elétrica e, 3º) Economia de resistência às secas. Frisando a aplicação de verbas, inclusive do plano único de eletrificação para todos os Estados do Nordeste [...]” (CODENO, 1959, p. 4).

Nesse sentido, Furtado, destacou que, estava tramitando o projeto de obtenção e aplicação de verbas orçamentárias para o exercício do ano em questão, por intermédio do CODENO. Nesse ponto de vista, o Conselheiro Rômulo Almeida, representante do Governador do Estado da Bahia, observou, por conseguinte, que, “parte das verbas são destinadas a municípios sem recursos técnicos próprios para execução de obras tão vultosas, sugerindo, diante do fato, a liberação de verbas globais para um único plano de eletrificação.” (CODENO, 1959, p. 4-5).

No decorrer da assembleia, outros assuntos foram incorporados e discutidos pelos mentores presentes, abordando, por conseguinte, através de Francisco das Chagas Rodrigues, Governador do Estado do Piauí, que, versou sobre a necessidade de fazer estudos para a integração do rio Paraíba na economia regional, e o mentor Luiz Garcia, Governador do Estado de Sergipe, solicitou especial atenção ao CODENO, acerca da industrialização da soda cáustica em Sergipe. Posteriormente, o Conselheiro Dinarte Mariz, Governador do Estado do Rio Grande do Norte, “que teceu considerações sobre os problemas da construção dos portos de Macau e Areia Branca, ressaltando a importância dos mesmos dentro da economia regional.” (CODENO, 1959, p. 5). Dessa forma, Furtado, “esclarece que o problema será estudado por um Grupo Técnico que verificará as possibilidades do seu atendimento. (CODENO, 1959, p. 5). Com isso, Mariz buscou pontuações

que viessem a favorecer a economia do Estado do Rio Grande do Norte, tendo em vista as diversas dificuldades enfrentadas perante aos períodos secos.

Diante disso, em se tratando no que diz respeito a questões econômicas, o Conselheiro Afonso Albuquerque, fez questionamentos sobre a liberação de verbas destinadas ao plano rodoviário, que, por sua vez, já estava em andamento e supervisionado pelo ministro da guerra. Em andamento na referida sessão, o Governador Chagas Rodrigues voltou a se posicionar acerca da possibilidade da construção de uma barragem no Rio Parnaíba, e, segundo Celso Furtado, “[...] que um Grupo Técnico realizará estudo sobre a valorização do Parnaíba, lembrando que já existe projeto feito pelo DEOPS.” (CODENO, 1959, p. 5). Desse modo, o Conselheiro Dinarte Mariz, mediante debate, solicita na presente reunião:

que se procedam os estudos sobre os sistemas fiscais vigentes na região tendo em vista uma redução de tarifas, adiantando que se deve determinar um grupo de trabalho para apreciar as sugestões. Ainda o mesmo conselheiro propõe a abertura de crédito especial para auxílio ao pequeno agricultor que está sofrendo os efeitos da falta de chuva, por intermédio do Banco do Nordeste, uma vez que este estabelecimento não está realizando, no momento, o referido tipo de financiamento. (CODENO, 1959, p. 6).

Por conseguinte, levou a outro debate no que se refere ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, no que diz respeito ao seu papel, como fator de ajuda e atuação no chamado Polígono das secas, territórios dos quais são afetados amiudadamente por alongados processos de estiagem. Em vista disso, o Conselheiro Almeida destaca que o BNB poderia ou deveria ter acelerado seus planos, como forma de desenvolver financiamentos a longos prazos que pudessem dar suporte à agricultura e à indústria, uma vez que, estes setores são diretamente atacados. E quanto a questão da indústria, a mesma é fator primordial no projeto da Sudene, quanto ao processo de desenvolvimento e reorganização da economia do Nordeste. Mediante a isso, o que se esperava é que o mesmo, por sua vez, trouxesse “[...] inclusive as operações de “underwitting”¹⁸ e de participações, seja diretamente - através de uma carteira sua – seja através de empresa de investimento subsidiária.” (CODENO, 1959, p. 6).

18 Tradução da palavra: “underwitting” - subestimar. Que tem como significado, segundo dicionário, “não dar a devida estima, valor ou apreço a alguém ou alguma coisa.

Dessa maneira, o que ficou perceptível e claro quanto ao BNB através das palavras de Conselheiro Rômulo Almeida é que,

Entretanto, observa que é preferível algum retardo nessas operações a terem sido elas desenvolvidas sem um mínimo de segurança técnica – pois alguns erros maiores poderiam desmoralizar o Banco, quando não comprometê-lo financeiramente. Registra o desenvolvimento recente da CARIN (Carteira Industrial), bem como da CARUR (Carteira Rural), ensaiando esta – embora ainda timidamente – novos métodos de operação, já cogitados desde o período inicial do Banco. (CODENO, 1959, p. 6).

Assim sendo, havia outros fatores dos quais, pareceram maiores do que o próprio objetivo de favorecer os Estados, tendo em vista que necessitavam do auxílio e crédito financeiro para provimentos de melhorias para os mais necessitados, mediante aos grandes efeitos ocasionados pelas secas na região abordada.

Considerações Finais

Corroborando com os trabalhos já desenvolvidos sobre “Dinarte”, o referido trabalho aqui desenvolvido, busca levar o leitor a um momento de reflexão sobre o processo de desenvolvimento para a região Nordeste, amparando-se por sua vez, na fundamentação e criação dos órgãos tais como: o GTDN, o Seminário do Nordeste, o CODENO e a SUDENE. Assim, através das análises feitas no decorrer dessa narrativa, em torno dos planos e projetos embasados pelos referidos órgãos, observamos o papel de Dinarte Mariz, então governador do Estado do Rio Grande do Norte, no período aqui abordado no presente estudo, apresentando juntamente com seus colegas governadores e conselheiros os caminhos que viessem ser favoráveis ao amadurecimento de políticas econômicas e públicas para o referido espaço. Dessa maneira, as investigações feitas nas Atas e nos Jornais, compreendem os discursos em torno da estruturação para o crescimento e desenvolvimento da região supracitada, em decorrência do cenário que todos conheciam e tinham consentimento do caos estruturado, pelos fatores naturais como também, de cunho político.

Fontes

BRASIL, Conselho do Desenvolvimento. **GTDN: Uma política para o desenvolvimento do nordeste**. 1º ed. Recife. 1959.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CEPÊDA, Vera Alves; MEDEIROS, Tiago Batista. O DASP e a formação de um pensamento político-administrativo na década de 1930 no Brasil. **Revista Temas de Administração Pública**, São Paulo, v. 4, p. 1-21, 2012.

BRASIL, **Lei nº 3.692, de 15 de Dezembro de 1959**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, v. 7. p. 1-7, 15 dez. 1959.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CELSO FURTADO. **Caderno de Desenvolvimento**. vol 6(8), maio de 2011.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CELSO FURTADO. **O Nordeste e a Saga da SUDENE:1959-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CELSO FURTADO. **Anos de Formação:1938-1948**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

Referências

AZEVEDO, Sandra Cunha de; SILVA, Elizangela Azevedo da. **Figuras e Imagens de Dinarte Mariz: cenas de sua trajetória político e social**. Monografia, Caicó – RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2004.

FURTADO, Celso. **A Fantasia Desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

LIMA, Neilane Ramos Rocha de. Os fundamentos teóricos para a criação da SUDENE: uma análise do pensamento de Celso Furtado e seu conceito de História. **INTELLÈCTUS (UERJ. ONLINE)**, v. 19, p. 129-155, 2020.

LIMA, Diógenes da Cunha. **Solidão, Solidões: Uma biografia de Dinarte Mariz**. 2ª ed. Brasília, 2003.

MAIA, Agaciel da Silva. **Dinarte Mariz Vida e luta de um potiguar.** / Agaciel da Silva Maia; (prefácio de Jarbas passarinho) – Brasília; A. da S. Maia, 2005.

MARIZ, Dinarte. **A Vida de um Revolucionário.** Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1980.

MEDEIROS, M. **Dinarte Mariz governou sem chá de cadeira.** Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1998.

NETO, Damião Ferreira da Silva. VIANA, João Paulo Teixeira. **Desenvolvimento regional do Nordeste:** um olhar sobre o GTDN; impressões e contribuições. Campina Grande - PB. I Congresso Internacional de Meio Ambiente e Sociedade, 2017.

PIO JÚNIOR, Edson Santos. **A Sudene de Celso Furtado na reforma do Estado (1959-1964).** Rio de Janeiro. Universidade do Grande Rio, 2018.

PINTO, Gustavo Louis Henrique. Celso Furtado, 100 Anos: Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste (1959). **Revista Economia & História**, São Paulo. p. 55-62, 2020.

SOUSA, Leorivan Romão de. **A cultura do algodão no Rio Grande do Norte na década de 1970.** 1996. Monografia (Graduação) – Curso de História, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1996.

TOLEDO, Pedro Henrique Vieira Martins. **O GTDN e a Sudene de Furtado no desenvolvimento econômico do Nordeste:** concepção e realidade. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2013.

CAPÍTULO 10

BARRAGEM ARMANDO RIBEIRO GONÇALVES: A RELAÇÃO ENTRE O DISCURSO DA SECA NO SERTÃO E A CONSTRUÇÃO DE UM RESERVATÓRIO ARTIFICIAL NO VALE DO BAIXO AÇU

Maiara Brenda Rodrigues de Brito

Doi: 10.48209/978-65-84959-95-A

Introdução

O vale do Açu é uma microrregião do estado do Rio Grande do Norte, composta por nove¹ municípios, e pertencente à Bacia Hidrográfica do rio Piranhas-Açu. Essa Bacia nasce em Santa Fé, território paraibano, e se estende até a cidade de Macau, no Rio Grande do Norte, lugar esse que registra o encontro das águas do rio com o oceano Atlântico. Embora os municípios do Vale do Açu pertençam a uma região de zona semiárida, a fertilidade do solo das várzeas, consagrou essa região como favorável para o desenvolvimento de atividades agropastoris. O Vale do Açu foi inserido no comércio global em virtude do desenvolvimento de atividade de fruticultura irrigada, implantada depois da segunda metade do século XX, com a execução do Projeto Baixo-Açu.

O projeto Baixo-Açu foi uma política pública modernizadora², direciona-

1 Açu, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Jucurutu, Pendências, Porto do Mangue e São Rafael.

2 A ideia da construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, remonta a primeira metade do século XX, quando em 1937, o atual DNOCS autorizou o início de estudos para a identificação de um espaço apropriado para tal obra. Em 1971, o Vale do Açu foi o espaço indicado para a instalação da barragem. No entanto, o projeto Baixo-Açu saiu do papel somente em 13 de julho de 1975, com o Decreto de número 76.046, durante o governo do presidente Ernest Geisel.

da para o interior do estado do Rio Grande do Norte, que objetivava amenizar as consequências dos ciclos de estiagens do interior do estado. Dividido em três etapas, essa ação implicou no barramento do leito do rio Piranhas-Açu³. A primeira fase do projeto consistia na construção da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, que atualmente é o maior reservatório artificial do estado. A segunda etapa caracterizaria a implementação de um programa de irrigação, e a terceira seria a instalação de um espaço voltado para atividades pesqueiras nas águas represadas. Os produtos frutos dos sistemas de irrigação seriam para o consumo nacional e internacional.

O Baixo Açu foi implantado durante um contexto político marcado por discurso desenvolvimentista, que apontava para eficiência técnica e administração moderna. Como fruto desses pensamentos, surgiram uma série de programas e planos para a sociedade brasileira, entre eles destaca-se o II Plano Nacional de Desenvolvimento⁴. Implantado em 1975, ele previa que até 1980 a sociedade brasileira alcançasse um patamar de industrialização e modernidade. Defendia que o desenvolvimento estaria atrelado à uma política de emprego, projetando o recebimento de salários, a elevação do consumo e, conseqüentemente, o aumento da economia. A qualificação da mão de obra seria dada por meio de educação e treinamento profissional.

A implantação desse projeto de açudagem no Rio Grande do Norte relaciona-se com avanço do modelo desenvolvimentista capitalista, atrelado à globalização, à reestruturação produtiva e ao neoliberalismo. Mas também se atrela ao discurso da problemática da seca no Nordeste. Tema sensível ao nosso estudo e a esse local, que possui a caatinga como vegetação predominante e está inserido no contexto do clima semiárido. Para tanto, o Baixo-Açu foi desenvolvido como o intuito de combater o subdesenvolvimento do sertão⁵, ou seja, além de amenizar

3 O rio Piranhas/Açu, nasce na Serra do Bongá, município de Bonito de Santa Fé, estado da Paraíba, e desemboca no município de Macau, litoral do Rio Grande do Norte. Seus principais afluentes são: rio Espinhara, Picuí e Seridó (Caldas, 2009).

4 Fundação Getúlio Vargas (2009b).

5 O conceito de Sertão será discutido a partir de reflexões e autores como Amado (1995), Moraes (2003) e Neves (2003), e versará sobre os aspectos simbólicos e ideológicos, desenvolvido ao longo do tempo, que pensa esse termo como categoria espacial, referenciando regiões e espaços marcados pela pobreza, seca e carentes de intervenções modernizadoras.

a fome e os efeitos da seca, o projeto traria desenvolvimento e progresso tecnológico para esse espaço, que é marcado por discursos e juízos de valores que foram modificados ao longo do tempo.

Diante disso, o objetivo dessa pesquisa é entender a relação entre a execução do Projeto Baixo-Açu e o discurso da seca⁶ sobre o Nordeste. Também pretende identificar que tipo de discurso⁷ era veiculado pelo periódico *O Diário de Natal*⁸, considerando a ideia de superação da condição sertaneja. O trabalho fundamenta-se na revisão da literatura do tema Barragem Armando Ribeiro Gonçalves e dialoga com os conceitos de Discurso, Sertão e baseia-se na Análise do Discurso.

O discurso da seca no sertão nordestino e o Projeto Baixo-Açu

A seca é um tema bastante debatido dentro da literatura, seja ela na condição de fenômeno climático, ou como causadora de problemas sociais, políticos e

6 O estudo do discurso da seca será viabilizado pelas reflexões do professor Albuquerque Júnior (1988). Em sua dissertação, ele analisou os motivos que levaram a seca de 1877/1879 a ser considerada um marco dentro das estiagens na região, hoje considerada Nordeste. Albuquerque Júnior diz que a seca 1877-1879 destacou-se em plano nacional em virtude de uma conjuntura socioeconômica que o Norte vivenciava: crise econômica dos preços de produtos de exportação (açúcar e algodão), perda de espaço político a nível nacional dos políticos da província do Norte, transição da mão de obra escrava para livre, descontentamento popular, crise e reorganização do poder no interior. Diante deste cenário, a estiagem atingiu não só os mais empobrecidos, mas também a elite. Desse modo, esta seca sintetizou em apenas um discurso, um conjunto de mazelas que esta região estava vivenciando.

7 Conceito discutido a partir da obra de Foucault (2002). O texto retrata uma aula inaugural realizada no 2 de dezembro de 1970 no Collège da França. Fala sobre o discurso, como esse é construído, interpretado e repassado dentro de uma instituição e/ou meio social. O autor aponta que o discurso é um elemento marcado por controle, seleção, organização e distribuído por meio de procedimentos que procura conservar seus interesses e fugir dos perigos. Também lembra que esses procedimentos de interdição estão relacionados ao desejo e poder.

8 *O Diário de Natal* é um jornal potiguar que foi fundado em 1939. Inicialmente intitulado de “*O Diário*”, ele teve como idealizadores Rivaldo Pinheiro, Waldemar Araújo, Aderbal França e Djalma Maranhão. A partir de 1945, o periódico passou a integrar o Diário Associados S/A e em 1947 teve o nome modificado para “*Diário de Natal*”. O jornal circulou por mais 70 anos e informava sobre fatos diversos. Por muito tempo, foi considerado uma grande referência editorial para diferentes áreas como administração pública, política, economia, artes. O Periódico foi extinto em 2012, em razão da nova realidade jornalística dada pela emergência da internet. (UFRN, [2019]).

econômicos. Para tanto, todas essas linhas de observação partem da premissa de que a seca é um problema regional. Albuquerque Júnior (1988) salienta que, em sua maioria, as produções com tendências históricas e sociais, abordam a seca como um fenômeno natural. Desse modo, esse autor propõe uma análise da “seca do Nordeste” enquanto um produto histórico, imagético e discursivo, linha de pensamento pertinente a este estudo.

A estiagem atinge a região Nordeste há muitos anos, causando problemas como a morte da vegetação, de animais, doenças e acarretando miséria para a população local. A chegada desse fenômeno também atinge a economia nacional, tendo em vista a importância da pecuária e da agricultura para o abastecimento interno do país e para a economia. Contudo, segundo Albuquerque Júnior (1994), a elevação da seca à condição de “problema nacional”, ocorreu a partir da estiagem de 1877/1879. Esse fato relaciona-se com um jogo de interesses sociais e políticos, haja vista que “só neste momento, a seca tenha sido inventada como objeto de discursos e práticas, como uma estratégia política diferenciada”⁹.

A “grande seca” de 1877/1879 despertou a nação para a existência do fenômeno da seca na província do Norte. Isso ocorreu em decorrência da cobertura da imprensa que apresentou “imagens de miséria, de desespero, morte e dor [...]”¹⁰. A atuação da imprensa movimentou a opinião pública e levantou debates calorosos no parlamento sobre a seca. Ela também contribuiu para estruturação de enunciados e imagens que auxiliaram na construção do “discurso da seca”. A imprensa teve uma considerável colaboração da nacionalização da seca, mas as estiagens deixaram de ser um problema desinteressante, porque atingiu a elite local do espaço que corresponde à “região Nordeste”¹¹.

9 Albuquerque Júnior, 1994, p. 112.

10 Idem, p. 117.

11 Ao longo do século XX, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) formulou diferentes modelos de divisão regional para o Brasil. Em 1940, foram elaboradas as Zonas Fisiográficas. Em 1968, as Microrregiões Homogêneas. Em 1989, Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. Mas foi em 1970 que houve a divisão do território brasileiro em Macrorregiões. Essa regionalização perdura até a atualidade e divide o Brasil em cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul (IBGE, [2017]).

[...] A nacionalização da seca como problema surge, pois, a partir do trabalho realizado, por membros da elite do Norte na imprensa e no parlamento, sob o impacto das mudanças que estavam solapando o poderio econômico e político dessa elite, o que a faz adotar esta nova estratégia de vítimas da natureza. [...] (Albuquerque Junior, 1994, p. 117).

Em suma, Albuquerque Júnior lembra que a seca de 1877/1879 foi marcada por um conjunto de circunstâncias e pelo surgimento de novas práticas sociais. O seu marco relaciona-se com uma conjuntura histórica que pôs à prova, as relações de poder predominantes naquela sociedade. Em contrapartida, a elite se apropriou do tema e a utilizou como arma política para solicitar recursos e investimentos para a área.

A temática da seca passou a se destacar dentro do âmbito social, político e institucional. “Esses vários discursos se preocupam em definir a singularidade dessa seca, suas causas e em propor soluções que venham sempre ao encontro das aspirações momentâneas de suas elites”¹². Falar sobre a seca virou uma estratégia política para a arrecadação de recursos, e, ao longo do tempo, tal discurso sobre essa temática foi “sendo reelaborado, atualizado ao longo da história do Norte e do Nordeste¹³, cumprindo sempre um papel estratégico de explicar o real, criando-o, e servindo de base para a sustentação de privilégios de uma elite [...]”¹⁴.

O combate à seca no Nordeste foi regularizado com a criação do Inspetoria de Obras Contra às Secas (IOCS), em 1909. Este órgão tinha como função realizar estudos, planejamento e executar obras hídricas. Predominava um pensamento entre os dirigentes do governo que os problemas do Nordeste seriam resolvidos por meio da presença da água. Os órgãos sucessores do IOCS, no caso a Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS) e o Departamento Nacional

12 Albuquerque Júnior, Op.Cit., 1994, p. 119.

13 A referência ao “discurso da seca no Nordeste”, parte dos estudos do autor Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1988; 2011). A ideia principal do escrito é mostrar como se deu a constituição da identidade da região Nordeste como modo de se contrapor ao Sul. O trabalho também aponta a utilização das mais variadas formas e categoria de expressão, sobretudo na arte, utilizados para ressaltar e apontar as características do povo e dessa região e do povo.

14 Albuquerque Júnior, Op. Cit., 1994, p. 120.

de Obras Contra as Secas (DNOCS), “ampliaram bastante o conhecimento sobre a região e as causas da seca, porém, não alcançaram sucesso no que dizia respeito à melhoria de vida da maior parte da população sertaneja”¹⁵

A primeira seca enfrentada pelo IFOCS foi a de 1915, e esta não diferiu das anteriores, no tocante à fome, mortes e no contingente de flagelados vagando à procura de emprego e alimentação. A seca que atingiu o sertão entre 1951 e 1953, fez surgir uma mudança na direção das migrações dessas pessoas, haja vista que, “com a melhoria das condições dos transportes, milhares começaram a migrar para os grandes centros nacionais, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro”¹⁶. Diante do fato, medidas foram tomadas para evitar essa migração para o Sudeste do País. “A seca do início da década de 1950 foi, em parte responsável pela criação do Banco do Nordeste de Brasil (BNB), primeira instituição financeira de desenvolvimento regional do país”¹⁷.

Ao longo da década de 1950, nota-se que os problemas acarretados pelas estiagens fizeram o estado tomar novas decisões quanto às intervenções no combate à seca. Estes optaram por uma política desenvolvimentista, fato esse observado com a criação da SUDENE¹⁸, em 1959. A Superintendência do Desenvolvimento no Nordeste tinha como objetivo coordenar e promover o desenvolvimento e diminuir a diferença em termos industriais entre o Nordeste e o Sudeste. Este evento evidenciou que a política executada pelo DNOCS, de perfuração de poços artesianos e construção de açudes, não era o suficiente para combater os problemas dessa região.

Em 1964, os militares assumiram o poder e passaram a implantar no setor agrário um modelo de modernização convencionalmente chamada de conserva-

15 Albuquerque Junior, 2011 p. 33.

16 Idem. p. 36.

17 Idem, Ibidem.

18 O órgão foi criado em 15 de dezembro de 1959 por meio da Lei nº 3.692. Ele era subordinado ao governo federal e tinha como principal espaço de atuação a região Nordeste. Entre 1959 e 1964, Celso Furtado foi o responsável pela estratégia de atuação do órgão. Em 1964, a SUDENE foi incorporada ao Ministério do Interior, fato esse que levou ao enfraquecimento da autonomia e objetivos do órgão (FGV, 2009c).

dora¹⁹. O governo decidiu combater o entrave do desenvolvimento econômico do setor agrário brasileiro, pois, segundo estudiosos e políticos, ele não estava compatível com o cenário da industrialização e urbanização nacional. “A modernização do setor agrícola se fazia necessária, segundo seus defensores, por ser conveniente à redução dos preços dos alimentos, como medida para aumentar o poder de consumo das massas”²⁰.

Diante dos fatos, foram lançados dois planos econômicos. O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) reforçava o projeto desenvolvimentista do Regime Militar. Por sua vez, “O II PND (1974-1979), lançado em meio à crise do petróleo, reafirmaria o Brasil como um grande fornecedor de alimentos para o mundo, considerando-se fundamental a exportação, para um que país que necessitava, urgentemente, de divisas, para manter o padrão de crescimento”²¹. Este episódio justifica o direcionamento de inúmeros projetos de irrigação para o Nordeste brasileiro.

A primeira grande seca enfrentada pela Ditadura Militar no Nordeste foi em 1970. Diante do fato, o Governo Federal criou inúmeras frentes de trabalho. Essas ações implicavam em medidas de enfrentamento à escassez de água, visando ocupar a população desempregada e oferecer meios de subsistência, como a compra de alimentação, por meio dos salários recebidos. Esses indivíduos eram encaminhados para atividades como construção de estradas de rodagem, de ferro e edificações de açudes. Entre tantas, uma das medidas tomadas foi a construção da Rodovia Transamazônica²². Ação como essas, além de empregar a população, também incentivavam a imigração para outros estados. Relacionado a esse contexto das frentes de trabalho, o governo lançou vários programas de modernização do semiárido, entre eles destaca-se o objeto de estudo deste trabalho, o Projeto Baixo-Açu, que foi implantado no Vale do Açu, no interior do Rio Grande do Norte.

19 Essa expressão reflete a intervenção dos militares na estrutura agrária.

20 Albuquerque Junior, Op. Cit., 2011, p. 53.

21 Idem. 2011, p. 54).

22 A construção dessa rodovia está vinculada ao Programa de Integração Nacional (PIN). Decretado pela Lei nº 1.106, em junho de 1970, tinha como objetivo implementar obras de infraestrutura social e econômica para duas regiões brasileiras, Norte e Nordeste (FGV, 2009a).

O Diário de Natal: a circulação da ideia de superação do espaço sertanejo e o sentimento de insegurança

Desde o início do século XX, o Vale do Açu foi objeto de estudos²³ que investigavam as condições do solo semiárido brasileiro, os quais procuravam espaços que possibilitassem intervenções hídricas e que ajudassem no combate à seca, que ainda é considerada um dos maiores problemas nacionais, com destaque para a região Nordeste. Frente a isso, identificada a condição do solo favorável ao aproveitamento da agropecuária, e reconhecido como um celeiro econômico no interior no estado²⁴, o Vale do Açu passou a ser alvo de políticas públicas ao longo do tempo.

Em 1910, a “Inspetoria de Obras Contra as secas (IOCS)”²⁵ publicou o primeiro relatório técnico que incluía discussões a respeito da Várzea do Açu. A ideia, entretanto, só viria a tomar corpo na década de 1940, com o projeto de construção da barragem de Oiticica”²⁶. O projeto da barragem de Oiticica foi germinado no final da década de 1930. Os estudos retomados na região do Baixo Vale do Açu objetivavam definir o local para a construção de um grande reservatório que auxiliasse na disciplinaridade do rio Piranhas. Essa intervenção implicaria na garantia de água para todo o ano, combatendo, assim, o período de estiagem, a violência das enchentes durante o inverno, e incitaria a produção

23 Em seus estudos, Pinheiro (2018) aponta que em 1910 o IOCS publicou as investigações do geólogo e engenheiro Roderic Crandall sobre o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Esse documento faz referência a bacia Piranhas-Açu e caracteriza um dos primeiros estudos sistemáticos, sob a responsabilidade do IOCS, que falou sobre o Vale do Açu. O engenheiro Crandall apontou aquele espaço como um lugar potencialmente irrigável. A fim de entender cientificamente os sertões, a IOCS também contratou o engenheiro hidrólogo Geraldo A. Warring, que percorreu o semiárido entre 1910 e 1912 e apontou duas áreas irrigáveis na bacia do rio Açu, a primeira ao longo do curso do próprio rio Açu e o outro no vale que segue aos longos dos rios Piranhas e do Peixe.

24 O reconhecimento do Vale do Açu como um espaço propício para intervenções técnicas foi inicialmente apontado pelos estudiosos da IOCS, posteriormente retomada na década de 1930 pelos técnicos da IFOCS e, por fim, pelos profissionais do DNOCS.

25 Criada no contexto do governo de Nilo Peçanha (1909-1910), a IOCS foi transformada em 1919 em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e, posteriormente, no ano de 1945, em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

26 Pinheiro, 2018, p. 15.

da agricultura baseada na irrigação. Em 21 de outubro de 1954, foi publicado o Decreto Presidencial de nº 36. 370, que indicava a desapropriação de uma área de 143.063.500 m³ no município de Jucurutu, para a construção de uma barragem.

O projeto da barragem de Oiticica foi interrompido “quer por falta de verbas, quer pela mudança de abordagem do DNOCS, ou até pela falta de empenho dos gestores públicos, e talvez por esses e mais outros conjugados, mas o interesse pela irrigação do Vale do Açu nunca foi de todo abandonado”²⁷. Diante dos fatos, surgiu o Projeto Baixo-Açu, que, como já mencionado, previa a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves próximo da cidade de Açu. Direcionado ao Vale do Açu, este projeto foi uma política pública que ficou marcado por um discurso de caráter modernizador, que objetivava amenizar as consequências dos ciclos de estiagens do interior do estado e a construção do lago artificial que aconteceu entre 1979 e 1983.

Retomando a fonte principal deste estudo, o Jornal *O Diário de Natal*, vê-se que os discursos que rodeiam o Projeto Baixo-Açu, tocam os interesses institucionais, governamentais e carregam a carga simbólica construída para o sertão nordestino ao longo do tempo, no tocante ao combate à seca e ao atraso da região. A partir deste periódico, analisar-se-á algumas manchetes que circularam no Rio Grande do Norte durante o período de 1975 até 1979.

Intitulada “DNOCS termina projeto para irrigar Piranhas”²⁸, a matéria do ano 1975 expõe aos seus leitores o projeto em estudo. Na qual constata-se a apresentação dos objetivos a serem alcançados. A notícia decorre sobre o tempo de estudo, as ações que serão realizadas pelo DNOCS, o tempo do processo e os benefícios oferecidos à população, como emprego. A empregabilidade anunciada paira pelo processo de execução do projeto e pelas atividades econômicas projetadas, como a agricultura irrigada e o setor da piscicultura. No mesmo ano, é anunciada a implantação de seis grandes projetos para o Estado, que relacionavam açudagem à agricultura irrigada. A edição 09870 (1)²⁹ afirmava que todas

²⁷ Idem, 2018, p. 130.

²⁸ DNOCS termina projeto para irrigar piranhas. (Diário de Natal, Natal, p. 5, 09 de janeiro de 1975).

²⁹ DNOCS implantará seis grandes projetos no RN. (Diário de Natal, Natal, p. 5, 19 de julho de 1975).

as atividades pensadas para as cidades de Cruzeta, Pau dos Ferros, São João do Sabugi, Apodi, São Rafael e Ceará-Mirim estariam concluídas no intervalo de quatro anos de 1975 até 1979. Entretanto, focando no assunto principal deste trabalho que é o Projeto Baixo-Açu, constata-se que a sua execução extrapolou a data prevista, tendo em vista que a Nova São Rafael foi concluída no ano de 1983. Vale lembrar que a realocação desse espaço citadino estava envolvida no projeto principal.

Em 1976, a edição 10173(1)³⁰ notícia que a “execução” do projeto Baixo-Açu já havia iniciado, pois na cidade de Ipanguaçu tinha sido implantado um setor experimental de irrigação. Esta contava com a atuação de 12 famílias numa área de 100 hectares. A experiência tinha por objetivo observar a cultura mais apropriada para ser cultivada na região. A mesma manchete esclarece que somente em 1977 iniciaria de fato o projeto de irrigação e que a implantação definitiva do mesmo atingiria aproximadamente 20 mil pessoas diretamente, onde 10 mil receberiam empregos de forma direta e outras 50 mil, de modo indireto.

Por caracterizar-se pela construção de um imaginário, o sertão reúne “um conjunto de juízos e valores adaptáveis a diferentes discursos e a distintos projetos”³¹ intervencionistas, sobretudo, aqueles que defendem a superação da “condição sertaneja”³². Considerando a afirmação de Moraes (2003) que “o sertão é qualificado para ser superado”³³, constata-se que a implantação dos sistemas de irrigação e a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, reflete essa busca pelo afastamento da “condição sertaneja”.

Ao longo das manchetes, o *Diário de Natal* apresentou variados personagens que compuseram a narrativa do projeto Baixo-Açu. Desse modo, o periódico também anunciou os dilemas vivenciados pelos camponeses que habitavam o Vale. Em 1977, trabalhadores rurais tem suas preocupações expostas no jornal na edição 10399(1)³⁴. Um clima de apreensão se fez presente entre os moradores do

30 Cadastramento de Açu concluindo em 150 dias. (*Diário de Natal*, Natal, p. 8, 26 de outubro de 1976).

31 Moraes, 2003, p. 3).

32 Idem, 2003.

33 Idem, 2003, p. 4.

34 United Brands quer financiar a colonização do Vale do Açu. (*Diário de Natal*, Natal, p. 8, 14 de agosto de 1977).

Vale do Açu. Estes falavam dos “segredos” que envolveram os estudos do DNOCS. A preocupação instalada nesses moradores, envolvia o modo de sobrevivência de suas respectivas famílias. A prática da agricultura de vazante, bem como a criação de caprinos e bovinos eram atividades pilares na economia de muitas famílias daquela região, pois, além de suprirem suas necessidades alimentícias, esses indivíduos revendiam seus produtos nas feiras, movimentando economicamente a região e complementando a renda.

Diante das preocupações surgidas com o sigilo dos estudos, o engenheiro José Osvaldo Pontes³⁵, afirmou “que a intenção do DNOCS é implantar simultaneamente a barragem e o programa de colonização, de modo a oferecer ocupação a mão-de-obra que será desmobilizada com a desapropriação das terras”³⁶. Ou seja, benefícios significativos seriam apresentados pela execução da obra, pois atingiria “uma população pelo menos três vezes superior à que atualmente existe no vale”. O engenheiro também assegurou que a reação das pessoas era entendível, pois “qualquer projeto desse porte provoca desajustes momentâneos [...]. Contudo, as decisões do Departamento se baseiam em estudos cuidadosos, que mostraram ser o projeto válido, comparando os índices atuais e futuros da produção econômica e da qualidade de vida”³⁷.

As inquietações colocadas pelos camponeses, passaram a ser comungadas com outros membros da sociedade potiguar. Em 1979³⁸, o vice-presidente do Centro Açuiense de Natal, Joacy Pedro de Macedo Medeiros, comentou algumas declarações realizadas pelo Sr. Carlos Queiroz à mídia, sobre a temática barragem Armando Ribeiro Gonçalves. O economista afirmou que Queiroz deveria ter aproveitado melhor a oportunidade para tranquilizar o povo do Vale do Açu e

35 José Osvaldo Pontes foi um profissional da engenharia que atuou como engenheiro residente no Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF). Participou do Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo), na década de 70. Por mais de 20 anos, esteve à frente das obras no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) (Pimentel, 2015).

36 United Brands quer financiar a colonização do Vale do Açu. (Diário de Natal, Natal, p. 8, 14 de agosto de 1977).

37 United Brands quer financiar a colonização do Vale do Açu. (Diário de Natal, Natal, p. 8, 14 de agosto de 1977).

38 Edição 10652(1).

que a ausência de respostas sobre o projeto, denotou um ato de irresponsabilidade. Para o vice-presidente, Queiroz fez declarações injustas e proferiu suspeitas contra os trabalhadores da região e lideranças locais:

O Sr Carlos Queiroz deveria ter aproveitado melhor a oportunidade dada pela imprensa para responder às inúmeras perguntas que se faz em todo o Rio Grande do Norte e especialmente no Baixo Açu. No entanto, ele preferiu levantar suspeitas sobre as lideranças locais e acusar os trabalhadores da região. Com isso ele acabou fazendo declarações que refletem um certo grau de irresponsabilidade, além de injustas, que não deveriam ser feitas por alguém que pretenda ser levado a sério. E é justamente esse tipo de declaração que deixa os açuenses intranquilos e incrédulos quanto aos benefícios que se diz o projeto trará³⁹.

Na mesma edição Joacy Medeiros apresenta um conjunto de perguntas que representam as inquietações não só dos camponeses, mas de todos aqueles que iriam ser afetados diretamente pelo projeto. Acrescenta, que essas indagações já deveriam estar respondidas, tendo em vista a quantidade de anos que trabalhavam na implantação da obra. As indagações, abarcam questões econômica, familiar e territorial.

Que alternativas foram consideradas para desenvolver a região, além do atual projeto? Por que não se pensou num sistema fundiário combinado, composto pelos atuais proprietários (iniciativa privada) e pelos colonos, onde os primeiros abririam mão das terras que não pudessem desenvolver? Quais os critérios para a seleção de colonos? Quem pode e quem não? E os que não podem, entre proprietários e trabalhadores, que destino terão? Quantos são os atuais proprietários, a área de cada um deles, quantos são os trabalhadores e dependentes que vivem em função das atividades agropecuárias da região? E quantos serão com o projeto? De quantos hectares serão as glebas, já que se fala em 5, 15 e 30 ha? Que critérios serão adotados na avaliação? Por que não foram cadastrados, para efeito de desapropriação, os tratores, máquinas e implementos agrícolas existentes na região já que nada servirão aos agricultores desalojados de suas terras? Já que o nível cultural, segundo o Sr. Carlos Queiroz, é baixo e ninguém quer trabalhar em conjunto, por que se fez um projeto estruturado em sistema de trabalho em conjunto? Não seria isso um contra senso? Não estaria aí o motivo maior dos insucessos dos projetos de colonização elaborados pelo DNOCS, ao tentar impor um sistema de trabalho que não é aceito por aqueles que serão diretamente responsáveis pelo seu sucesso? Qual é a produção atual do Vale do Açu, qual será a produção após a implantação projeto e em quanto tempo será atingido esse valor? Que incom-

39 Perguntas que o DNOCS insiste em não responder. (Diário de Natal, Natal, p. 4, 17 de janeiro de 1979).

patibilidade existe entre as carnaubeiras e as futuras cultuas que se pretende implantar, só que boa parte dessas culturas são cultivadas de forma consorciada atualmente? E as usinas de beneficiamento do pó da carnaubeira que destino terão? Serão também indenizadas? E a beneficiadora de mármore? Que benefícios terão os proprietários de terra com idade limite ultrapassadas serão aposentados? E que assistência será prestada a eles para não morrerem por inação, inadaptabilidade e ostracismo?⁴⁰

No mesmo ano, na edição 10660(1), o DNOCS acenou com as primeiras notícias aos agricultores do Vale do Açu. Por meio de correspondência encaminhada ao “Presidente da Federação da Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte, Sr. Moacyr Duarte, poder desfazer as preocupações e o clima de insatisfação existente na área com relação ao pagamento da desapropriação a ser executada pelo governo”⁴¹.

Em ofício, o Sr. Oswaldo Pontes mostrou-se “sensível à preocupação da entidade face à problemática gerada com execução da Barragem Armando Gonsalves que o Departamento Nacional de Obras Contra as secas irão executar”. Ele afirmou que estava “sendo elaborada para pagamento de indenização na área do Projeto Baixo-Açu, com preços atualizados, correspondendo ao justo valor das terras de modo a atender às aspirações dos proprietários e produtores rurais”⁴². O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas assegurou que, durante o ano de 1979, já existiam recursos disponíveis para o pagamento das indenizações e “que os problemas sociais surgidos com a implantação do projeto estão sendo objeto de estudos, objetivando uma solução de modo a minimizar os prejuízos que advirão à população da região atingida com a construção da Barragem Armando Gonsalves”⁴³.

As respostas enviadas pelo DNOCS aos trabalhadores rurais não foram suficientes para responder todos os questionamentos. As preocupações continua-

40 Perguntas que o DNOCS insiste em não responder. (Diário de Natal, Natal, p. 4, 17 de janeiro de 1979).

41 DNOCS quer tranquilizar os agricultores do Açu. (Diário de Natal, Natal, p. 20, 27 de janeiro de 1979).

42 DNOCS quer tranquilizar os agricultores do Açu. (Diário de Natal, Natal, p. 20, 27 de janeiro de 1979).

43 DNOCS quer tranquilizar os agricultores do Açu. (Diário de Natal, Natal, p. 20, 27 de janeiro de 1979).

ram e as ausências de informacionais também. Desse modo, esses trabalhadores ficaram expostos à insegurança, ao medo e aos boatos que circulavam sobre a referida obra. Ao longo do processo, os varzeanos demonstraram resistência. Apontaram seus medos e dificuldades por meio de movimentos sociais junto à igreja, à mídia e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Destacavam o ataque feito às atividades econômicas desse espaço, como a mineração, a carnaúba e a agricultura de vazante. No entanto, todos esses movimentos eram interpretados como ausência de conhecimento. Na defesa por seus interesses, esses indivíduos eram percebidos como agentes do atraso, pois não entendiam a lógica capitalista.

Considerações Finais

Os jornais e os seus profissionais exercem papéis fundamentais na sociedade, pois apresentam e discutem os mais variados temas que tocam o cotidiano das pessoas, desse modo a mídia transforma fatos sociais em notícias. Na condição de jornal impresso, *O Diário de Natal* permitiu que a população potiguar tivesse acesso às mais diversas notícias da execução do Projeto Baixo-Açu. Além dos interesses políticos, a população pôde manifestar as suas dificuldades e frustrações no decorrer da execução da obra.

O estudo do projeto Baixo-Açu, por meio desse periódico, permitiu a identificação da permanência do discurso da seca como modo de adquirir recursos para a região. Para tanto, também se verifica a presença do discurso da superação da condição sertaneja, viabilizado por ações modernizantes. Nesse caso, a modernização pensada para o interior do estado Potiguar é aquela dada pelas intervenções técnicas, com a associação entre a açudagem e a implantação de setores de irrigação. Historicamente falando, essas ações são pontudas nos espaços brasileiros pelas instituições governamentais, como IOCS, IFOCS e DNOCS. No caso deste estudo, as intervenções foram realizadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Fontes

DNOCS termina projeto para irrigar piranhas. **Diário de Natal**, Natal. P 5. 09 de janeiro de 1975.

DNOCS implantará seis grandes projetos no RN. **Diário de Natal**, Natal. P 5. 19 de julho de 1975.

Cadastramento de Açú concluindo em 150 dias. **Diário de Natal**, Natal. P 8. 26 de outubro de 1976

United Brands quer financiar a colonização do Vale do Açú. **Diário de Natal**, Natal. P 8. 14 de agosto de 1977.

Perguntas que o DNOCS insiste em não responder. **Diário de Natal**, Natal. P 4. 17 de janeiro de 1979.

DNOCS quer tranquilizar os agricultores do Açú. **Diário de Natal**, Natal. P 20. 27 de janeiro de 1979.

Referências

ALBUQUERQUE, Alexandre Black de. **As políticas de desenvolvimento econômico e social para o semi-árido durante o regime militar (1964-1985)**. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7551>. Acesso em: 05 out. 2022.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Falas e Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino-de problema à solução (1877-1922)**. 1988. 435 f. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, 1988.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 111-120, 1994. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3760. Acesso em: 05 out. 2022.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CALDAS, Fernando. **Rio Piranhas/Açu**. In: blogdofernandocaldas.blogspot.com, 07 ago. 2009. Disponível em: <https://blogdofernandocaldas.blogspot.com/2009/08/rio-piranhasassu.html>. Acesso em: 26 fev. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Programa de Integração Nacional (PIN)**. Rio de Janeiro: FGV, 2009a. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>. Acesso em: 10 nov. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**. Rio de Janeiro: FGV, 2009b. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>. Acesso em: 30 out. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)**. Rio de Janeiro: FGV, 2009c. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-do-nordeste-sudene>. Acesso em: 10 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil**. [S.l]: IBGE, [2017]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 maio 2021.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão Um “outro” geográfico. **Terra Brasilis** (Nova Série), v. 4, n. 5, 2003. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/pdf/341>. Acesso em: 05 out. 2022.

PIMENTEL, Fernanda. **José Osvaldo Pontes**. In: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia [on-line], 2015. Disponível em <https://www.confed.org.br/jose-osvaldo-pontes>. Acesso em: 11 maio 2021.

PINHEIRO, Francisco Leandro Duarte. **O Vale das Miragens: grandes projetos hídricos e a ‘redenção’ do Baixo Açu (1910-1983)**. 2018. 246 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26304>. Acesso em: 05 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Repositório do Laboratório de Imagens. **Diário de Natal 1939-2012**. [S.l]: LABIM, UFRN, [2019]. Disponível em: http://ftp.editora.ufrn.br/handle/123456789/1456?subject_page=10. Acesso em: 29 out. 2020.

CAPÍTULO 11

OS CORPOS DA PAZ: UMA MISSÃO POLÍTICO-HUMANITÁRIA EM TERRAS POTIGUARES

João Paulo de Lima Silva

Doi: 10.48209/978-65-84959-95-B

Da Aliança aos Corpos da Paz

O ano era 1960, em 15 de julho, durante uma Convenção Nacional do Partido Democrata em Los Angeles, por ocasião da candidatura de John Fitzgerald Kennedy às eleições presidenciais, o mesmo proferiu um discurso. Durante este, foi apresentado o lema do programa de governo, intitulado de “Nova Fronteira”, este era carregado de valores simbólicos, e mais do que fronteiras, apresentava caminhos.

Meses se passaram, e com eles veio a vitória de Kennedy como o presidente mais jovem dos Estados Unidos, uma série de negociações políticas e o surgimento dos programas assistenciais. Entre tantas novidades estava o empenho em tomar a ofensiva na luta contra o comunismo (Azevedo, 2007, p. 26).

Os cenários nacional e internacional do início da década de 1960 favoreceram o discurso religioso elaborado por Kennedy, quando articulava com relação à recuperação dos valores da América. Nacionalmente, tinha fim um período de dois mandatos de governo republicano, para ter início a instalação do governo democrata. A jovialidade de Kennedy combinava com o ideal de promover mudanças radicais no país.

Internacionalmente, Kennedy avistou o momento de mobilizar forças para provar ao mundo o potencial do sistema americano. Inicialmente, chegou à con-

clusão que os Estados Unidos deveriam recuperar algumas relações perdidas e investir o máximo que pudesse em novas, que mais americanos deveriam viver no exterior e que o país como um todo deveria se comprometer a se sacrificar mais. Esse sacrifício nacionalista esteve presente em seu discurso de posse quando disse a célebre frase “não pergunte o que o país pode fazer por você, mas o que você pode fazer pelo seu país”, frase essa que acabaria sendo escrita no túmulo do presidente assassinado (Azevedo, 2007, p. 32).

Kennedy assumiu a presidência dos Estados Unidos fazendo duras críticas à forma como o governo sucessor lidava com os problemas existentes, que a seu ver, não eram poucos, nem tão simples, e por isso deveriam ser tratados com agilidade e dedicação. O presidente apontou uma falta de liderança, ações que fossem capazes não só de articular decisões assertivas e radicais ao mesmo tempo, mas que fizessem frente ao cenário internacional em destaque naquele momento. Um período extremamente conturbado, e que por esse motivo, estava se relacionando externamente numa tentativa de perpetuar os seus fundamentos ideológicos, e impedir quem quer que fosse, de prejudicar o seu progresso.

Mesmo tendo condenado o maniqueísmo¹ simplista e o evangelismo protestante que atribuía a seu antecessor, e ter afirmado que seus pressupostos eram realistas, racionais e não moralistas, Kennedy reafirmava a ideia do “destino providencial” da América, apelando para sentimentos de fundo religioso.

Sendo assim, o combate ao comunismo passou a assumir uma postura de missão humanitária e civilizadora, sendo fortalecida pelo embasamento em programas de assistência social e econômica de médio e longo prazos. Os maiores exemplos foram a Aliança para o Progresso e os Corpos da Paz, que traziam de forma subliminar, a ideia de dirigir o exótico e carente Terceiro Mundo (Azevedo, 2007, p. 33).

No momento em que uma grande seca assolava grande parte do Nordeste, e principalmente o Sertão, a investidura dos Estados Unidos com relação a esses

¹ Maniqueísmo: Doutrina religiosa propagada por Maniqueu (Mani ou Manes) que, na Pérsia, durante o século III, concebia o mundo como uma fusão dualista do espírito e da matéria, respectivamente do bem (luz) e do mal (trevas). Doutrina segundo a qual o mundo se divide em dois princípios, o bem (Deus) e o mal (Diabo). Toda abordagem que divide o mundo em aspectos opostos e incompatíveis

países foi de imediato visto como uma grande ajuda a uma população que enfrentava uma onda de desemprego e fome que já se alastrava desde a década passada.

Esse apoio financeiro foi fortemente celebrado e difundido pelos países da América Latina. O Nordeste, por possuir áreas em situação de estiagem a mais tempo, e sofrer com as áridas condições climáticas, passou a ser a principal região a receber os subsídios norte-americanos, de modo especial o Rio Grande do Norte, que se tornou a principal ilha de sanidade atendida pela Aliança para o Progresso, o principal programa de política externa dos Estados Unidos na década de 1960.

Os anos de 1960 nos Estados Unidos foi o período marcante para a formação dos Corpos da Paz, não só por ter sido criada a primeira geração dos que se alistaram como voluntários, mas também por ter sido um período decisivo para a constituição de uma cultura organizacional que iria prevalecer. Não foi apenas um período marcado pela efervescência e questionamentos políticos, o início dessa década trazia consigo uma ascensão dos movimentos contracultura que desde o final dos anos 1950 se manifestavam através da fala dos artistas, hippies, mulheres, negros e jovens (Azevedo, 2007, p. 39).

Diante do contexto temporal Cecília Azevedo produziu o levantamento de uma hipótese; seria possível, diante do quadro efervescente protagonizado pela juventude estadunidense, que os Corpos da Paz tivessem agido apenas como uma estratégia de penetração ideológica e dominação cultural com o intuito de canalizar as energias dos ingênuos radicais para o exterior?

Se sim, ainda não se tem a resposta por completo, mas é bem verdade que os Corpos da Paz foram uma das instituições mais consagradas pela opinião pública norte-americana, sendo apoiada tanto por Democratas quanto por Republicanos, o que garantiu que por muito tempo a agência não fosse afetada significativamente pelos cortes no orçamento federal (Azevedo, 2007, p. 78).

O apoio aos Corpos da Paz era tanto, que em Chicago, as empresas comerciais e industriais norte-americanas mostraram-se dispostas a liberar seus funcionários para que participassem da instituição, garantindo que ao retornarem

ao país teriam suas ocupações e seus direitos assegurados. Para eles, essa ideia do presidente Kennedy foi vista como uma forma de ajudar outros povos, além de uma oportunidade de mostrar o quanto os americanos estavam empenhados em atuar na mudança social do país. Ideologia essa defendida amplamente pelo presidente Kennedy, não só em seus discursos, mas em todas as oportunidades.

Grandes empresas como a telefônica American Telephone and Telegraph Company, e as empresas da área de seguros; Metropolitan Life Company, e Nationwide Insurance, estavam aliadas aos sindicatos de operários com o mesmo objetivo, negociar a ida de funcionários na atuação dos Corpos da Paz. Em Washington, representantes da AFLCIO (Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais), afirmou ser grande a procura de patrões na tentativa de negociar a ida de seus funcionários para outros países como voluntários no programa, e a seguridade de seus direitos temporários.

Manifestando a atuação e o entusiasmo dos norte-americanos em favor dos Corpos para a Paz, o senhor Robert Sargent Shriver, diretor dos Corpos da paz, apresentou no início, um quantitativo bem significativo da busca pelo programa. O mesmo afirmou possuir até o momento em que foi procurado (junho de 1961), mais de 10.000 solicitações de interessados em participar do programa, e que continuava recebendo uma média de 150 novas solicitações por dia. Um total de 4.000 já haviam prestado os exames necessários para participar da primeira turma, esses estavam aptos para compor uma gama diversificada de profissionais como; mecânicos de trator, enfermeiras, carpinteiros, eletricitas, técnicos de laboratórios, entre outros².

Com relação ao Brasil, segundo (Azevedo, 2007, p. 78), de 1961 a 1981, período de funcionamento dos programas dos Corpos da Paz no Brasil, cerca de 6.000 norte-americanos foram enviados ao país, na maioria dos casos para lugares remotos do Nordeste e Centro-Oeste, por um período de dois anos. Experiências de imersão numa outra cultura, como esta dos voluntários da paz, se mostraram preciosas para dar início a discussões a respeito dos diálogos interculturais e processos de construção de identidade.

² Empresas norte-americanas dispostas a liberar seus empregados para que atuem no “Corpos para a Paz”. Diário de Natal, Natal, 12 de junho de 1961, p. 5. Acesso em 18 de maio de 2021.

A primeira vista, os Corpos da Paz já eram uma realidade bem provável, mas a proporção alcançada pelo programa exigiu que o mesmo fosse oficializado por um órgão competente, então, atendendo a uma proposta norte-americana no sentido do estabelecimento de um corpo internacional de trabalhadores destinados ao serviço nos países em desenvolvimento, na terça-feira, 08 de agosto de 1961, o Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas aprovou a proposta em plenária naquele conselho pela votação de 13 a 3. A União Soviética, a Polônia e a Bulgária foram contra, o Afeganistão e a Jordânia se abstiveram de votar³.

Agora estava oficializado os Corpos para a Paz, vistos por muitos como uma das maneiras que os Estados Unidos viram para intervir no Brasil. Esse fato não era uma novidade, só que agora, mais do que nunca, eles temiam que o país se transformasse em uma “nova Cuba”, tendo início principalmente pelo Nordeste, devido à grande influência das Ligas Camponesas na região.

Não demorou muito para que o governo dos Estados Unidos, por meio de instituições e organizações de ajuda aos países estrangeiros vissem no Brasil necessidades urgentes de atenção humanitária. É nesse momento que, através do governo do então presidente João Goulart (1961-1964), estados brasileiros passam a contar com a ajuda econômica norte-americana, mais uma vez ocasionando a presença dos norte-americanos no Nordeste brasileiro.

Em termos gerais, pode-se observar que, além de determinados estados brasileiros terem sido privilegiados na alocação de recursos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID) em dólares durante o governo Goulart, a forma pela qual esses recursos foram empregados também representou um importante meio, na visão de formuladores políticos norte-americanos, para criar condições estruturais de combate ao comunismo na região (LOUREIRO, 2020, p. 107).

3 Conselho Econômico e Social da O.N.U. aprova a ideia da criação dos Corpos para a Paz. Diário de Natal, Natal, 18 de agosto de 1961, p. 4. Acesso em 18 de maio de 2021.

Os voluntários na base da educação

Se faz considerável lembrar que a educação e o progresso estavam entre as principais metas do plano de governo do presidente Kennedy. Sendo assim, o ousado processo de desenvolvimento e criação de uma identidade histórica entre os Estados Unidos e América Latina por meio da Aliança para o Progresso deveriam seguir um percurso idêntico ao progresso e a democracia usuais aos Estados Unidos. A América Latina passou a ser vista como uma nova fronteira, ou uma wilderness⁴ fora da América, ou seja, uma região desprovida de liberdade e de felicidade, mas em vias de ser integrada. Esse então deveria ser o destino dos missionários, em boa parte das vezes para sertões desconhecidos (Azevedo, 2007, p. 83).

Nesse momento, começou a existir uma certa preocupação em mapear um sertão demarcável. Um aspecto inusitado para um lugar chamado de sertão, pois a imprecisão geográfica e a fluidez dos limites divisores que separariam o sertão do não sertão são características apontadas pelos estudos sobre o sertão etnográfico e o sertão dos intelectuais⁵. Até então, parece válido trazer para o discorrer da temática, o sentido de fronteira, elemento valorizado pelos americanos e presente em seus discursos e projetos desde a elaboração do plano de governo Kennedy. Fronteira essa, que assim como sertão, ganha uma série de conceitos e definições.

A condição do sertão como atributo simbólico conferido a lugares de fronteiras incertas é esclarecida por Antônio Carlos Robert Moraes, quando diz que o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Diz tratar-se de um símbolo imposto em certos contextos históricos a determinadas condições locacionais, que acaba por atuar como um qualificativo

4 O termo “wilderness”, no contexto da tese de Turner, refere-se ao que está além da fronteira: um lugar deserto, desprovido de “civilização”. “Wilderness” vem do verbo “towilder”, que significa desorientar, extraviar-se. O significado de “wilderness” tem variado de acordo com a interpretação que se atribui ao mito da fronteira. Numa versão mais etnocêntrica e “civilizatória” pode significar mundo selvagem; numa mais integradora, pode equivaler à natureza em estado puro.

5 Ver Sena, 1986.

local básico no processo de sua valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica (Moraes, 2002-2003, p. 13).

Diante disso, torna-se comum que ao falar de sertão ou sobre os sertões, quem quer que seja recorra à comparação e diferenciação de lugares e modos de viver vistos como não sertão. Então, a localização e a descrição do que é e do que não é sertão consiste no ato de nomear diferenças e de tentar impô-las como princípios de divisão e classificação do espaço.

Candice Vidal não pensa essas fronteiras como barreiras estagnadas, mas como espaços que proporcionam o encontro com o outro, uma barreira para ser ultrapassada. Ela aponta a importância de considerar mais detidamente a condição existencial daquele que narra o sertão, muitas vezes é um intelectual do lugar que se ocupa de registrar histórias e tipos humanos de sua aldeia por meio do texto ensaístico, memorialístico ou literário. Ou seja, um intelectual de passagem, em visita às terras do interior, mas que vive na grande cidade e mantém uma certa estranheza (Vidal; Souza, 2010, p. 108).

Então, era preciso ajudar esses povos a se libertarem de estruturas seculares, que na linguagem de Candice Vidal, eram as verdadeiras responsáveis por impedir o progresso e geravam opressão. Os Corpos da Paz deveriam contribuir através de programas de desenvolvimento comunitário, destinados não a produzir alguma melhoria material, mas a incentivar os líderes naturais de cada comunidade a estabelecer coletivamente as necessidades e objetivos a serem perseguidos, despertando assim a consciência da comunidade em relação aos seus direitos. (Azevedo, 2007, p. 83).

Os primeiros sinais de que essa ação libertadora por parte da educação se concretizava, quando o diretor dos Corpos da Paz, Sargent Shriver, anunciou estar à espera de um total de trezentos e cinquenta professores voluntários adicionais dos Estados Unidos para universidades da América Latina. Em entrevista,

ele não citou os países que solicitaram os professores, mas afirmou que a busca era constante e necessária⁶.

Os Corpos da Paz passaram a atrair uma juventude encorajada por razões distintas. O clima dos direitos civis dos anos 1960 propiciava o engajamento dos jovens imbuídos desse espírito libertário, mas, quando se aproxima o fim da década, começam a chegar os rapazes que não queriam servir no Vietnã. O programa passa a ser uma rota de fuga. Assim muitos americanos vêm para defender uma ideologia liberal e terminam por se tornar simpáticos às causas dos trabalhadores rurais ou mesmo dos que lutavam contra a ditadura militar. Há casos de alguns que foram presos e torturados pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), aponta Fernando Weller, estudioso que percorreu milhares de quilômetros pesquisando sobre o tema (Veras, 2015, p. 1).

Outro fator contribuinte para o aquecimento no setor educacional, foi quando em meados de 1960 o perfil exigido para voluntários sofreu algumas modificações. Antes, os voluntários deveriam ser solteiros, entre 22 e 28 anos, classe média e recém saídos da universidade. Esse perfil se tornou mais amplo quando o recrutamento deixou de ser feito prioritariamente nas universidades, e passaram a buscar também em entidades sindicais e empresariais. Voluntários casados passaram a ser admitidos, o que fez com que houvesse uma facilidade na inclusão de pós-graduados e profissionais de nível superior com mais experiência (Azevedo, 2007, p. 19).

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgão liderado por Celso Furtado e encarregado de planejar e administrar financeiramente recursos da Aliança para o Progresso, expunham durante as reuniões ordinárias do seu conselho deliberativo, as formas como era investido esses valores. As atas são apresentadas por setores, e no setor referente aos “pré-investimentos ligados ao aperfeiçoamento do fator humano”, durante o mês de

⁶ América Latina quer professores dos EEUU. Diário de Natal, Natal, 31 de dezembro de 1963, p. 1. Acesso em 18 de maio de 2021.

julho de 1964, o Departamento de Recursos Humanos elaborou uma menção especial sobre o desenvolvimento de um programa de educação para a cidade de Natal no Rio Grande do Norte. Posterior a esse, outro documento seria elaborado com a finalidade de ser elaborado outro programa de educação similar para o estado de Pernambuco⁷.

Foi ampliado nesse momento o setor educacional, responsável por alocar durante o período de dois anos, que era o tempo permitido aos voluntários permanecer em seus destinos, uma quantidade significativa de americanos que viam nesse ato de bondade; além da oportunidade de servir à pátria, também uma boa forma de se manter distante de conflitos.

Participação dos Corpos da Paz na saúde pública

A assistência dada à saúde, assim como foi feita com a saúde, fez parte das lutas que se tornaram reais em meados da década de 1960. A legislação dos direitos civis, aprovada em 1964, e da legislação eleitoral de 1965, trouxe à tona a ideia de que os setores desfavorecidos ou discriminados da sociedade, fossem eles negros, mulheres, pobres ou idosos, deveriam receber proteção especial do governo para que os seus direitos fossem preservados, e sem dúvida alguma, a participação dos Corpos da Paz, de certa forma iria contribuir na agilização desse processo (Azevedo, 2007, p. 41).

No dia 27 de setembro de 1964, um grupo de voluntários concluiu um curso de adestramento de 12 semanas na Universidade de Nova York, esse grupo tinha como finalidade prestar serviços na área de saúde pública no Brasil. Durante a cerimônia de formatura dos voluntários, o principal discurso aos formandos, foi proferido pelo historiador brasileiro Gilberto Freyre. O catedrático convidado

⁷ Ata da 49ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, realizada no dia 1º de julho de 1964. Disponível em: <http://antigo.sudene.gov.br/acervo>. Acesso em 03 de junho de 2021.

pela Universidade, foi apresentado pela senhora Dora Alencar de Vasconcelos, Cônsul Geral do Brasil em Nova York⁸.

Todas as ações desenvolvidas pelos voluntários eram amplamente divulgadas, isso porque segundo Pierre Nora, os Corpos da Paz representavam um lugar de memória. Este programa estava fortemente associado à figura do jovem presidente morto, visto como aquele que ousou desbravar fronteiras e ajudar outros povos (Nora, 1993, p. 12-13).

Os voluntários preparados para a realização dos trabalhos de saúde pública no Brasil, foram designados por solicitação das autoridades daquele país. Os homens chamados “Guardas Sanitários”, tinham a função de construir instalações sanitárias comuns, enquanto que as mulheres denominadas “Visitadores Sanitárias”, agiam como assessoras de um programa de assistência médica domiciliar. As enfermeiras ajudavam os médicos e orientavam os voluntários não profissionais.

O grupo norte-americano incluía 14 enfermeiras e vários estudantes com conhecimento nas áreas de Sociologia, técnicas pré-médicas e Ciências Políticas. Após uma semana, os voluntários partiram dos Estados Unidos com destino ao Rio de Janeiro e Recife. O procedimento era chegar a esses destinos para então ser encaminhados para várias comunidades brasileiras, onde iriam desempenhar seus serviços voluntários, de acordo com a tradição da organização, por dois anos⁹.

Pode-se perceber claramente como, no contexto dos anos 60, as investidas dos Estados Unidos por meio dos Corpos da Paz se mostraram progressivas, não só por seus constantes investimentos financeiros, como também pelo impulso dado às estratégias destinadas aos direitos civis. Principalmente no que diz respeito à saúde e à educação.

⁸ Voluntários da Paz completam treinamento para o nosso país. O Poti, Natal, 29 de setembro de 1964, p. 2. Acesso em 1º de junho de 2021.

⁹ Ibidem.

Considerações Finais

Os elementos aqui apresentados nos permitem refazer pontos do perfil dos voluntários dos Corpos da Paz vindos para o Nordeste brasileiro, de modo que se possamos adquirir conhecimento sobre a instituição e compreender como foi a estadia dessas pessoas nas comunidades as quais foram enviadas por um período de dois anos.

As diversas fontes permitiram fundamentar essas representações, trazendo vários argumentos. Não trouxemos a fala de voluntários por meio da história oral, mas por meio das mídias e leituras foi possível caracterizar como se deu o processo de estadia dos norte-americanos na região brasileira, desde os momentos preparatórios, passando pelo processo de adaptação às suas funções exercidas, até o momento da volta, onde ficariam conhecidos como agentes de natureza humanizadora.

Os reais fatos desse período por diversas vezes foram publicados no Diário de Natal, mídia que contribuiu para apresentar a realidade dos nordestinos, mas também, ao mesmo tempo em apresentou uma forte argumentação diante de uma ideologia política a ser defendida a todo custo por parte dos Estados Unidos, evidencia-se também o forte potencial de solidariedade surgido em prol da condição fragilizada em que boa parte da população nordestina se encontrava.

O termo “fronteiras”, tão usado pelo presidente Kennedy, a todo momento se apropria do seu simbolismo. A intenção era fazer surgir um ousado momento de expansão espacial, rumo ao exterior, totalmente sem limites. A professora Juciene Andrade entende que essa cooperação entre profissionais brasileiros e norte-americanos, fomentou uma relação entre o nacional e o global. A fronteira, agora colaborativa no campo do conhecimento, pode ser historicizada através de assistência, fornecimento de profissionais, e nos diálogos científicos (Andrade, 2020, p. 286).

Por fim, a literatura trouxe a eternização desse lugar de memórias, alicerçado nas ações de um político jovem, que assassinado jovem demais, levou sua

nação a protagonizar um grande drama social e político. Os movimentos sociais e políticos implementados em meados da década de 1960, foram fortemente influenciados pelas políticas públicas, que tinham como colaboradores e realizadores das ações propostas, os voluntários dos Corpos da Paz, responsáveis por afetar positivamente as comunidades por onde passaram.

Fontes

Jornais – Hemeroteca Digital Brasileira

Empresas norte-americanas dispostas a liberar seus empregados para que atuem no “Corpos para a Paz”. **Diário de Natal**, Natal, 12 de junho de 1961, p. 5.

Conselho Econômico e Social da O.N.U. **aprova a ideia da criação dos Corpos para a Paz**. **Diário de Natal**, Natal, 18 de agosto de 1961, p. 4.

América Latina quer professores dos EEUU. **Diário de Natal**, Natal, 31 de dezembro de 1963, p. 1.

Voluntários da Paz completam treinamento para o nosso país. **O Poti**, Natal, 29 de setembro de 1964, p. 2.

Arquivo da Biblioteca Digital da SUDENE

Ata da 49ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, realizada no dia 1º de julho de 1964.

Referências

ANDRADE, Juciene Batista Félix. **Os Sertões em Debate**: Fronteiras, secas e instituições. Projeto História, São Paulo, v. 69, 2020, set.- dez. p. 275-311.

AZEVEDO, Cecília. **Em nome da América**: os Corpos da Paz no Brasil. São Paulo: Alameda, 2007.

AZEVEDO, Cecília. O sentido de missão no imaginário político norte-americano. **Revista de História Regional**. Departamento de História – UEPG. Vol.3 Ed. 1998. Publicado: 23/09/2007.

Dicionário on-line de português, <https://www.dicio.com.br/maniqueismo/>

LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964):** ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

MORAES, Antônio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. **Terra Brasilis**, n. 4-5 (Território), p. 11-23, 2002-2003.

NORA, Pierre. (2012). Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, 10. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>.

SENA, Custódia Selma. **A categoria sertão:** um exercício de imaginação antropológica. **Brasília:** PPGAS/UnB, 1986. (Mimeografado).

SOUZA, Candice Vidal e. O Sertão Amansado. Universidade Federal de Goiás, **Sociedade e Cultura**, v.13, 2010.

TURNER, F. J. “The west and american ideals”. In: **The frontier in American History**. Huntington, N.Y: Robert E. Krieger Publishing Company, 1976.

VERAS, Luciana. O que sobrou da política de boa vizinhança. **Revista Contínente**, Pernambuco, v.21, 01 de março de 2015.

VIDAL E SOUSA, Candice. O sertão amansado. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 101-110, jan./jun. 2010.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Ana Maria Bezerra do Nascimento

Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (1993). Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2005). Doutorado em Ciências Sociais PUCSP (2020). Professora da Universidade Estadual do Piauí do curso de licenciatura em Ciências Sociais.

Ana Sara Cordeiro de Almeida

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN). E-mail: saracordeirorn@gmail.com

Antonio Xavier do Nascimento

Cursando pós-graduação stricto sensu no Mestrado Profissional em Ensino de História-Profhistória/2022 pela UFRN.

Aurora Almeida de Miranda Leão

UFJF. E-mail: auroraleao@hotmail.com. Orientadora: Claudia Thomé. Bolsista: CAPES.

Brenda Luíza Patriota Lima e Silva

MESTRANDA em Demografia pela UFRN, pesquisadora do Laboratório de Estudos em Mobilidade Populacional no Nordeste – LEMON, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

João Paulo de Lima Silva

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN).

José Cunha Lima

Mestre em História – PPGH /UFPB. Professor no município de Araruna – PB.

Juciene Batista Felix Andrade

Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Professora do Departamento de História do CERES-UFRN e do Programa de Pós-graduação em História/CERES-PPGHC na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UFRN. E-mail: jucieneandrade@yahoo.com.br

Kelvin Francisco Bonsere

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Doutorando em História.

Larisse Santos Bernardo

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN).

Maiara Brenda Rodrigues de Brito

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN).

Paulo Victor Maciel da Costa

Mestre e Doutorando em Demografia pela UFRN, pesquisador do Laboratório de Estudos em Mobilidade Populacional no Nordeste – LEMON, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Renata Felipe Monteiro

Doutoranda em História Social na Universidade Federal do Ceará. Professora da rede municipal de Fortaleza. E-mail: renata.felipe.monteiro@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

Análise do Discurso	156
Brasil	10 11 12 13 15 16 20 27 36 40 41 45 46 47 50 51 54 55 56 59 62 66 68 70 71 73 74 76 77 80 81 82 87 88 89 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 103 104 105 106 107 108 109 110 112 113 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 134 135 136 142 143 144 146 150 151 152 155 157 158 159 160 161 167 168 169 173 174 178 179 180 181 182
Colonização	12 58 95 107 110 113 114 115 116 117 118 119 163 164 165 168
Comissões	15 147
Conflitos Socio-Agrários	12
Cooperação Internacional	13
Demografia	42 44
Desenvolvimentismo	37
Desigualdades Sociais	10 40 50 131 132
Desordem Pública	87
Educação	13 21 40 45 72 76 82 91 125 130 146 148 155 175 176 178 179
Era Vargas	11 12 27 28 29 31 33 34 35 37 38 108 110 118 120 124 138 155 169
Euclides da Cunha	6 11 12 96 97 98 102 121 123 124 125 126 127 128 131 132 133
Fazenda Alagamar	58 59 63 65 68
Fronteira	6 12 25 27 36 55 95 98 105 107 109 110 111 112 113 114 115 117 118 119 120 121 143 170 175 176 179 180 181

Governo Estadual	85
Hospedaria Getúlio Vargas	11 27 28 29 31 33 34 35
Intervenções Governamentais	155 159 161 167
Irrigação	13 17 140 141 144 146 155 160 161 162 163 167
Jornalismo	121 122 128
Migração Sertaneja	11
Movimentos sociais	11 13 27 28 36 74 75 76 82 88 91 167 181
MST	12 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 93 94
Nacionalismo	117
Nordeste	10 11 12 13 15 16 17 24 27 28 37 40 41 42 45 52 54 55 57 63 64 65 67 69 70 72 76 77 79 83 84 87 88 89 90 91 93 95 100 103 104 105 122 125 129 135 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 155 156 157 158 159 160 161 161 164 168 169 171 173 174 177 178 180 181
Obras Emergenciais	16 22 86 87 90
Obras públicas	25 37 145 146
Políticas Públicas	75 82 83 90 129 143 161 181
Políticos	13 35 57 88 91 122 129 135 138 156 157 160 172 174 181
Regime Militar Brasileiro	160 168
Saúde Pública	178 179
Secas	11 12 13 15 16 17 18 20 22 24 25 26 36 40 47 78 79 87 90 135 139 140 141 142 143 144 145 146 149 150 151 158 159 161 164 166 167 181

Sertanejo	11 27 28 31 34 39 40 90 94 95 96 97 99 102 103 104 132 134 161 164
Sertão	10 12 15 16 25 26 38 39 40 49 56 67 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 114 115 118 119 124 125 126 129 132 133 134 154 155 156 159 162 163 171 175 176 182
Sudene	13 15 87 135 139 140 141 143 145 146 147 148 150 152 153 159 169 177 178 181
SUDENE	13 15 87 135 139 140 141 143 145 146 147 148 150 152 153 159 169 177 178 181
Trabalhadores Rurais	12 57 58 60 72 73 74 76 78 79 80 83 84 85 87 89 90 91 93 163 166 167 177
Viúvas da Seca	39 40 41 42

DISCUTINDO OS SERTÕES

Poder e Política

www.terried.com
contato@terried.com
(55) 99656-1914



Coleção Discutindo os Sertões
Organizadores: Antonio Oliveira e Helder Macedo